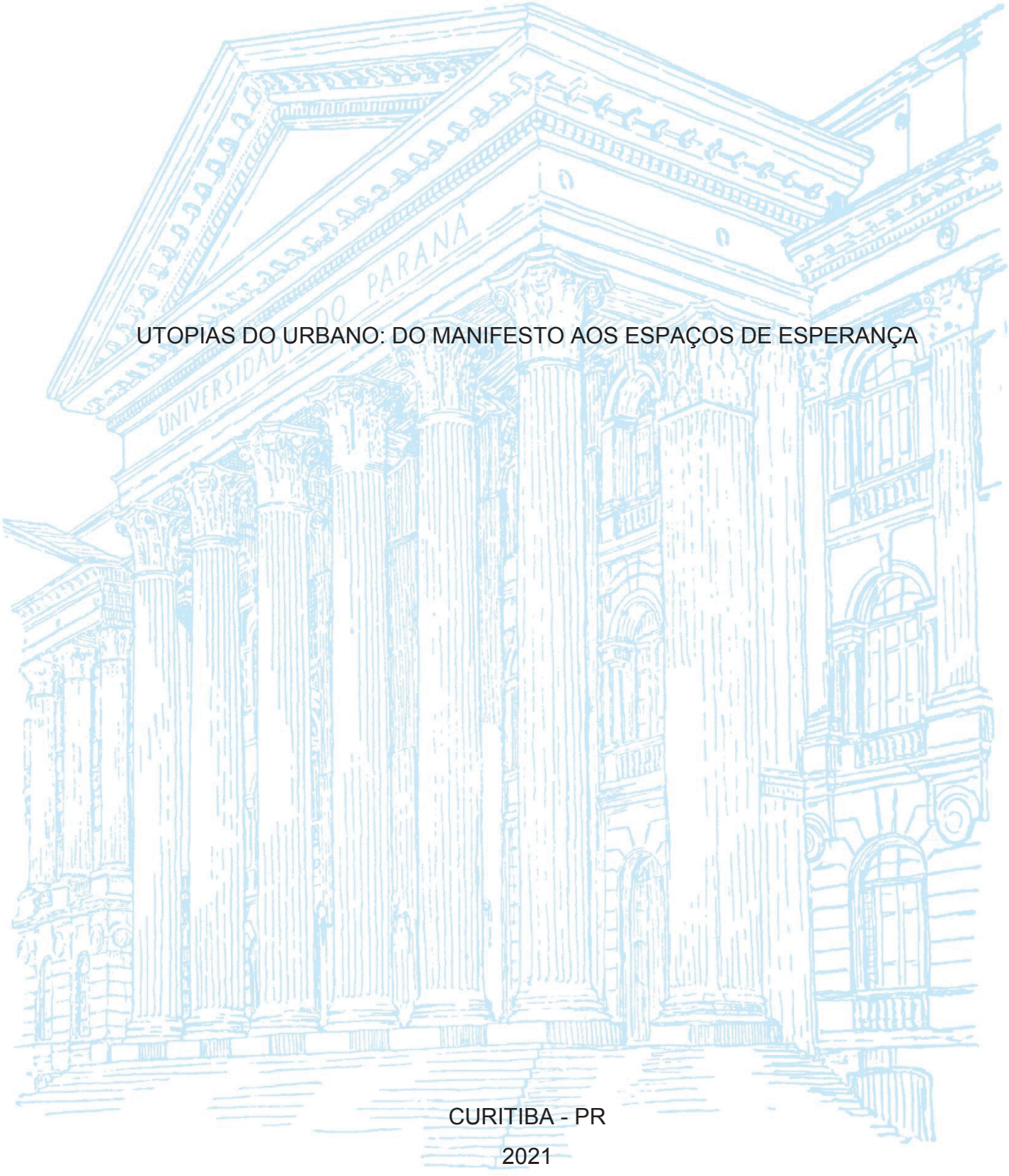
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIEGO MENDONÇA DOMINGUES



UTOPIAS DO URBANO: DO MANIFESTO AOS ESPAÇOS DE ESPERANÇA

CURITIBA - PR

2021

DIEGO MENDONÇA DOMINGUES

UTOPIAS DO URBANO: DO MANIFESTO AOS ESPAÇOS DE ESPERANÇA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Vargas de Faria

CURITIBA - PR

2021

Catalogação na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

D671u Domingues, Diego Mendonça
Utopias do urbano: do manifesto aos espaços de esperança [recurso eletrônico] / Diego Mendonça Domingues. – Curitiba: UFPR, 2021.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, 2021.

Orientador: José Ricardo Vargas de Faria.

1. Utopias. 2. Espaços públicos. 3. Planejamento urbano. I. Universidade Federal do Paraná. III. Faria, José Ricardo Vargas de. IV. Título.

CDD: 307.116

Bibliotecária: Vanusa Maciel CRB- 9/1928

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DIEGO MENDONÇA DOMINGUES** intitulada: **UTOPIA DO URBANO: DO MANIFESTO AOS ESPAÇOS DE ESPERANÇA** , sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Setembro de 2021.

Assinatura Eletrônica
21/09/2021 14:13:30.0
JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
29/09/2021 12:38:35.0
DANILO VOLOCHKO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
20/09/2021 18:41:28.0
MARIANO DE MATOS MACEDO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 110541
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 110541

Dedico esta dissertação ao meu pai, Agenor Mendonça Domingues, e à minha mãe, Ester Gean Mittmann, que sempre investiram em meus estudos e com o suor de seus trabalhos garantiram a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos os professores que passaram por minha vida. Desde a escolinha, quando temos ainda apenas cerca de cinco anos de idade, até o mestrado, que pude realizar como jovem adulto.

E agradeço mais especificamente ao meu orientador, José Ricardo Vargas de Faria, com quem tive o prazer de conviver durante algum tempo, aprender junto, debater ideias e construir novos horizontes.

Finalmente, agradeço a todas as outras pessoas que de alguma forma contribuíram para esta dissertação, direta ou indiretamente.

"Um mapa do mundo que não inclui a Utopia não é digno de receber uma olhada, porque omite justamente o país em que a humanidade está sempre desembarcando. E quando a humanidade desembarca, vê mais longe um país melhor, para o qual se dirige. O progresso é a realização das utopias".

Oscar Wilde (1854-1900)
Escritor, poeta e dramaturgo irlandês

RESUMO

Esta dissertação se insere no amplo campo de estudos sobre a sociologia, filosofia, geografia e economia política urbana, discutindo o modo de produção das cidades, de maneira específica, e do espaço urbano, de maneira mais geral. Evidencia-se que em face da natureza projetiva do planejamento urbano, explorar as utopias que orientam essas possibilidades é uma função científica importante. É objetivo central do trabalho analisar e articular as contribuições de Marx e Engels, Lefebvre, Poulantzas e Harvey sobre os sentidos e os propósitos revolucionários, no movimento de transformação em direção à utopia de sociedade e, portanto, para a superação do modo de produção capitalista das cidades. Os dois capítulos de desenvolvimento da dissertação buscam estabelecer uma unidade dialética entre um processo analítico e de mediação – o diagnóstico – o qual objetiva explicar parcialmente um fenômeno da realidade contemporânea, a saber, a vida urbana, e um apontamento que traça um possível desenvolvimento futuro, resultado ou síntese desse mesmo processo – o prognóstico. Além disso, empreende-se a tentativa de uma visão de totalidade sobre o fenômeno em questão, compreendendo a necessidade de conceber um esforço intelectual que não se separe da realidade política ou, em outras palavras, afirma-se a supremacia da práxis. A linha argumentativa exposta num primeiro momento destaca que, no contexto do capital financeiro, neoliberalismo e austeridade, existe uma forma capitalista de produção do espaço social contraditória e insustentável. Em seguida, busca-se identificar na literatura proposições de superação de algumas dessas contradições atuais do capitalismo, trabalhando com a teoria munida das práticas propostas, como, por exemplo, o socialismo democrático urbano, num sentido de elevação da classe trabalhadora a uma posição privilegiada em relação ao capital. Portanto, passa-se da crítica do planejamento urbano a um planejamento urbano crítico, no qual apropriar-se do horizonte último de análise e de práxis significa buscar no curto, médio e longo prazos uma correlação de forças capaz de efetivamente transformar radicalmente o espaço urbano.

Palavras-chave: Utopia. Totalidade. Capital. Trabalho. Socialismo democrático urbano

ABSTRACT

This dissertation is part of the broad field of studies on sociology, philosophy, geography and urban political economy, discussing the mode of production of cities, specifically, and urban space, more generally. It is evident that, given the projective nature of urban planning, exploring the utopias that guide these possibilities is an important scientific function. The main objective of the work is to analyze and articulate the contributions of Marx and Engels, Lefebvre, Poulantzas and Harvey on the revolutionary meanings and purposes, in the transformation movement towards the utopia of society and, therefore, towards the overcoming of the capitalist mode of production of cities. The two chapters of the dissertation development seek to establish a dialectical unity between an analytical and mediation process - the diagnosis - which aims to partially explain a phenomenon of contemporary reality, namely, urban life, and a note that outlines a possible future development , result or synthesis of that same process – the prognosis. Furthermore, an attempt is made to achieve a vision of totality about the phenomenon in question, understanding the need to conceive an intellectual effort that does not separate itself from political reality or, in other words, asserts the supremacy of praxis. The line of argument exposed at first highlights that, in the context of finance capital, neoliberalism and austerity, there is a contradictory and unsustainable capitalist form of production of the social space. Then, we seek to identify in the literature proposals to overcome some of these current contradictions of capitalism, working with the theory armed with the proposed practices, such as, for example, urban democratic socialism, in a sense of raising the labourer class to a privileged position. in relation to capital. Therefore, we move from the critique of urban planning to critical urban planning, in which appropriating the ultimate horizon of analysis and praxis means seeking in the short, medium and long term a correlation of forces capable of effectively radically transforming the urban environment.

Keywords: Utopia. Totality. Capital. Labor. Urban democratic socialism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 O DIAGNÓSTICO – A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO 17
2.1 O PERÍODO (PÓS-)MODERNO: O CAPITAL FINANCEIRO, O NEOLIBERALISMO E A AUSTERIDADE 17
2.2 A ATUAL FORMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO (SOCIAL) 33
2.2.1 A terra como mercadoria 35
2.2.2 A financeirização do mercado fundiário 42
2.2.3 O insustentável mecanismo especulativo 48
2.3 CRISES IMOBILIÁRIAS E O PAPEL DOS GOVERNOS NA SUSTENTAÇÃO DO CAPITALISMO 54
2.3.1 A crise hipotecária de 2008 56
2.3.2 Os pacotes governamentais de enfrentamento às crises 62
3 UM PROGNÓSTICO – A SUPERAÇÃO DO CAPITAL VIA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO ESTADO E DO ESPAÇO URBANO NESSA TRANSFORMAÇÃO 68
3.1 O DIREITO À CIDADE NO CONTEXTO ATUAL 68
3.1.1 O urbano como totalidade na contemporaneidade 70
3.1.2 A democratização do espaço urbano 76
3.1.3 A necessidade de uma subversão no mercado imobiliário 81
3.2 O ESTADO COMO CENTRAL NA DEFESA DO DIREITO À CIDADE 86
3.2.1 Os agentes de produção do espaço e suas contradições 90
3.2.2 O papel do investimento estatal na urbanização 95
3.2.3 O salário urbano 99
3.3 UTOPIAS DO URBANO: UM COTEJO ENTRE MARX E ENGELS, LEFEBVRE, POULANTZAS E HARVEY PARA A QUESTÃO URBANA 103
3.3.1 A categorização proposta de utopia 104
3.3.2 O cotejo entre Marx e Engels, Lefebvre, Poulantzas e Harvey para a questão urbana 107
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 121
REFERÊNCIAS 124

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação se insere no amplo campo de estudos sobre a sociologia, a filosofia, a geografia e a economia política urbana, discutindo o modo de produção das cidades, de maneira específica, e do espaço urbano, de maneira mais geral. Debatendo sobre esses processos e fenômenos sociais, o texto enfatiza os processos associados à cidade e à sua produção, tratando do estudo das relações sociais (entre indivíduos, grupos e agentes sociais) que produzem, mas também são produzidas pelo espaço urbano.

Uma das dificuldades em conceber o urbano está justamente na dificuldade em, de um lado, representá-lo na totalidade de suas determinações e de suas numerosas relações em sua conexão histórica para com isso ter pressupostos básicos que permitam afirmar a necessidade de sua transformação e, de outro lado, desvendar seu caráter interno, possibilitando uma crítica que não esteja circunscrita às aparências do real e do concreto.

A fim de enfrentar tais problemáticas, o trabalho pretende contribuir para a compreensão do debate dos estudos urbanos que os relacionam às lutas sociais e às condições de superação do modo capitalista de produção do espaço no contexto mais recente, trazendo a questão da produção do espaço urbano de maneira financeirizada, em que uma fração do capital se coloca primordialmente na promoção desse espaço em relação à classe trabalhadora e em relação às demais frações de classe do capital. Tal forma de produção das cidades gera problemas, contradições e conflitos entre as classes e os diversos agentes que produzem o espaço urbano. Esse problema será evidenciado e detalhado no primeiro capítulo de desenvolvimento da dissertação, que identifica o movimento social e político da produção e reprodução do espaço urbano, sendo esse movimento a própria hipótese de superação do movimento do capital.

O presente estudo ainda visa, especialmente, a apresentar e cotejar as ideias de quatro principais obras de autores que formularam sobre a luta que estrutura a sociedade, a saber, a luta de classes, que, essencialmente, é a luta entre o capital e o trabalho e, além disso, sobre as possíveis utopias que eles apresentam no decorrer de suas contribuições e obras. Dessa maneira, o estudo também tem como essência uma contribuição política para essa questão, mas se concentra no campo acadêmico debatendo especialmente as utopias do urbano.

Com isso se apresenta também como objetivo específico a problematização e uma síntese entre os autores que contribuiria para a leitura do momento atual da questão urbana, considerando que o planejamento urbano é um dos vetores, mas não o único, do desenvolvimento das cidades, o que contribui no cumprimento do objetivo geral do trabalho relacionado à luta de classes e às utopias no recorte das cidades. Evidencia-se que em face da natureza projetiva do planejamento urbano, explorar as utopias que orientam essas possibilidades é uma função científica importante. (TORRES RIBEIRO, 2007)

Os autores citados serão analisados a partir de obras manifestos em o que se pode chamar de seus momentos utópicos, sendo eles: Karl Marx e Friedrich Engels, especialmente em sua contribuição clássica do “Manifesto Comunista”; Henri Lefebvre, principalmente a partir do também reconhecido “O direito à cidade”; Nicos Poulantzas, em particular na obra “O Estado, o poder, o socialismo”; e David Harvey, sobretudo com “Espaços de Esperança”. Cabe destacar que a utopia não é uma expressão compartilhada por todos eles, especialmente não usada por Marx e Poulantzas e que, além disso, para Lefebvre, há uma ideia de utopia experimental, como no próprio “O direito à cidade”, em que, para o autor, a utopia que faz parte do ato que compreende o mundo, ou seja, uma ação que visa ao futuro da sociedade a partir da análise das contradições que geram a desigualdade presente e vivida no cotidiano, que pretende trazer para a prática cotidiana a noção de utopia, colocando à distância a noção mais idealizada do termo.

Para realizar a atualização e a acareação das utopias desses autores em um só trabalho, porém, antes serão apresentados elementos de um diagnóstico da realidade urbana atual, em que o capital se expressa de uma maneira muito particular, financeirizada.

Com a tentativa da demonstração da realidade concreta da produção do espaço urbano, num capítulo inicial, prepara-se o leitor para, em seguida, o apontamento de uma direção desejada, que se encerrará com a realização de um prognóstico convergente entre os autores citados o qual se caracteriza pela proposta da superação do capital considerando o papel do Estado e do espaço urbano nessa transformação.

É esse, portanto, o objetivo central do trabalho, recortar, analisar e articular as contribuições de Marx e Engels, Lefebvre, Poulantzas e Harvey sobre os sentidos e os propósitos revolucionários, no movimento de transformação em direção à utopia

de sociedade e, portanto, para a superação do modo de produção capitalista das cidades. Esclarece-se, ainda, que um segundo recorte se dá exatamente pelas obras já citadas escolhidas para realizar o debate.

Tal análise reconhece a abordagem materialista e dialética dos autores citados e indica um panorama futuro fincado na veracidade histórica que suplante, no sentido de superar incorporando o modo de produção capitalista. O trabalho justifica-se pelo fato de que, como será apresentado no primeiro capítulo do estudo, tal modo de produção resulta em diversas contradições e conflitos.

Antes de iniciar, porém, toda essa explanação, cabe discutir ao que se refere o termo utopias do urbano. Primeiramente, para essa discussão, é importante ressaltar como o termo utopia é aqui tomado, qual a importância da utopia na construção de uma nova maneira de produzir a cidade e também ser produzido por ela e o que a utopia significará no já referido cotejo entre os principais autores citados.

É imperativa a reflexão crítica sobre utopia. Para Limonad, por seu potencial político, inclusive, a utopia é imprescindível enquanto orientação para qualquer projeto que almeje a transformação social, em particular para aqueles que propugnam por uma sociedade mais justa e equânime. Além disso, será debatida especificamente a utopia contemporânea no contexto do direito à cidade a partir de um entendimento proposto por Ernst Bloch da ideia de utopias contemporâneas, o qual superou algumas contradições de sua época no debate. (LIMONAD, 2016)

A noção de utopia aqui proposta pode ser obtida por meio da compreensão da diferença entre ideias românticas ou idílicas de sociedades utópicas, bem como distopias que ganharam expressão em obras literárias ou, ainda, propostas de cidades hipotéticas elaboradas pelos socialistas utópicos e a ideia da utopia como algo intrínseco à realidade existente e à vida dos homens, a partir da ideia de que a utopia teria a capacidade de transformar as condições existentes. (LIMONAD, 2016)

Para Atwood, toda distopia fala do presente. De acordo com a autora, Orwell falava de 1948 e Huxley falava dele mesmo chegando a Hollywood nos anos trinta, após passar pela Grande Depressão e ao se deparar com o sexo livre e as comidas exóticas. No século XIX foram escritas milhares de utopias. Houve tantas melhorias materiais, tantas invenções, que só podiam imaginar um sentido positivo para a humanidade. O XX, por sua vez, foi um século de distopias porque foi um século de guerras e totalitarismos. Toda distopia contém uma utopia e vice-versa. Apesar de tudo, para a autora, neste século XXI “as utopias voltarão”, porque teremos que

descobrir como nos organizar para que o planeta permaneça habitável. As utopias voltarão porque precisamos imaginar como salvar o mundo. (ATWOOD, 2021)

A categorização proposta de utopia, então, lembra que a partir da consideração do homem como ainda não ser, a utopia transcende sua esfera social tradicional, para ser encontrada em toda obra cultural e que, como sonho inacabado, necessariamente antecipa um horizonte utópico de possibilidades. Um mundo inconclusivo, portanto, de melhores expectativas de vida não satisfeitas. Considerada do ponto de vista do conceito filosófico de utopia, não como um entretenimento ideológico de um nível superior, mas como um caminho experimentado e verdadeiro de uma esperança conhecida. (BLOCH, 2011)

Então, a utopia urbana aqui descrita, longe de ser desanimada pela impossibilidade ou dificuldade de realização dos modelos utópicos, se insere como princípio norteador da ação e esperança.

E é assim que as utopias do urbano dos autores em questão serão tratadas e sintonizadas, como direções às quais se pode seguir e, especificamente, fruto deste próprio trabalho, será apresentada uma perspectiva que debate as quatro visões de cenários promissores para o urbano e, de maneira mais geral, para o próprio modo de produção e reprodução de vida da humanidade.

Finalmente, ressalta-se que a noção de utopia aqui trazida está longe de ser colocada como uma categoria comum para esses autores. Antes, porém, é trazida como uma solução alternativa a fim de abarcar as possíveis divergências sobre a categoria utopia entre os autores, e pode significar transformações e até mesmo revoluções.

Dessa maneira, passa-se da crítica do planejamento urbano a um planejamento urbano crítico, no qual apropriar-se do horizonte último de análise e de práxis significa buscar no curto, médio e longo prazos uma correlação de forças capaz de efetivamente transformar radicalmente o espaço urbano.

Encerra-se esta introdução demarcando a estrutura do trabalho que será encontrado à frente.

O primeiro capítulo e o segundo capítulos fazem parte de um esforço que busca estabelecer uma unidade dialética entre um processo analítico e de mediação – o diagnóstico – o qual objetiva explicar parcialmente um fenômeno da realidade contemporânea, a saber, a vida urbana, e um apontamento que traça um possível desenvolvimento futuro ou resultado desse mesmo processo – o prognóstico – em

que se se empreende a tentativa de síntese e uma visão de totalidade sobre o fenômeno em questão, compreendendo a necessidade de conceber um esforço intelectual que não se separe da realidade política ou, em outras palavras, afirma-se a supremacia da práxis.

Estrutura-se “o diagnóstico” em três subcapítulos. A fim de iluminar a leitura para que se possa compreendê-la de forma mais abrangente e de um ponto de vista mais amplo, indica-se quais serão as questões debatidas em cada um desses itens.

A intenção do primeiro subcapítulo é, antes de debater sociologicamente o conceito de pós-modernidade, discutir sobre que bases estão assentadas as realidades concretas do fenômeno urbano, incluindo a discussão sobre a superação ou não da modernidade na sociedade – esta, estreitamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo no plano econômico e centralidade do ser humano no plano filosófico.

Nesse subcapítulo, encontra-se a discussão da categoria “o capital financeiro”, um inegável elemento constitutivo dos contemporâneos processos sociais, do “neoliberalismo”, sustentando-o como ideologia hegemônica no sistema global, e das políticas de “austeridade”, demonstrando a ação governamental no sentido de diminuir o investimento público na classe trabalhadora em nome do equilíbrio nas contas públicas.

Após essa abertura e apresentação que dá o cenário e alguns elementos principais gerais para se debater a realidade urbana, tem-se o segundo subcapítulo, que traz “a atual forma capitalista de produção do espaço”, voltando agora, de fato, o trabalho para a questão urbana em si. Aqui, a narrativa busca explicitar de que maneira o espaço vem sendo produzido no contexto abordado.

O primeiro tópico abordado nele vem com o debate da “terra como mercadoria”. Com a compreensão de que a terra se transformou numa mercadoria dentro do movimento do capital, é possível preparar o terreno para uma derivação dessa transformação que virá historicamente em seguida – “a financeirização do mercado fundiário” –, sendo justamente este o segundo tópico do subcapítulo. Segue-se com o terceiro tópico do subcapítulo, a constatação de que é “insustentável o mecanismo especulativo” que vem caracterizando o mercado imobiliário no recorte temporal considerado.

E essa constatação é indicativa para a abertura do terceiro subcapítulo, o que fecha o capítulo do diagnóstico – as “crises imobiliárias e o papel dos governos na sustentação do capitalismo”. Neste último subcapítulo do diagnóstico, sobre as crises

no capital, percebe-se a insustentabilidade do sistema econômico adotado frente ao mecanismo especulativo apontado anteriormente e mais – a necessidade da ação governamental para manter o funcionamento de instituições do mercado que, inclusive, pregam, contraditoriamente, o discurso do Estado Mínimo.

A primeira abordagem, no primeiro tópico, é específica da crise hipotecária estadunidense de 2008, dada a importância que tal evento tem sobre a continuidade dos processos sociais em nível mundial até os dias atuais. E fecha-se o subcapítulo e, por consequência, esse grande capítulo do diagnóstico, com um segundo tópico em que se busca compreender que os governos têm papéis fundamentais na manutenção do capital.

Estrutura-se “um prognóstico” em três subcapítulos que se dividem, por sua vez, os dois primeiros, em três tópicos e o terceiro em dois tópicos. Será elucidada brevemente cada seção também do capítulo, a fim de que o leitor possa ter uma visão ampla de todo o trabalho.

Primeiramente, no subcapítulo “O direito à cidade no contexto atual”, trabalha-se a categoria marxista referente à totalidade, no tópico “O urbano como totalidade na contemporaneidade” para, em seguida, demonstrar, de fato, como o urbano pode ser entendido como totalidade na atualidade. Disso, pode-se inferir, e isso é trabalhado na sequência, que a precificação da terra é um fenômeno (e uma contradição) essencialmente capitalista. Compreendida tal ideia, a partir dela, em seguida, aponta-se uma tentativa de “subverter a lógica do mercado imobiliário” pela via da “democratização do espaço urbano”, sendo estes os dois tópicos que finalizam o primeiro subcapítulo.

No subcapítulo “O Estado como central na defesa do direito à cidade”, afirma-se que o Estado – e aqui se debaterá a visão poulanziana do termo – tem papel preponderante na defesa do direito à cidade.

Esse subcapítulo divide-se em “os agentes de produção do espaço e suas contradições”, em que a ideia é debater quais são e como se relacionam os interesses das frações do capital e do trabalho na produção do espaço urbano. Para isso, será discutido como se estabelecem tais interesses na realidade concreta e as contradições que alguns impõem aos outros. O segundo tópico é “o papel do investimento estatal na urbanização”, em que se pretende mostrar ao leitor a importância do Estado no processo que desencadeia o adensamento e desenvolvimento da vida urbana, defendendo que é prevalecente essa participação.

E o terceiro e último tópico do subcapítulo é “o salário urbano”, como um elemento de profunda necessidade para a classe trabalhadora nas cidades. Como exemplo, será citado o passe livre como alternativa no sistema de transporte das massas trabalhadoras. Contudo, acredita-se que o salário urbano vai para muito além dessa questão, e isso será debatido no tópico correspondente.

O último subcapítulo do trabalho, a saber, “utopias do urbano: um cotejo entre Marx e Engels, Lefebvre, Poulantzas e Harvey para a questão urbana, encerra a dissertação. Ele se divide, como já comentado, em dois tópicos.

O primeiro tópico, “a categorização proposta de utopia”, busca estabelecer um ponto de encontro entre Marx e Engels, Lefebvre, Poulantzas e Harvey relacionado às utopias para a questão urbana. Ou seja, aponta o ângulo de visão congruente entre os autores, afirmando uma categorização proposta de utopia que não pretende encerrar qualquer debate acerca de si mesma. Já no último subcapítulo do trabalho, tem-se uma discussão mais teórica sobre quatro autores citados. Nele, busca-se fazer um cotejo entre os autores no que tange às utopias da questão urbana.

E desta maneira se encerrará o trabalho, em suas considerações finais, procurando compreender criticamente os caminhos que buscam superar algumas contradições atuais do capitalismo, trabalhando com a teoria munida das práticas que serão propostas, num sentido que eleve a classe trabalhadora numa posição privilegiada em relação ao capital.

2 O DIAGNÓSTICO – A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

2.1 O PERÍODO (PÓS-)MODERNO: O CAPITAL FINANCEIRO, O NEOLIBERALISMO E A AUSTERIDADE

Este primeiro subcapítulo intenta demarcar o momento histórico em que estão inseridos os principais fenômenos abordados no trabalho. Explica-se que será discutido, aqui neste item, primeiramente o tema do período (pós-)moderno em si, inclusive brevemente o debate assinalado entre parênteses – sobre a modernidade e a pós-modernidade – a fim de inserir o leitor no contexto no que serão consideradas as problemáticas específicas do capital financeiro, do neoliberalismo e das políticas de austeridade.

Logo em seguida, então, serão apontadas quais as teses que serão defendidas sobre cada um desses três eixos os quais embasam tanto concreta quanto abstratamente, ou seja, econômica, política e ideologicamente a questão urbana que se está propondo debater.

Primeiramente, dessa maneira, abre-se a temática da modernidade. Sustenta-se que, para além de um movimento artístico, filosófico ou cultural, o debate sobre a modernidade empreende uma visão econômica em seu sentido amplo, ou seja, o da produção e distribuição das riquezas e a garantia desse tipo de troca de mercadorias.

Por isso, reconhece-se que não apenas as transições teóricas operadas pelo cartesianismo em rompimento com a escolástica medieval nem apenas o estabelecimento da autonomia da razão em contraposição ao teocentrismo sustentado pela igreja caracteriza o que é a modernidade.

Defende-se aqui que o manejo do Estado, além disso, tem elevado papel de destaque no entendimento do que pode ser tratado como período moderno. A corrente contratualista, afincada antes até da revolução industrial e burguesa da Europa pós-medieval, dá os pilares para o que foi citado como “garantia desse tipo de troca de mercadorias”, pois formalmente é o direito (apesar de não necessariamente o direito formal) que reconhece a troca mercantil dentro da sociedade capitalista que se forma nesse período e, finalmente, garante as suas relações econômicas.

Nota-se, assim, que o que foi chamado de “visão econômica em seu sentido amplo” é, nada mais, que o próprio surgimento do capital e este, por sua vez, está intrinsicamente ligado à modernidade.

Posiciona-se aqui, desse modo, criticamente à condição pós-moderna, dado que “o modo de produção e distribuição das riquezas” sociais e até mesmo a forma de “garantia desse tipo de troca de mercadorias” não sofreu substancial transformação em relação ao período tradicionalmente chamado como “moderno” em relação ao que se aponta como “pós-moderno” (a partir da segunda metade do século XX).

No entanto, reconhece-se que especialmente a forma de extração da mais-valia pode mudar neste mais novo período da história da humanidade. Em que pese o sistema político-econômico, que é verdadeira expressão das relações de poder entre classes, as quais, por sua vez, são relações entre pessoas mediadas por coisas, continuar sendo o capitalista, a pós-modernidade altera profundamente, reitera-se, a forma de todo esse processo.

Dessa forma, seriam suplantados os parênteses estabelecidos no período (pós-)moderno para o que parece ser o estabelecimento do que é verdadeiramente “moderno”, pois o pós-modernismo nada mais é que a lógica capitalista avançada e, especificamente, ainda mais consumista.

Utiliza-se, ainda, Edward Soja neste início de subcapítulo com o intuito de abarcar os três temas fundamentais propostos. Faz-se, então, uma discussão que é uma espécie de guarda-chuva para compreender, posteriormente, o capital financeiro, o neoliberalismo e a austeridade mais especificamente no que se denomina, aqui, como período (pós-)moderno.

Para Soja:

> As primeiras vozes insistentes da geografia crítica humana pós-moderna surgiram no fim dos anos sessenta, porém mal fizeram ouvir no alarido temporal vigente. Por mais de uma década, o projeto espacializante continuou estranhamente emudecido pela reafirmação tranquila da primazia da história sobre a geografia, que abarcava tanto o marxismo ocidental quando a ciência social liberal numa visão praticamente santificada do passado eternamente cumulativo.
> (SOJA, 2013, p. 18)

Essa espacialidade silenciada pelo historicismo, para o autor, também se aplicaria igualmente bem à ciência social crítica e às tradições críticas do marxismo. No entanto, seria necessário reservar um lugar especial para as maneiras como pensamos e vivemos o tempo e o espaço, a história e a geografia, a sucessão e a simultaneidade, o evento e o local, o período e a região imediato em que vivemos. A modernidade, portanto, compõe-se de contexto e conjuntura. (SOJA, 2013)

Para Oliveira, sobre tal modernismo avançado que comumente é chamado de pós-modernismo, no que tange ao campo urbano:

> No campo urbano, por exemplo, o que predomina é a fragmentação, a superposição das formas como colagem, metrópoles planejadas, controladas e vendidas aos pedaços.
> (OLIVEIRA, 1992, p. 156)

Ainda:

> Isto poderia implicar maior acesso às inovações tecnológicas, utilizadas por exemplo para a construção em massa de moradias populares. Isto entretanto não ocorreu. O livre mercado e as políticas neoconservadoras que predominaram na década de 80 garantiram construções suntuosas aos ricos, encerraram a classe média em condomínios fechados para morar, shoppings para comprar ou áreas fechadas de lazer planejado para se divertir, nada fazendo pelos pobres a não ser dar-lhes acesso a uma paisagem urbana pós-moderna indigna, qual seja a falta de moradia, a ocupação de estações de metrô, viadutos etc.
> (OLIVEIRA, 1992, p. 156)

Voltando a Soja, percebe-se que o autor também se preocupa com as consequências de modernidade, modernização e modernismo, pois ele defende que ao acompanhar a ascensão da nova economia política do capitalismo houve uma cultura modificada do tempo e do espaço, uma geografia histórica reestruturada, moldada a partir dos restos despedaçados de uma ordem mais antiga e imbuída de novas e ambiciosas visões e projetos de futuro, à medida que a própria natureza e experiência da modernidade – do que significa ser moderno – foi sendo significativamente reconstituída. (SOJA, 2013)

E é nesse período histórico que se contextualiza, agora, o capital financeiro. O capital financeiro – fictício – é uma forma específica de capital que vem historicamente prevalecendo sobre outras formas, especialmente após o movimento radical de valorização de ações e títulos que busca se autonomizar da economia real como capital fictício.

Será tratado, ainda, do neoliberalismo. Sem debater especificamente teorias sobre ideologias, ele será considerado uma ideologia – dentro da categorização que será proposta como tal – raiz de muitos dos problemas que serão vistos posteriormente neste trabalho, como colapsos financeiros imobiliários, por exemplo.

E, no fechamento deste subcapítulo que demarca o contexto histórico da dissertação, destacam-se as políticas de austeridade impostas por nações especialmente as que aderem ao neoliberalismo como discurso. Tais políticas, na verdade, serão apresentadas como uma justificativa para diminuir o investimento público na classe trabalhadora enquanto o investimento no capital não é arrefecido.

Passa-se, agora, então, ao debate específico sobre o capital financeiro.

Compreende-se aqui o capital financeiro como uma fração específica do capital. Busca-se o entendimento, portanto, dessa forma específica de capital inserida no tempo histórico e aponta-se que ela, atualmente, tende a suplantar as outras espécies de capital. Para tanto, será primeiramente estudado o capital de maneira geral, para em seguida aprofundar-se no capital financeiro de maneira pontual.

A compreensão do capital, antes de significar o entendimento das categorias formuladas para apontar o complexo sistema de produção e circulação das mercadorias, significa compreender a ciência da história relativa ao contexto de surgimento desse sistema social, político, ideológico e econômico.

Recorre-se, dessa maneira, ao principal formulador de tais teorias mais à época da transição europeia ao capitalismo, a saber, Karl Marx. Marx destrincha o capital, em sua obra “O Capital: Crítica da Economia Política” caminhando do seu elemento mais simples em busca da maior complexidade. Não se buscará aqui refazer o caminho percorrido pelo autor para a compreensão de todas as categorias que ele formula, mas sim será objetivado o processo de transformação do período pré-capitalista ao capitalismo.

O autor reconhece a produção de capital em mais capital decorrente da mais-valia. No entanto, para dar início a um primeiro processo de acumulação é necessária uma acumulação que não esteja já inserida no modo de produção capitalista. Tal

fenômeno se dá a partir do contato entre dois diferentes tipos de possuidores – possuidores de meios de produção e dinheiro, por um lado, e vendedores da própria força de trabalho (trabalhadores livres, não pertencentes aos e nem pertencedores dos meios de produção), por outro. Essa condição pressupõe a separação dos trabalhadores e da propriedade das condições de realização do trabalho. A partir disso, a produção capitalista se reproduz. Sendo assim, a acumulação originária do capital consiste no processo histórico de separação entre produtor e meio de produção e dá-se na transição do modelo feudal para o capitalista. Caracteriza-se pela expropriação dos trabalhadores de seus meios de subsistência e da vitoriosa luta dos capitalistas industriais contra o poder dos senhores feudais, em que o tipo exploração feudal passou a ser exploração capitalista. A base do processo é, então, a expropriação da base fundiária do produtor rural camponês. (MARX, 1984)

Com o lançamento no mercado de trabalho de inúmeros proletários livres após a dissolução de estruturas feudais, como com a apropriação por parte da classe burguesa do patrimônio do Estado e da Igreja e a usurpação da terra comunal em conjunto com a revolução da agricultura, caracterizou-se o período de transição em que os trabalhadores perderam o antigo modo de sobrevivência. Assim, o lavrador foi expropriado de sua base fundiária ao mesmo tempo em que passou a formar potencialmente o proletariado do espaço urbano. Os expropriados de suas condições camponesas chegaram às cidades sem ter condições de serem absorvidos pelo mercado de trabalho. Viraram massas de marginalizados que tiveram tratamento cruel dado pela lei. Tais leis, no entanto, não levaram em consideração que as condições de trabalho foram retiradas desses antigos camponeses e os puniram como se não labutar configurasse uma opção, e não uma decorrência da transformação do sistema produtivo. (MARX, 1984)

Outro aspecto discutido sobre a gênese histórica da produção capitalista é o emprego da força do Estado para regular o salário em benefício da burguesia. A legislação referente à tarifa legal de salários é um exemplo – “Proibia-se, sob pena de prisão, pagar salários mais altos do que o estatutário, porém o recebimento de salários mais altos era punido mais duramente do que seu pagamento” – e, ainda “Todas as combinações, acordos, juramentos etc., pelos quais pedreiros e carpinteiros se vinculavam reciprocamente, foram declarados nulos e sem valor”. Ou seja, um salário máximo, mas não um mínimo, é ditado pelo Estado, o que configura um favorecimento para o empregador. (MARX, 1984, p. 360)

O questionamento sobre a origem dos capitalistas não se explica simplesmente pela expropriação do povo do campo, pois esta cria apenas grandes proprietários fundiários. A revolução agrícola, que enriqueceu o arrendatário com a mesma rapidez com que empobreceu o povo do campo, tem papel importante no processo. (MARX, 1984)

Além disso, mais especificamente para a Inglaterra no século XVI, num contexto de arrendamentos por longos períodos de tempo:

> A contínua queda em valor dos metais nobres, e, portanto, do dinheiro, trouxe ao arrendatário frutos de ouro. Ela reduziu, abstraindo as demais circunstâncias anteriormente mencionadas, o salário. Uma fração do mesmo foi acrescentada ao lucro do arrendatário. O constante aumento dos preços de cereal, lã, carne, enfim de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem sua colaboração, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, foi contraída em valores monetários ultrapassados. Assim, ele se enriquecia, ao mesmo tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados [...]. Não é de admirar, portanto, que a Inglaterra, nos fins do século XVI, possuísse uma classe de “arrendatários de capital”, bastante ricos para a época.
> (MARX, 1984, p. 364)

A saída do campesinato de suas terras e sua ida para o espaço urbano resultou na criação de um proletariado industrial que vendia sua força de trabalho em troca de um salário necessário para adquirir os meios de subsistência, ou seja, cria um mercado consumidor. Tudo isso é proporcionado pela grande indústria que transforma as relações de produção. Marx afirma que as barreiras que impediam o capital monetário de se transformar em industrial foram dissolvidas com a expropriação e expulsão da população rural. (MARX, 1984)

O resultado da acumulação primitiva do capital é a dissolução da propriedade privada fundada no trabalho. O processo se dá pela “transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados”, ou seja, “a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos”, por meio de atos violentos.

> A transformação da propriedade privada fragmentária, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade capitalista, é, naturalmente, um

> processo incomparavelmente mais prolongado, duro e dificultoso do que a transformação da propriedade capitalista – já fundada, de fato, na organização social da produção – em propriedade social. Lá, tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; aqui, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo
> (MARX, 1984, p. 368)

A propriedade privada baseada no trabalho do próprio produtor, além de ser diferente da baseada na exploração do trabalho alheio, é também antítese desta e tende a ser superada por esta historicamente. Essa concepção facilmente perceptível na Europa, para o autor, não tem tão fácil transposição para as colônias, onde o "possuidor de suas próprias condições de trabalho, enriquece a si mesmo por seu trabalho, e não ao capitalista". (MARX, 1984, p. 383)

Os meios de produção, portanto, "só se tornam capital em condições sob as quais servem simultaneamente como meios de exploração e de dominação do trabalhador", diferentemente do que afirmavam os economistas políticos. A oferta de trabalho nas colônias, condição necessária para a relação capitalista, não se comportava de maneira similar à oferta de trabalho na metrópole. Nas colônias, não existia uma massa de trabalhadores expropriados de suas terras que precisam vender sua força de trabalho igual existia na metrópole. E isso exigiu, como também se exigiu na metrópole e ainda mais, "o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador." (MARX, 1984, p. 392)

Finaliza-se essa breve explanação do surgimento do capital como categoria considerando que "o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas". (MARX, 1984, p. 384)

Dessa forma, passa-se ao estudo sobre o capital financeiro, inserido na hegemonia do capital sobre as formas de relação de produção, troca ou distribuição de riquezas em geral no plano global. Estabelecida historicamente a transição pré-capitalista ao capitalismo especialmente a partir da visão na Europa, sendo a categoria fundamental de análise deste o capital, pretende-se formular o pensamento para a compreensão de uma fração específica dessa categoria, a saber, o capital financeiro.

Defende-se aqui que há um movimento de ampliação do exercício do poder da fração do capital que se denomina capital financeiro no contexto global. Aqui, portanto, encontra-se uma análise importante para a continuidade deste estudo, pois

será defendido que tal fração do capital (financeiro) submete o mercado imobiliário aos seus interesses – sendo esse um dos pontos defendidos na dissertação.

Afirma-se que o movimento que assegura a consolidação da hegemonia dos interesses do setor financeiro no conjunto do sistema econômico não é exclusividade brasileira. A forma de organização do capitalismo contemporâneo globalizado apresenta essa característica por todos os continentes. As finanças dominam e impõem suas condições diante dos demais setores de atividade da economia e subjuga todas as classes sociais.

Tal ampliação dessa fração do capital, que a partir daqui também pode ser chamado genericamente de capital improdutivo num movimento de financeirização, não é uma tendência casual. É resultado de uma lenta decadência sistêmica do setor produtivo.

A financeirização – isto é, “a crescente importância dos mercados financeiros, motivos financeiros, instituições financeiras e elites financeiras na operação da economia” – é um processo que começou nos anos 1980 com a remoção das barreiras até então existentes à mobilidade de capital. Os fluxos globais de capital aumentaram, em consequência, de cerca de 5% do PIB mundial em meados dos anos 90 para cerca de 20% em 2007. Em 2018 eram, aproximadamente, três vezes mais céleres do que os fluxos do comércio mundial. (BRAKELEY, 2018)

No entanto, não existe uma separação clara ou até mesmo concreta entre o capital financeiro e o capital industrial. As finanças não devem ser “tratadas como fenômenos superficiais situados no topo das atividades econômicas ‘reais’ que abrangem a produção e a troca de mercadorias”, mas como um subsistema que apoia de modo essencial a acumulação capitalista. A financeirização não representa uma perversão de um capitalismo que funciona bem. Em vez disso, consiste na adaptação da classe capitalista às crescentes contradições evidentes até mesmo na economia política capitalista. Atualmente, não se está testemunhando a “ascensão dos rentistas”. Ao invés disso, todos os capitalistas – industriais e não – transformaram-se em rentistas e todos esses processos de financeirização no Norte Global são dependentes da superexploração no Sul Global. (BRAKELEY, 2018)

Na temática urbana, isso levou a um novo tipo de economia especialmente em grandes cidades. A característica chave destas cidades é que o setor intermediário compreende centenas de empresas altamente especializadas, capazes de entregar todo o conhecimento e aconselhamento de que as corporações financeiras globais

precisam para operar em todo o mundo. Um efeito foi uma tomada massiva de cada vez mais espaços, não apenas para escritórios elegantes, mas também moradias de alta tecnologia, restaurantes, shoppings, hotéis e “todos aqueles computadores que nunca param de trabalhar.” (SASSEN, 2019)

Para a autora:

> Este setor intermediário expandiu-se muito em grandes cidades e criou uma força de trabalho de renda extremamente alta e uma vasta expansão de moradias, escritórios, restaurantes, shoppings e hotéis muito caros. Isso transformou as cidades. Levou ao crescimento de um novo tipo de classe média, com muito dinheiro, conectada ao mundo e que viaja bastante. Nós vemos este tipo de mundo de alta tecnologia não apenas em muitas cidades de estilo ocidental, mas também nas grandes cidades na China, em Tokyo, Mumbai, Bangalore, Nairobi, Buenos Aires e por aí vai. Quase todo o resto destas grandes cidades pode ser pobre e degradados. Mas este núcleo de negócios de alta tecnologia, residências, hotéis etc, é um fenômeno central da atual condição urbana.
> (SASSEN, 2019)

E, ainda:

> O enriquecimento de grandes cidades também deslocou os negócios mais tradicionais – classe média modesta (contadores, professores, doutores) –, que não consegue mais custear a vida nas áreas centrais, e deslocou profissionais de enfermagem, professores, bombeiros, oficiais da polícia. O que significa que os governos municipais agora têm que pagar um dinheiro extra para tais trabalhadores essenciais. Além disso, também há o mundo das altas finanças que molda as cidades enquanto financeiriza não só materiais, mas também construções. Usando seus algoritmos, um prédio, um andar, até mesmo um banheiro podem se tornar títulos lastreados em ativos, um processo invisível ao morador urbano mediano. Até mesmo alguns dos prédios vazios das cidades devem estar gerando lucros se funcionam como um título lastreado em ativo.
> (SASSEN, 2019)

Mesmo considerando essa dupla face do capital – produtivo e improdutivo – como frações do capitalismo de maneira geral, finaliza-se a discussão sobre o capital financeiro afirmando que o descolamento da esfera do financeiro em relação ao

mundo real parece evidente. Os efeitos econômicos e sociais da entrada nessa nova era do capital improdutivo se fazem sentir a cada nova crise financeira internacional. Graças ao extremo poder dos grandes oligopólios, os dirigentes da elite do financismo global conseguem transferir o ônus do ajuste para os países mais pobres e para as populações desprotegidas e que sobrevivem do trabalho. As relações econômicas e financeiras ganham a aura de uma certa institucionalidade sofisticada, mas tudo não passa de mera especulação e da busca por ganhos com novos produtos completamente desvinculados da economia produtiva. (KLIASS, 2018)

O capital financeiro, ainda, se relaciona ao neoliberalismo. Adentrando, agora, mais especificamente, à questão do neoliberalismo, o primeiro esclarecimento a ser realizado sobre a ideologia e, necessariamente, a prática neoliberal é de que ela não é uma derivação necessária do capital financeiro, em que pese estar intrinsecamente relacionada a ele devido ao fator histórico. Ou seja, o surgimento de tal práxis está intimamente ligado ao período de ascensão do capital financeiro no sistema de produção e circulação de mercadorias a nível global.

Isso não significa, porém, que uma dessas categorias dependa da outra teoricamente. Contudo, surgem inequivocamente conexas e se retroalimentam de modo particular na realidade concreta.

O neoliberalismo, aqui, será tomado antes de tudo como uma ideologia. Para tal compreensão, mesmo sem se aprofundar no debate acerca da categoria ideologia, vale ressaltar como tal termo é tomado neste estudo.

Na perspectiva aqui apresentada, ideologia equivaleria de certo modo à “visão de mundo”, ultrapassando o significado mais restrito de “falsa consciência”. Dessa maneira, como apontado anteriormente, a ideologia neoliberal transpassa a simples ilusão de um pensamento muitas vezes sem contradições claras para ir além e ter reflexos na materialidade de produção e reprodução da vida como verdadeira práxis não isenta de contradições. (MAZZARI, 2012)

Outro elemento que deve ser considerado nessa análise é o que passa a ser chamado de neoconservadorismo e envolve o neoliberalismo descrito. Para Almeida:

> O neoconservadorismo estrutura-se como reação ao Welfare State [Estado do bem-estar social], à contracultura e à nova esquerda, fenômenos atrelados ao pós-Segunda Guerra Mundial e ao advento do regime de acumulação fordista. Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o

> capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal.
> (ALMEIDA, 2018, p. 28)

O neoconservadorismo, na verdade, é uma nova roupagem do que sempre foi necessário conservar na sociedade capitalista, a saber, as formas sociais básicas: a forma mercadoria, a forma dinheiro, a forma Estado e a forma jurídica. Tanto o neoconservadorismo quanto o neoliberalismo são duas faces da mesma moeda: a crise do Welfare State e o surgimento de acumulação pós-fordista. (ALMEIDA, 2018)

O neoliberalismo, especificamente, enxerga a concorrência como a característica definidora das relações humanas. Ele redefine os cidadãos como consumidores, cujas escolhas democráticas são melhor exercidas por compra e venda, um processo que premia o mérito e pune a ineficiência. De acordo com o neoliberalismo, "o mercado" proporciona benefícios que nunca poderiam ser alcançados pelo planejamento estatal.

Tentativas de limitar a competição são tratadas como inimigas da liberdade. Impostos e regulações devem ser minimizados, serviços públicos devem ser privatizados. Organizações do trabalho e negociações coletivas de sindicatos são retratadas como distorções de mercado que impedem a formação de uma hierarquia natural de vencedores e perdedores. A desigualdade é remodelada como algo virtuoso: recompensa pela utilidade e geradora de riqueza, que escorre para enriquecer a todos. Esforços para criar uma sociedade mais igualitária são tanto contraproducentes quanto moralmente corrosivos. O mercado garante que todos recebam o que merecem. Não importa o desemprego estrutural: se o indivíduo não tem um trabalho é porque não tem iniciativa. Não importam os custos impossíveis de habitação: se um indivíduo se endivida, ele é irresponsável e imprevidente. Em um mundo governado pela competição, aqueles que ficam para trás são tidos e autodefinidos como perdedores. (MONBIOT, 2016)

Além disso, à medida que evoluiu, o neoliberalismo tornou-se mais estridente. Para Monbiot:

> No início, apesar do financiamento generoso, o neoliberalismo permaneceu às margens. O consenso do pós-guerra foi quase universal: as receitas

> econômicas de John Maynard Keynes foram amplamente aplicadas, o pleno emprego e a minoração da pobreza eram objetivos comuns nos EUA e em grande parte da Europa Ocidental, os tetos de impostos eram elevados e os governos procuravam resultados sociais sem constrangimento, desenvolvendo novos serviços públicos e redes de segurança.
> (MONBIOT, 2016)

Mas:

> Na década de 1970, quando as políticas keynesianas começaram a desmoronar e crises econômicas atingiram ambos os lados do Atlântico, as ideias neoliberais começaram a penetrar o mainstream. Como observou Friedman, "quando chegou o momento em que você tinha de mudar... havia uma alternativa pronta ali para ser pega". Com a ajuda de jornalistas simpatizantes e assessores políticos, elementos do neoliberalismo, especialmente suas prescrições para a política monetária, foram adotados pela administração de Jimmy Carter, nos EUA, e pelo governo de Jim Callaghan, na Grã-Bretanha.
> (MONBIOT, 2016)

O que culminou, finalmente, com Margaret Tatcher e Ronald Reagen assumindo o poder e o restante do pacote como massivos cortes de impostos para os ricos, o esmagamento de sindicatos, desregulamentação, privatização, a terceirização e a concorrência nos serviços públicos sendo implantados nos países centrais do ocidente. E, por meio do FMI, do Banco Mundial, do Tratado de Maastricht e da Organização Mundial do Comércio, as políticas neoliberais foram impostas – muitas vezes sem o consentimento democrático – em grande parte do mundo. (MONBIOT, 2016)

> Talvez o impacto mais perigoso do neoliberalismo não seja a crise econômica que tem causado, mas a crise política. Como o poder do Estado é reduzido, a nossa capacidade de mudar o rumo de nossas vidas através de votação também se contrai. Em vez disso, a teoria neoliberal afirma, as pessoas podem exercer a sua escolha através do consumo. Mas alguns têm mais dinheiro para gastar do que outros: nesta grande democracia do consumidor ou do acionista os votos não são igualmente distribuídos. O resultado é uma perda de poder dos pobres e da classe média. Como tanto partidos da direita quanto ex-partidos de esquerda adotam políticas neoliberais semelhantes, a

> perda de poder se transforma em privação de direitos. Um grande número de pessoas foi descartado da política.
> (MONBIOT, 2016)

Ou seja, a democracia torna-se mero detalhe para a implantação do neoliberalismo. Ele entra como uma saída sem alternativas, apesar de seu discurso concorrencial. Quanto maior o fracasso, mais extremista a ideologia se torna. Então, é no plano político que a ideologia mais preocupa.

A partir de Monbiot (2016), defende-se aqui que a manutenção do neoliberalismo como ideologia hegemônica após a crise capitalista de 2008 é decorrente da falta de opção de pensamento econômico produzido pela humanidade no último século, especialmente pelo campo progressista. Ou seja, a vitória do neoliberalismo também reflete o fracasso das esquerdas. Quando o laissez-faire levou à catástrofe de 1929, Keynes concebeu uma teoria econômica abrangente para substituí-lo. Quando o gerenciamento keynesiano da demanda chegou no limite nos anos 1970, havia uma alternativa pronta. Mas quando o neoliberalismo se desfez em 2008, não havia nada. É por isso que o "zumbi neoliberal" ainda caminha. A esquerda e o centro não produziram nenhum novo pensamento econômico nos últimos 80 anos. (MONBIOT, 2016)

Após debater brevemente o neoliberalismo como ideologia, inserir a ideia do neoconservadorismo como contingente do neoliberalismo e afirmar o neoliberalismo como um discurso descolado de sua prática, assinala-se aqui mais incisivamente que tal ideologia não necessita conviver com a democracia.

Como dito acima, a democracia torna-se mero detalhe para a implantação do neoliberalismo. O discurso neoliberal clássico, baseado no universalismo e no multiculturalismo, não é capaz de amparar enquanto ideologia a necessidade de uma prática política brutal de extermínio e de rebaixamento das condições de vida. Mas pessoas capazes de articular um discurso de violência contra minorias, de intolerância e de hiperindividualidade podem dar conta de justificar o atual estágio da economia capitalista, e o fazem justamente invocando o direito e com o apoio das instituições de repressão do Estado. (ALMEIDA, 2018)

Finaliza-se, portanto, a discussão do neoliberalismo afirmando que sua superação, e a do neoconservadorismo em geral, e de suas pautas não pode ser alcançada nem apenas com a demonstração de fragilidade de seus discursos nem

com a criação de um discurso contra hegemônico. É necessária a transformação das condições socioeconômicas que lhes fornecem as bases materiais das suas ideologias, e isso só pode ser feito com atuação justamente em tais bases materiais. Como afirmado anteriormente, para isso é necessário que o campo progressista – por enquanto aqui apontado simplesmente como não conservador – conceba, na práxis, uma alternativa coerente para suplantar um sistema que já está falido.

Trazendo à luz o tema da austeridade, ela pode ser considerada um pilar do neoliberalismo. Conjuntamente com a liberalização dos mercados e as privatizações, a racionalidade dessa política é a defesa de interesses específicos que corrói a democracia e fortalece o poder corporativo no sistema político. Nas palavras de Rossi e Dweck:

> “Austeridade” não é um termo de origem econômica; a palavra deita raízes na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um neologismo que se apropria da carga moral do termo, especialmente para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência e à sobriedade, além de reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários.
> (ROSSI e DWECK, 2018, p. 81-82)

E continuam:

> Por associação, no plano econômico, a austeridade é a política que busca, por meio de um ajuste fiscal, preferencialmente por corte de gastos, ajustar a economia e promover o crescimento. O sacrifício, supostamente imposto ao conjunto da sociedade, é recompensado com crescimento, assim como o indivíduo austero se beneficia de sua poupança. Há, portanto, uma clara transposição, sem as adequadas mediações, das supostas virtudes do indivíduo para o plano público, atribuindo características humanas ao governo e personificando-o.
> (ROSSI e DWECK, 2018, p. 82)

É perceptível, então, um discurso baseado em mitos para a promoção da austeridade. As políticas de austeridade, geralmente, comparam o orçamento público ao orçamento doméstico, o que é uma ideia altamente questionável.

Além disso, existe outra metáfora que também deve ser colocada contra a parede e, assim, não se sustenta – a de que a austeridade gera confiança do mercado e, consequentemente, investimentos no país onde é aplicada.

Serão analisados os dois mitos. O primeiro, com relação ao argumento de que o governo não deve gastar mais do que arrecada, tal qual uma família, e que, diante de uma crise e aumento de dívidas deve passar por sacrifícios e aumento de poupança, há três fatores essenciais que devem ser considerados.

Um deles é o de que a arrecadação de impostos decorre de uma decisão política e está ao alcance do governo. Enquanto uma família não pode definir o salário que recebe, o orçamento público decorre de uma decisão coletiva sobre quem paga e quem recebe, quanto paga e quanto recebe. Outro, é que quando o governo gasta, parte dessa renda retorna sob a forma de impostos, ou seja, ao acelerar o crescimento econômico com políticas de estímulo, o governo está aumentando também a sua receita. Finalmente, as famílias não emitem moeda, não têm capacidade de emitir títulos nem de definir taxa de juros, enquanto o governo faz tudo isso. (ROSSI e DWECK, 2018)

O segundo mito pode ser chamado de o mito da “fada da confiança”. A fim de iniciar a análise desse segundo mito e embasar o recorte proposto, recorre-se ao debate sobre os déficits orçamentários:

> É verdade que você não pode executar grandes déficits orçamentários para sempre (embora possa fazê-lo por muito tempo), porque em algum momento os pagamentos de juros começam a engolir uma parcela muito grande do orçamento. Mas é tolice e destrutivo se preocupar com déficits quando o empréstimo é muito barato e os fundos emprestados seriam desperdiçados. Em algum momento, você deseja reverter o estímulo. Mas você não quer fazê-lo tão cedo - especificamente, não deseja remover o apoio fiscal, desde que a política monetária ainda seja insuficiente. Em vez disso, você deve esperar até que haja uma espécie de transferência, na qual o banco central compense os efeitos de gastos decrescentes e aumento de impostos, mantendo as taxas baixas. Como John Maynard Keynes escreveu em 1937: "O boom, não a crise, é o momento certo para a austeridade no Tesouro". (KRUGMAN, 2015)

Sendo assim, a crença de que a austeridade gera confiança é baseada numa fantasia segundo a qual, por um lado, os governos seriam reféns de “vigilantes

invisíveis da dívida", que punem pelo mau comportamento, e, por outro lado, existiria uma "fada confiança" que recompensaria o bom comportamento fiscal. E, nas palavras de Rossi e Dweck:

> Nesse sentido, é intuitivo pensar que um ajuste fiscal não necessariamente melhora a confiança; um empresário não investe porque o governo faz ajuste fiscal e sim quando há demanda por seus produtos e perspectivas de lucro. Nesse ponto, a contração do gasto público em momentos de crise não aumenta a demanda; ao contrário essa contração reduz a demanda no sistema. Em uma grave crise econômica, quando todos os elementos da demanda privada (o consumo das famílias, o investimento e a demanda externa) estão desacelerando, se o governo contrair a demanda pública, a crise se agrava.
> (ROSSI e DWECK, 2018, p. 84)

Essas explanações têm por objetivo demonstrar que é um erro aplicar políticas de austeridade em momentos econômicos de desaceleração. No entanto, agora se prega o que de fato se gostaria de propor – que os benefícios e os malefícios das políticas de austeridade não são democráticos, ou seja, não recaem igualmente sobre todas as classes e frações de classe.

As elites econômicas, às custas dos direitos sociais da população e dos acordos democráticos beneficiam-se da recessão e do desemprego gerado pelas políticas de austeridade ao reduzirem salários e aumentar a lucratividade. Isso, ainda, aumenta a desigualdade de renda e o abismo social entre capitalistas e trabalhadores.

Outro fator, não menos importante, é que o corte de gastos e a redução das obrigações sociais fortalecem o discurso de menos impostos para grandes empresas, redução de quantidade e qualidade dos serviços públicos e aumento da necessidade de a população se servir de serviços privados – como os de saúde, educação e até mesmo segurança.

Por trás da retórica da austeridade, finalmente, há um enorme benefício para o capital, que aumenta suas margens de lucro, corta gastos, reduz as obrigações sociais do Estado e estimula a privatização dos serviços públicos. (GALLEGO, 2018)

Encerra-se aqui este subcapítulo com a certeza do cumprimento do objetivo de apresentar ao leitor o contexto em que está inserida a análise do mercado imobiliário, de modo geral, e os movimentos especulativos, particularmente, deste

trabalho. Recapitula-se que num primeiro momento defendeu-se o moderno como representação do modo de produção e reprodução da vida nesta etapa da humanidade. Dentro disso, explicitou-se a fração financeira do capital como parte importante desse modo de produção e reprodução para, logo em seguida, compreender o neoliberalismo tal qual se coloca – uma ideologia discreta que afasta o próprio discurso de sua prática – e, finalmente, demonstrar que as políticas de austeridade são extremamente classistas.

Passa-se, agora, ao estudo sobre a atual forma capitalista de produção do espaço, subcapítulo essencial desta dissertação. Encara-se, então, tal forma de produzir o espaço como inserida nesse conjunto de categorias já ensaiadas neste subcapítulo introdutório que aqui se finaliza.

2.2 A ATUAL FORMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO (SOCIAL)

Os três tópicos deste subcapítulo buscam demarcar em que situação se encontra a produção do espaço social, não entendido aqui como um espaço-palco, localização, receptáculo, continente de fenômenos e relações sociais, e sim como produto e produtor dessas relações. A atual forma capitalista de produção do espaço (social), então é, na verdade, central para a compreensão da maneira como se sustenta o capitalismo hoje na sociedade e, por outro lado, no sentido contrário e numa posição dialética, como o capitalismo também sustenta a produção do espaço (social).

Antes de adentrar, no entanto, nos tópicos seguintes, é importante perceber o que significa exatamente o título deste subcapítulo. Dado que importantes expressões e categorias do capitalismo atual já foram vistas no primeiro subcapítulo deste estudo, é agora imprescindível compreender o que significa o espaço (social) citado.

O espaço não existe em si mesmo, por isso, busca-se aqui contrapor a formalidade científica que aliena o espaço da prática social. Sendo assim, no percurso argumentativo que aqui se faz busca-se a superação da racionalidade que obscurece o entendimento sobre a natureza do espaço e o toma como pura idealidade. O espaço é produzido socialmente.

No mesmo sentido, de acordo com Souza:

> O espaço envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social, diante dessa afirmação o espaço torna-se uma mercadoria que se abstrai enquanto mundo, ao mesmo tempo, que traduz as diferenças e as particularidades contextuais.
> (SOUZA, 2009)

No entanto, ainda, para Souza:

> O espaço abstrato não consegue destituir completamente as contradições da realidade prática e sensível imediata, além de abrigar novos conflitos concernentes à própria lógica econômica e política. Surge o espaço das diferenças, fragmentado pela resposta da sociedade local à implosão de uma ordem distante. Assim, a ordem próxima refere-se aos espaços de representações (diferenciais) imediatas, que espelham as especificidades que não conseguem ser coagidas pela abstração do espaço. Desta maneira, as representações não podem ser consideradas unicamente como virtualidades que vão além da realidade para alimentar uma racionalidade abstrata e ideológica.
> (SOUZA, 2009)

E aí surge o que Lefebvre trabalha como três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido, o espaço vivido, e o espaço percebido. O espaço concebido relaciona-se diretamente com o capitalismo pelo pensamento deslocado do real. O percebido, por sua vez, é uma mediação entre este e a ordem próxima, referente aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Já o espaço vivido representa a cotidianidade, formando, dessa maneira, sinteticamente, o que se entende por espaço social. (SOUZA, 2009)

Finalmente, com relação à teoria da produção do espaço (social), que a partir daqui, devido ao entendimento já proposto, passa a ser chamado de espaço social (sem parênteses), afirma-se:

> A dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido se materializa no momento que as temporalidades e as espacialidades ligadas à irredutibilidade do uso se fazem presente na apropriação da cidade. Tal dinâmica pode ser vislumbrada principalmente, porém não exclusivamente, nos espaços urbanos que reagem à forma metropolitana. O cotidiano destes

> lugares designa a atividade criadora por meio da construção individual e coletiva dos seus moradores diante da reprodução do espaço.
> (SOUZA, 2009)

Ou, mais especificamente para Lefebvre, o espaço social não é apenas uma condição e um produto, mas meio para as relações conflitantes dentro do capitalismo. Assim, é preciso apreender como a reprodução das relações do capitalismo moderno se desdobra para a vida cotidiana de uma sociedade urbana. (LEFEBVRE, 2011)

Com esse objetivo, primeiramente será desvendada a mercantilização da terra e especialmente do espaço urbano. Nesse ponto, será discutido o contexto que mercantiliza o espaço urbano, sendo fundamental a democratização da produção do espaço social para solucionar a crise urbana atualmente existente. Crise essa que demonstra a insustentabilidade do modo de vida político e econômico, na qual a reprodução e aumento das desigualdades induz a necessidade de combinar a adoção de estratégias que valorizem a terra e o espaço urbano não apenas, ou até de forma alguma, como mercadorias.

Em seguida, será tratada especificamente a financeirização do mercado fundiário. Este tópico é fundamental deste trabalho pois trabalha tanto o tema da submissão do mercado imobiliário ao capital financeiro no contexto do neoliberalismo, quanto o objeto da precificação dos imóveis subordinada aos movimentos especulativos a partir do século XXI. Aqui, trabalham-se categorias que envolvem a relação entre o mercado imobiliário e a financeirização da acumulação de capital e reflete-se sobre as contradições existentes no tratamento da terra como puro ativo financeiro.

Finalizando este subtópico e já avançando de certa forma para a questão que será tratada no próximo, num esforço que perfaz o trabalho inteiro no sentido de dialogar cada tópico com os subsequentes, de maneira a não isolar nenhuma contribuição, trata-se do insustentável mecanismo especulativo. Insustentável pois gera, ciclicamente, crises sobre as quais precisa ser reformulado e mecanismo especulativo pois trabalha numa estrutura repetitiva, em que apesar de suas reformulações mantém a mesma problemática central da acumulação.

2.2.1 A terra como mercadoria

Deve-se entender que este tópico dá sustentação para a compreensão da financeirização do mercado fundiário. Antes de poder ser transformada em um ativo financeiro, a terra – e o espaço urbano – é transformada em mercadoria. Uma mercadoria especial, pois não reprodutível com exatamente suas próprias mesmas características, ou seja, uma mercadoria, na verdade, exclusiva e única.

Entende-se que a partir do momento em que a terra é transformada em propriedade privada, ela adquire potencial para ser colocada no mercado e, além disso, quando ela se insere no contexto urbano, a ela se confere o caráter de mercadoria do espaço urbano. Aqui, aparece um primeiro conflito eminente sobre quando um bem comum e natural participa na produção social da cidade e também na possibilidade de a partir dele ser auferida renda.

Tal contradição se expressa a partir da ascensão do modo capitalista de produção, culminando em duas lutas paralelas, aquela que busca a concentração da terra e a especulação imobiliária, para a maior apropriação da renda, contra a luta pela função social da terra, pelo direito à cidade e à moradia. (ARÔXA, 2017)

Ainda, de acordo com Arôxa:

> A privatização da terra ocorre no estabelecimento da terra enquanto mercadoria, ou seja, no valor de troca que a terra passa a comportar nos mecanismos de compra e venda. Contudo, a privatização da terra e sua condição como mercadoria só foi possível graças à consolidação de estruturas ideológicas, políticas e socioeconômicas burguesas.
> (ARÔXA, 2017, p. 216-217)

Certamente isso se dá, quando da transição do modo de produção feudal para o capitalista, com a ascensão da principal classe impulsionadora dos valores e da ordem capitalista – a burguesia. E, para a autora, inclui-se aqui a relação espacial e urbana:

> Também foram necessários o renascimento do comércio e, posteriormente, a formação de um amplo mercado, além da aliança entre nobreza e burguesia, condição para a acumulação primitiva do capital. Outro elemento fundamental foi a desapropriação do camponês da terra, seu principal meio de produção e sustento, o que provocou a emergência do trabalho assalariado necessário à manufatura. Do ponto de vista espacial, o

> desenvolvimento do mercado implicou no renascimento dos centros urbanos e, consequentemente, das cidades.
> (ARÔXA, 2017, p. 217)

Dessa maneira, da relação econômica baseada no escambo, a sociedade passou para a lógica do capital, quando a ordem é obter o trabalho social não pago, a saber, o lucro. Nesse contexto ocorre a conversão de um bem natural e coletivo, a terra, em mercadoria. (ARÔXA, 2017)

Certamente essa transição não ocorreu de forma natural ou muito menos pacífica. A história desta expropriação da terra confunde-se, ou melhor, permeia a história do próprio capitalismo, e, portanto, também está inscrita nos anais da humanidade com caracteres de sangue e fogo. (MARX, 1984)

Voltando, contudo, à questão da terra especificamente como mercadoria forjada a partir do momento em que o modo de produção capitalista passa a dominar materialmente o seio da sociedade, afirma-se que a principal estratégia para a privatização da terra ocorre na transformação da produção agrícola em produção de mercadorias, que põe em evidência a diferença essencial entre valor de uso e valor de troca, ou, para Oliveira:

> Com a conquista do monopólio sobre o excedente alimentar e a terra, e posteriormente da produção artesanal através da manufatura, a burguesia se consolida, assim como o capitalismo comercial. Assim, destacam-se duas fases importantes para a ascensão da ordem do capital e da transformação da terra em mercadoria. Na primeira, o pequeno agricultor obteve emancipação da servidão; já na segunda fase, o mesmo foi separado da sua propriedade, dos próprios meios de produção e da moradia, tornando-se dependente da condição de trabalhador assalariado para conseguir os meios de existência, isto é, os valores de uso, como a terra, que está atrelada ao direito à moradia e a produção alimentar.
> (OLIVEIRA, 2007)

Sendo assim, finalmente, percebe-se que a terra urbana se afirma historicamente como mercadoria dentro do capital. Vale a pena ainda destacar o que foi citado inicialmente neste tópico, sobre a condição especial da terra como mercadoria. Apesar de, a princípio, a terra não ter valor em si mesma, pois não é fruto

do trabalho humano e tratar-se de um bem natural, não reprodutível, ela constitui o local onde ocorre o processo de produção.

Afirma-se a princípio pois na cidade poderia se pensar que a mercadoria terra tem ainda uma outra especificidade, a de gerar renda fundiária e imobiliária a partir não da ideia de meio de produção, mas de valor, visto a localização e o solo urbanos serem produtos do trabalho humano materializado historicamente.

De qualquer forma, o que se pode afirmar acertadamente é que a terra não é trabalho materializado, embora, a exemplo da força de trabalho, torna-se mercadoria no sistema capitalista:

> Assim, como o capital pode apropriar-se do trabalho, também pode apropriar-se da terra. Assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho, precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital".
> (MARTINS, 1983, p. 160)

É momento de adentrar a discussão, visto isso, sobre a renda da terra. A renda da terra acaba por ser a remuneração pelo direito de uso da terra imposto ao capital derivada do processo de distribuição de mais-valia. Ou seja, quando o capital aumenta sua capacidade produtiva, está criando condições para aumentar a extração de trabalho não-pago. Da mesma forma, também, a terra possibilita ao seu proprietário a capacidade de apropriar-se de parte da mais-valia social distribuindo-a em seu favor.

Para Harvey:

> A terra, concebida nesse sentido muito amplo, evidentemente tem tanto valor de uso quanto valor de troca. Então, será que ela tem também um valor? Se tem, como a existência desse valor pode ser conciliado com as teorias do valor que se baseiam no tempo de trabalho incorporado (como a de Ricardo) ou, no caso de Marx, no tempo de trabalho socialmente necessário?
> (HARVEY, 2013, p. 434)

Essa preocupação do autor será trazida para debate neste trabalho pois elucida a teoria da renda da terra, ou, antes, da terra bruta, podendo ser chamada de renda fundiária. A produção espacial das atividades humanas está ajustada ao funcionamento dos mercados fundiários que, por sua vez, baseiam-se “na capacidade de se apropriar da renda”. (HARVEY, 2013)

Há, dessa maneira, uma relação de produção que se envolve com a renda e, inicialmente, houve a previsão de três classes estruturantes da sociedade moderna: trabalhadores assalariados, capitalistas industriais e senhores da terra. Daí por diante, objetiva-se definir uma teoria da renda da terra coerente com a teoria do valor. Como previsto, os proprietários de terra teriam base social para serem uma fração do capital e a terra, por sua vez, é mercadoria – podendo ser arrendada ou vendida –, pois tem a característica de ser monopolizável e alienável. (HARVEY, 2013)

Além disso, é necessário compreender a suposta diferença entre lucro sobre o capital (do meio de produção produzido) e sobre a renda da terra (do meio de produção não produzido). Tal suposição implicaria que as rendas cresceriam do solo e que a terra teria valor mesmo que não fosse o produto de trabalho humano, o que é inconsistente com a teoria do valor. Harvey explica:

> Um capitalista usa uma queda d’água (que não é um produto do trabalho humano), enquanto outro usa o carvão (um produto do trabalho humano) para fornecer energia às máquinas. Qualquer capitalista pode se dirigir ao mercado e adquirir carvão e máquinas. Mas a queda d’água “é uma força da natureza monopolizável que está apenas sob o comando daqueles que têm à sua disposição determinadas porções da terra e seus pertences”. Além disso, os fabricantes que possuem quedas d’água estão em posição de “excluir aqueles que não as possuem de utilizar essa força natural, porque a terra, e particularmente a terra dotada de energia hidráulica, é escassa”. Esses fabricantes estão em posição de receber lucros extras eternamente em virtude das vantagens naturais das quais desfrutam. Os proprietários de terra podem se apropriar desses lucros excedentes e convertê-los em rendas fundiárias sem de modo algum diminuir o lucro médio.
> (HARVEY, 2013, p. 439)

Portanto, nota-se o lucro excedente, que é a diferença entre a produtividade individual e a produtividade média prevalecentes, sendo que os lucros excedentes existiriam mesmo sem sua conversão em renda fundiária”. (HARVEY, 2013)

Ainda dentro da teoria da renda da terra, e da narrativa que explica a terra como mercadoria, é importante destacar o espaço como elemento de produção de toda atividade humana, ou, para Harvey, a terra serviria não apenas como um meio de produção, mas também como uma base – o espaço é requerido como um elemento de toda produção e atividade humana. O capital, inclusive, cria relações espaciais, pois “as vantagens de localização para determinados lotes de terra podem ser alteradas pela ação humana”. Ou seja, os atributos espaciais dos valores de uso podem então ser levados de volta ao reino da análise como qualidades socialmente criadas e, por isso, como um tema ajustado e apropriado para uma investigação plena em relação à operação da lei do valor. (HARVEY, 2013)

Já que afirmado que de início considerou-se os proprietários de terra como uma das três classes fundamentais do capitalismo, explica-se que a dificuldade para manter tal ideia é a própria heterogeneidade dos proprietários de terra:

> Mas se penetrarmos mais fundo nessa diversidade poderemos começar a localizar uma característica direcionadora principal no comportamento de todos os agentes econômicos, independente de exatamente quem eles são e o que ditam seus interesses imediatos: essa é a tendência crescente para se tratar a terra como um mero bem financeiro. Aqui está a chave para a forma e a mecânica da transição para a forma puramente capitalista da propriedade privada na terra.
> (HARVEY, 2013, p. 451)

E, ainda:

> Se a terra for livremente comercializada, então ela se torna uma mercadoria de um tipo muito especial. Como a terra não é produto do trabalho, ela não pode ter um valor. A aquisição da terra “simplesmente assegura ao comprador um direito de receber uma renda anual”. Qualquer fluxo de renda (como uma renda anual) pode ser considerado como o juro sobre algum capital fictício, imaginário. Para o comprador, a renda aparece em sua contabilidade como o juro sobre o dinheiro investido na aquisição da terra, e em princípio não é diferente de investimentos semelhantes na dívida do governo, nas ações e nas quotas das empresas, na dívida do consumidor e assim por diante. O dinheiro investido é, em todos os casos, capital que rende juros. A terra se torna uma forma de capital fictício e o mercado imobiliário funciona simplesmente como um ramo particular – embora com algumas

> características especiais – da circulação do capital que rende juros. Nessas condições, a terra é tratada como um simples bem financeiro que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz. Como todas essas formas de capital fictício, o que é negociado é um direito sobre as receitas futuras, o que significa um direito sobre os lucros futuros do uso da terra ou, mais diretamente, um direito sobre o trabalho futuro. (HARVEY, 2013, p. 451-452)

Assim, a renda sobre a terra é juro sobre capital fictício (dinheiro investido na aquisição da terra), compondo o mercado imobiliário, significando direito sobre trabalho futuro. Portanto, o comércio da terra é uma forma de comércio sobre o capital fictício, sendo assim, a terra, uma mercadoria especial e específica.

A fim de finalizar este tópico, após a percepção nítida da terra como mercadoria, salienta-se que o monopólio da propriedade da terra é premissa histórica e base contínua do modo de produção capitalista, e, como consequência, a renda é condição socialmente necessária para sua existência. (HARVEY, 2013)

Entretanto, tal condição não escapa às próprias contradições, pois “a barreira que a propriedade da terra coloca entre o trabalho e a terra é socialmente necessária para a perpetuação do capitalismo. Mas ao criar a propriedade da terra como uma barreira ao trabalho, o capital também cria barreiras para si mesmo. Ao possibilitar a reprodução do trabalho assalariado, a apropriação da renda também se torna possível. Esse é um aspecto da posição contraditória da propriedade da terra no capitalismo”, e tal propriedade, para o desenvolvimento do capital, tem de ser privada, pois se atacada a fim de ser estatizada, cria a possibilidade de ataque aos meios de produção. (HARVEY, 2013)

Ainda, a luta entre capitalista e proprietário ocorre no contrato, na magnitude da renda, na duração do arrendamento e compensação pelas melhorias, por exemplo, sendo que os proprietários de terra têm atividades comprometedoras das proporcionalidades necessárias entre a agricultura e indústria, cidade e campo, produção de bens salariais básicos (os alimentos em particular) e os produtos de luxo. Contudo, o poder social do dinheiro estava destinado a dominar o poder social da terra e o interesse fundiário se transformou mesmo em fração do capital que rende juros. (HARVEY, 2013)

O valor da terra, assim, se caracteriza pelo capital fictício da renda futura que é direito do arrendatário e o preço da terra é regulado pelos juros e receitas futuras e a especulação é dada pela renda fundiária. Para abrir o tópico seguinte, então, que

estabelece a financeirização do mercado fundiário, afirma-se que somente quando a terra é capital fictício e campo aberto para circulação de capital que rende juros é que desaparece a aparente contradição entre lei do valor e existência da renda fundiária, entretanto, ainda se confirma mais uma contradição de tal problemática, que será mais debatida no tópico que aborda a insustentabilidade do mecanismo especulativo. (HARVEY, 2013)

2.2.2 A financeirização do mercado fundiário

Compreendida a ideia que demarca a terra como uma mercadoria no modo de produção capitalista, empreende-se agora o esforço da demonstração da agudização desse fenômeno na atualidade. Ou seja, como previamente mencionado, agora será trabalhada a relação entre o mercado imobiliário e a financeirização da acumulação de capital, além de como isso se reflete sobre as contradições existentes no tratamento da terra como puro ativo financeiro. Isso, logicamente, dentro do contexto neoliberal já citado que resulta na submissão do mercado imobiliário ao capital financeiro e, especificamente, na submissão da precificação dos imóveis aos movimentos especulativos desse mercado fundiário.

Desde já, então, percebe-se a importância deste tópico para o trabalho como um todo, pois, a partir dele, haverá a tentativa de comprovar uma proposição deste estudo que focaliza, mesmo numa visão de totalidade, afirma que os preços – e, certa e obviamente, não os valores, estes últimos discutidos no tópico anterior – da terra, especialmente no espaço urbano, estão estreitamente vinculados aos movimentos especulativos do capital imobiliário, por muitas vezes fictício, já que estão diretamente relacionados aos direitos contratuais sobre um fluxo de renda futuro.

Antes de adentrar objetivamente na tentativa de comprovar tais afirmações, ressalta-se que no próximo tópico será melhor detalhada a insustentabilidade desse sistema especulativo. No entanto, é interessante afirmar desde já que a livre assimilação do capital fictício aumenta a quantidade de riquezas presumidas sem a possibilidade de circular essas hipotéticas mercadorias. Essa contradição interna somente se resolve com crises periódicas, quando o capital precisa se destruir pela realização de sua derradeira desvalorização. (TEIXEIRA E FERREIRA, 2015)

E, ainda:

> As colocações acima retratam o fato de as crises não serem, fundamentalmente, causadas por um fator exógeno de choque sob a subserviência do Estado, ou que iriam convergir a um ponto de equilíbrio conforme sugerido pela ortodoxia. Ao contrário, a relativa autonomia entre preços e valor e entre circulação e produção, possibilitada pela moeda e pelo crédito, sempre será uma fonte de instabilidade. Este é um conflito intrínseco ao capitalismo, que se resolve periodicamente com a ingerência de crises. Depressão e recessão são elementos tão comuns à realocação de recursos capitalistas como a moeda e a precificação. Infelizmente, tal resultado decorre de um perverso esquema no qual o capital fictício funciona sob a égide da privatização dos ganhos e socialização das perdas.
> (TEIXEIRA E FERREIRA, 2015, p. 201)

Voltando-se mais frontalmente para a questão da financeirização do mercado fundiário, agora, e lembrando do fenômeno da mercantilização da terra, admite-se que o próprio capital se transforma em mercadoria, pois:

> A capacidade de, graças à sua circulação, engendrar a produção de um valor excedente, é posta à venda, e o capital se transforma em capital portador de juros. Essa transmutação, que transforma o capital em mercadoria, sendo o juro seu "preço", coloca essa mercadoria especial num circuito próprio, que não se confunde com aquele que abriga a circulação das mercadorias ordinárias.
> (FIX e PAULANI, 2019, p. 641-642)

Tal capital, que pode ser chamado de "capital portador de juros", ajuda a explicar o fenômeno da financeirização, pois sobre essas mercadorias especiais circulam ativos reais e financeiros, sendo que:

> Uma parcela substantiva dos ativos reais, classificados em geral como capital fixo (máquinas, equipamentos, instalações, edifícios e infraestrutura), possui um valor de uso efetivo que é produto do trabalho concreto. Mas esse grupo envolve também as porções do globo sobre as quais agentes privados detêm monopólio, podendo se transformar em objeto de transação, ou seja, os terrenos.
> (FIX e PAULANI, 2019, p. 642)

E, finalizando tal linha argumentativa que constrói as categorias da mercadoria fictícia (potencialmente a terra, como afirmado no tópico anterior), do capital fictício e da financeirização do mercado fundiário, para poder passar à crítica de tal problemática e percepção de suas contradições, enfatiza-se que a terra é uma mercadoria fictícia, mas não um capital fictício num primeiro momento.

A primeira diferença é sua localização no espaço – fixa. A segunda é que, assim como outros tipos de capital fixo, o surgimento de valor excedente que sua propriedade privada engendra só se efetiva se ela estiver diretamente articulada com o processo produtivo. Então a renda, que é sua forma específica de se apropriar do valor excedente só aparece junto com a produção, ainda que sua condição de elemento ou instrumento de produção não seja a base para a apropriação de tal renda, mas sim o poder monopólico exercido por seus proprietários. Por fim, a terra não é reprodutível. Seu valor de uso não se resume à sua capacidade de "produzir valor", mas conta também com sua capacidade de funcionar como meio de produção, como condição objetiva do processo de trabalho ou como elemento do fundo de consumo. (FIX E PAULANI, 2019)

Mas a terra pode, sim, constituir um capital fictício, e isso ocorre quando a terra é tratada como ativo puramente financeiro. Nesse caso, o que acontece é que a forma de determinação de seu preço prevalece sobre sua especificidade de ser um ativo real e de ter um valor de uso efetivo. Assim, a terra transforma-se de ativo real em ativo financeiro, de elemento necessariamente constituinte do capital produtivo em capital fictício. (FIX E PAULANI, 2019)

O que se defende neste trabalho é que tal agudização da mercantilização da terra, ou, como se vem demonstrando, o processo de financeirização do mercado fundiário, não é nada benéfico para a produção do espaço urbano. Isso se dá porque o desenvolvimento de produtos financeiros voltados para o mercado imobiliário acentua o caráter de fragmentação e hierarquização do espaço urbano. (BOTELHO, 2005)

Serão discutidos agora mais detalhadamente os problemas, resultados e contradições de tal processo. Como visto no primeiro subcapítulo do trabalho e até aqui, em um mundo pós-guerra fria, a esfera financeira vem atingindo grande dimensão devido aos processos de sobreacumulação de capital. O aumento da riqueza baseada em práticas financeiras tem alcançado – ou reforçado – novos perfis econômicos, para além das atividades clássicas de crédito. De fato, especialmente

neste século, inovações nos mercados financeiros têm transformado propriedades urbanas em um dos mais importantes ativos financeiros, com impactos diretos na dinâmica das cidades. (ARAGÃO, 2016)

É possível afirmar que a financeirização da terra no Brasil somente foi possível com a regulamentação, no final dos anos 1990, do Sistema Financeiro Imobiliário – SFI. Além disso, conforme uma tendência internacional, o setor construtivo brasileiro promoveu uma progressiva financeirização do mercado imobiliário, não somente no que tange ao consumo (mercado de imóveis e mercado de crédito), mas também à produção desses ativos com a abertura de capital das principais empresas construtoras nacionais. (SHIMBO, 2010)

Considerando o deslocamento do mercado imobiliário em direção à esfera financeira especialmente nos últimos 20 anos, o aumento da securitização de créditos imobiliários tornou-se uma importante ferramenta para aumentar a demanda por imóveis e o comércio de títulos. Assim, bancos e financeiras geraram mais créditos imobiliários que eram refinanciados através da securitização e venda destes títulos no mercado secundário, o que engrandece a participação desse tipo de ativos no capital de maneira geral, ou seja, tal fração do capital ganha espaço e peso na reprodução do sistema capitalista. (ARAGÃO, 2016)

Além disso, deve ser observado que a financeirização do espaço acarreta novas dinâmicas políticas. Em situações de escassez de recursos para investimento em infraestrutura urbana, o setor financeiro entra como mais um ator na barganha política que envolve a localização e o volume de investimentos públicos no território, pois é um fator que influencia diretamente no valor destes ativos imobiliários.

Como consequência, é imperativo o alargamento das esferas democráticas e espaços de participação popular como forma de garantir que o interesse econômico não se sobreponha aos interesses sociais no que diz respeito ao acesso de bens públicos e alcance de direitos sociais fundamentais. Por fim, faz-se necessário o privilégio de uma agenda social a qual não seja moldada pelas demandas de um mercado financeiro. Na questão habitacional, por exemplo, é importante que as necessidades habitacionais sejam equacionadas a partir de arranjos que apreendam todas as particularidades que a problemática habitacional envolve. (ARAGÃO, 2016)

Visto isso, é possível vislumbrar de melhor maneira a irracionalidade da articulação entre o capital financeiro e imobiliário, o que, como será visto adiante,

levou o capital a algumas crises, inclusive, em 2008, com bases claras dessa contradição. De qualquer forma:

> As características que delineiam a configuração econômica, financeira e política do capitalismo contemporâneo têm contribuído para sedimentar nas duas últimas décadas o estreitamento das relações entre o capital imobiliário e o capital financeiro. A disseminação dos mecanismos de securitização de ativos e de outros instrumentos financeiros tem conferido maior liquidez aos ativos imobiliários e garantido uma mobilização significativa de capital para viabilizar novos empreendimentos imobiliários. Com efeito, observa-se que várias instituições financeiras bancárias e não-bancárias, corporações produtivas, fundos de pensão, companhias de seguro e outros investidores institucionais têm crescentemente ampliado os investimentos no mercado imobiliário como parte de suas estratégias de diversificação de portfólio e como forma de reforçar seu core business.
> (PAIVA, 2007, p. 136)

E, ainda, recuperando o desenvolvimento histórico dessa relação que financeiriza o mercado imobiliário, relacionando o capital financeiro ao imobiliário, é de se notar sobre essas duas frações do capital que a natureza da imbricação contemporânea entre o capital imobiliário e o financeiro, incluindo os novos atores, instrumentos e mercados dessa relação, além da centralidade do mercado de propriedades de imóveis na condução da política macroeconômica são muito diferentes do que se pode encontrar nas relações históricas precedentes. (PAIVA, 2007)

Ainda é necessário ressaltar que o marco histórico dessa transformação se dá nos anos 80, sendo que alguns dos fatores dela iniciam nos anos 60, como, por exemplo, a consolidação de um padrão de acumulação financeirizado, o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e a formação de um circuito mundial de valorização patrimonial. (PAIVA, 2007)

Para esclarecer mais esse processo de superveniência da fração do capital financeiro sobre o capital imobiliário, é importante também recapitular que quando se refere ao capital imobiliário, se está discutindo um importante circuito de acumulação de capital, cujo processo de valorização ocorre através da apropriação de diversos tipos de renda urbana, como vista no tópico anterior, derivados da produção e da

circulação do ativo imobiliário (exploração via venda, locação ou arrendamento). (PAIVA, 2007)

Portanto, para Paiva, emerge o capital financeiro imobiliário, sendo esse fenômeno o que está descrito como título deste tópico, a saber, a financeirização do mercado fundiário:

> De modo geral, quando se discute capital imobiliário está se tratando da forma mercantil de produção do espaço urbano (parcelamento, construção, incorporação, financiamento, etc.), ou seja, de capitais individuais que se colocam na forma de capital mercantil imobiliário. Entretanto, as novas relações estabelecidas entre o capital financeiro e o capital imobiliário, sob égide de um capitalismo financeirizado, suscitou, por um lado, a obsolescência (ou insuficiência) do conceito de capital mercantil imobiliário em captar a essência de uma nova relação muito mais complexa e, por outro lado, contribuiu para a emergência do que denominamos de capital financeiro imobiliário.
> (PAIVA, 2007, p. 140)

Contudo, reitera-se que esse fenômeno tem sido negativo para a produção do espaço urbano, já que tal descolamento do preço dos imóveis de seu preço original (obtido pela expectativa futura da renda da terra), resultado de movimentos especulativos – característica da financeirização do mercado fundiário –, tende a prejudicar o que se defende por direito à cidade, ao mesmo tempo em que potencializa o sistema financeiro imobiliário.

Para Royer:

> As profundas transformações do padrão de acumulação capitalista nas últimas décadas e a disseminação das finanças como matriz de organização da riqueza em escala mundial impuseram uma nova racionalidade ao desenho institucional das políticas públicas, tanto nos países do centro quanto nos países subdesenvolvidos. A crise fiscal do Estado, associada à reestruturação da apropriação do excedente no sistema mundial, implicou uma inflexão substantiva na trajetória de reconhecimento de direitos e na oferta estatal de bens e serviços públicos. A política habitacional, como política pública voltada à efetivação do direito à moradia, não escapou deste movimento. Inicialmente compreendida como uma política de bem estar, a provisão habitacional migrou paulatinamente do discurso universalista dos

> direitos fundamentais para a lógica seletiva dos mercados, articulando-se de maneira inovadora com a arquitetura financeira dos novos padrões de acumulação do capital.
> (ROVER, 2009, p. 13)

O descolamento que aqui se defende é dado, portanto, graças às expectativas frustradas de renda futura lançadas sobre a terra. Finalmente, quando a terra deixa de ter um preço baseado na renda que potencialmente dela será retirada, ou seja, quando se transforma em puro ativo financeiro, a precificação dos imóveis passa a ser subordinada ao movimento especulativo. Mas isso, ainda, não se dá sem mais, pois o Estado tem importante papel no desenvolvimento desses processos, como por exemplo no caso habitacional.

O processo que requalifica o Estado e o mercado no contexto da promoção de políticas públicas envolveu, no quesito habitação, uma transformação do direito universal de acesso à moradia em uma possibilidade individual de acesso ao crédito habitacional. Para Royer, nesse sentido, o discurso financeiro emerge como um discurso neutro, sustentando que o modelo veiculado, quando estruturado em bases equilibradas, é capaz de suportar qualquer política pública. (ROYER, 2009)

O papel do Estado, entretanto, na defesa do direito à cidade, constitui um subcapítulo inteiro do capítulo referente ao “prognóstico”, aqui denominado. Antes, inclusive, será debatido o papel dos governos no enfrentamento às crises provocadas por esses descolamentos dos preços dos imóveis da realidade mais concreta. Para se chegar até lá, todavia, agora será demonstrado o motivo pelo qual esse mecanismo especulativo é insustentável.

2.2.3 O insustentável mecanismo especulativo

Para finalizar este subcapítulo (A atual forma capitalista de produção do espaço) e já fazer uma ligação com o subsequente (Crises imobiliárias e o papel dos governos na sustentação do capitalismo), que, inclusive, finaliza o capítulo do diagnóstico, defende-se que o mecanismo especulativo que vem sendo detalhado até aqui é insustentável.

Se, primeiramente, foi “desvendada a mercantilização da terra e especialmente do espaço urbano”, sendo “discutido o contexto que mercantiliza o

espaço urbano" e, na sequência, tratou-se da agudização desse processo, especificamente da financeirização do mercado fundiário, agora procura-se demonstrar que tal mecanismo é insustentável pois gera, ciclicamente, crises sobre as quais precisa ele mesmo ser reformulado trabalhando numa estrutura repetitiva em que, apesar de suas reformulações, mantém a mesma problemática central da acumulação.

O motivo para as crises decorridas desse mecanismo ou, ainda, o motivo para a insustentabilidade dele, provém do fato de que as condições econômicas e os elementos estruturais que viabilizam booms no mercado fundiário desaparecem da realidade econômica após um inchamento do mercado acionário relativo ao mercado imobiliário.

Ou seja, emergem bolhas imobiliárias decorrentes da exuberância do ciclo de valorização dos ativos imobiliários que chegam a ultrapassar seus limites. No entanto, "as bolhas especulativas nos mercados imobiliários e acionários se mostraram extremamente importantes para a dinamização do processo de acumulação de capital pelas instituições bancárias, pelas instituições financeiras não-bancárias e também pelas grandes corporações produtivas". (PAIVA, 2007)

E, ainda:

> Os fatores responsáveis pela formação da bolha imobiliária [...] não se esgotam nos movimentos monetários e nas transformações institucionais ocorridas na estrutura do sistema financeiro, o que torna necessário ampliar o foco da análise para outros elementos estruturais subjacentes que contribuíram para o desenvolvimento de um imenso e nefasto processo especulativo.
> (PAIVA, 2007, p. 159-160)

Isso significa que não basta analisar o aspecto financeiro dos descolamentos dos mercados fundiários e acionários relativos à terra apenas do ponto de vista monetário, mas que se deve, e isso sim, complementar tal análise compreendendo todo o sistema econômico vigente em torno dessas especulações. Por exemplo, a possibilidade de obter grandes lucros com a arbitragem nos mercados financeiros crescentemente integrados impulsionou várias corporações produtivas à prática de operações especulativas em busca de lucros não-operacionais e isso modifica

estruturalmente o aspecto produtivo do capital, modificando essencialmente a circulação de suas mercadorias.

Visto que esse processo de acumulação também é benéfico para grandes corporações e que ele deve ser visto como um grande arranjo para além simplesmente do setor financeiro, passa-se agora a defender objetivamente o porquê “de que as condições econômicas e os elementos estruturais que viabilizam booms no mercado fundiário desaparecem da realidade econômica após um inchamento do mercado acionário relativo ao mercado imobiliário”, fazendo desmoronar, dessa maneira, em algum momento, os ativos especulados.

O mecanismo especulativo pode causar diversos problemas na cidade, desde uma cidade muito densa até muito desigual. O complexo sistema especulativo, então, gera problemas urbanos também complexos. Reconhece-se, no entanto, que o uso indiscriminado de “especulação imobiliária” para os problemas da cidade se torna extremamente prejudicial para um debate sério e racional sobre urbanismo. Por isso é importante primeiramente compreender o que tal termo significa.

De acordo com Anthony Ling, especular nada mais é do que uma aposta, um “chute”, com risco de estar errado, de um determinado resultado, um termo que usamos no nosso dia a dia com certa frequência. Contudo, quando se usa o termo para investimentos seu significado se torna um pouco mais preciso, mas não perde sua essência. Um especulador é aquele investidor que compra um determinado recurso apostando no seu valor futuro, seja qual ele for: uma commodity, ações de uma empresa, moeda ou, enfim, imóveis. Quando se aplica em ações de empresas na bolsa de valores se está, em essência, sendo especulador: na maioria das vezes não se espera obter lucro a partir dos pequenos dividendos nem mesmo ajudar a aumentar o valor delas envolvendo-se nos assuntos da empresa, mas simplesmente esperar que seu valor aumente para que elas sejam, no futuro, vendidas com lucro. Novamente: uma aposta no valor futuro, sem qualquer tipo de ação sobre o recurso, com risco de estar errado. (LING, 2019)

Alguém que especula em ativos imobiliários, ou apenas “especulador imobiliário”, é, assim, aquele que aposta no valor futuro de um determinado imóvel, desde uma sala comercial até um terreno vazio, sem intenção de utilizá-lo para nenhuma finalidade específica. Um especulador imobiliário pode até apostar na desvalorização de um imóvel através de um contrato futuro, mas essa situação é pouco usual. A forma mais comum de especulação imobiliária é a de comprar um

imóvel na esperança da sua valorização, para vendê-lo no futuro com lucro. (LING, 2019)

O problema apontado aqui para a especulação como descrita é mais diretamente ligado ao fato de que o espaço urbano fica inutilizável, gerando um espraiamento urbano e deixando a infraestrutura urbana ociosa, e decorrente disso há problemas não menos importantes, como a privatização de investimentos públicos, que ocorre quando há coleta de lucros pelo especulador dado certo investimento da máquina governamental na área do imóvel em consideração.

As forças motrizes importantes da financeirização do ambiente construído e do setor imobiliário que estão na raiz da onda especulativa destas duas últimas décadas maximizam uma produção capitalista do espaço urbano, agravando a segregação residencial, a polarização social e a injustiça espacial nesta mais recente fase do capitalismo financeirizado. (MENDES e JARA)

Ainda, para os autores:

> "[...] O conceito de gentrificação para ser analisado estruturalmente deve ser enquadrado nas tendências de financeirização, mercantilização, privatização, acumulação por espoliação e de urbanismo austeritário, evidentes à luz do desmantelamento das políticas de assistência pública como uma tentativa de incentivar iniciativas económicas privadas, características dos governos urbanos neoliberais. Além disso, esse conceito mostra como o discurso de regeneração urbana, no âmbito da política de cidades e da produção estratégica de narrativas e discursos atrativos do urbano, visa, por um lado, manter a população existente na área, modernizar a economia urbana, aumentar as taxas de emprego e promover o crescimento económico. [...]" (MENDES e JARA, 2018, p. 772)

Mesmo compreendendo isso, ainda não se demonstrou o motivo pelo qual tal discurso não se sustenta – o que é o objetivo desta seção. Revela-se, agora, portanto, tal explicação. Em mente essa vontade do especulador em lucrar com o simples valor futuro de um imóvel (que é também o que embasa a renda imobiliária) e em mente o discurso que forma a narrativa citada por Mendes e Jara, ocorre o que se pode chamar de uma bolha imobiliária.

Ou seja, um aumento brusco nos preços dos imóveis, causado por algum tipo de alteração econômica, política ou social. Como estes novos valores não refletem o

preço real do imóvel, essa bolha tende a “estourar”, fazendo com que os preços também caiam substancialmente em um curto período de tempo. Muitas vezes, os preços podem demorar anos até voltarem ao patamar pré-bolha.

Em que pese esse panorama parecer benéfico para a população que não tem investimento em imóveis (pois poderia facilitar a aquisição da moradia) e maléfico para os investidores especuladores e seus avalistas, ocorre que normalmente nesses momentos de disfunção do mercado os governos acabam socorrendo bancos e o capital.

O caso de bolha imobiliária mais famosa dos últimos anos ocorreu em 2008 e puxou a economia norte-americana e de diversos outros países para baixo. A crise começou ainda em 2007, com a falência de um dos maiores bancos de investimento do país, o Lehman Brothers, após 158 anos de história. Este é o marco do colapso do sistema financeiro norte-americano, também conhecido como crise do subprime. A bolha imobiliária americana foi causada pelo aumento na facilidade nos financiamentos de imóveis no país, marcado por uma intensa desregulamentação do mercado financeiro.

Investimentos imobiliários tradicionalmente vistos como de alto risco passaram a ser classificados como seguros pelas agências de risco. Este otimismo fez com que pessoas com renda inferior à adequada e sem grande estabilidade financeira conseguiam financiar seus imóveis com menores taxas e maiores facilidades. Ou seja, houve um crescimento não apenas de ativos de boa qualidade, mas principalmente do chamado lixo financeiro.

Isso fez com que houvesse um calote coletivo, com milhares de pessoas deixando de pagar seus financiamentos imobiliários. Para a sua recuperação, o governo local teve de injetar US$ 750 bilhões em seu sistema monetário para conter a crise e recuperar a sua economia. A bolha imobiliária americana fez com que o mercado financeiro passasse por novas regulamentações. Elas tornaram o crédito mais difícil para proteger a economia.

Esse é o assunto do próximo subcapítulo. Entretanto, ainda resta aprofundar um pouco mais a crítica que se faz sobre a insustentabilidade decorrente das bolhas imobiliárias e da disfunção cíclica do capital no sentido de que ele gera reiteradamente crises e é socorrido pelo recurso público quando dos estouros dessas bolhas.

Assevera-se que o mecanismo especulativo no mercado imobiliário não se sustenta pois se descola o preço do imóvel de seu preço real. Tal mecanismo, como

numa bola de neve, infla todo o mercado que deixa de representar a realidade social. A produção do espaço em geral e, em particular, a urbanização e a gentrificação tornaram-se um negócio ainda mais importante num contexto de crescente capitalismo hegemonicamente financeirizado, sendo uma das principais formas de absorver excedentes e garantir produção de mais-valias urbanas e reprodução do capital imobiliário financeiro. (MENDES E JARA, 2018)

Portanto, para Mendes e Jara:

> O capital financeiro para se reproduzir mais eficazmente no período contemporâneo fá-lo através do espaço urbano; ao mesmo tempo que produz o espaço enquanto sua exigência da acumulação continuada no espaço metropolitano e globalizado, coloca em questão o plano do habitar social decorrente das novas exigências da reprodução do capital investido, mas ativando novas modalidades no plano político, reforçando o nexo Estado-Finanças.
> (MENDES e JARA, 2018, p. 787)

E, ainda, relacionando a própria urbanização com o ciclo do capital de destruição e sobreacumulação:

> A paisagem geográfica do capitalismo é, contudo, tornada perpetuamente instável por várias pressões técnicas, econômicas, sociais e políticas que operam no mundo de variações imensamente variáveis. O capital deve, necessariamente, adaptar-se a esse mundo em constante evolução. Mas o capital também tem um papel fundamental na formação do mundo. A forma como a paisagem evolui e se organiza afeta a acumulação de capital, mas também as contradições do capital e do capitalismo se manifestam no espaço, no lugar e no tempo. A maneira independente na qual a paisagem geográfica evolui desempenha um papel fundamental na formação da crise capitalista. Sem um desenvolvimento geográfico desigual e suas contradições, o capital teria ossificado há muito tempo e caído em desordem. Este é um meio fundamental pelo qual o capital se reinventa periodicamente. O capital deve ser capaz de resistir ao choque da destruição do velho e estar pronto para construir uma nova paisagem geográfica sobre as suas cinzas. Os excedentes de capital e de trabalho devem estar disponíveis para esse fim. Felizmente, o capital, por sua própria natureza, perpetuamente cria tais excedentes, muitas vezes sob a forma de desemprego em massa do trabalho e uma sobreacumulação de capital. A absorção desses excedentes por meio

> da expansão geográfica e da reorganização espacial, nomeadamente pela reestruturação urbana, ajuda a resolver o problema dos excedentes que não dispõem de oportunidades lucrativas de reprodução.
> (MENDES e JARA, 2018, p. 787)

2.3 CRISES IMOBILIÁRIAS E O PAPEL DOS GOVERNOS NA SUSTENTAÇÃO DO CAPITALISMO

Este subcapítulo – o último do capítulo “O diagnóstico” – busca discutir como um tipo específico de crise do capital se desenvolve e qual a função dos governos e especialmente do fundo público na superação dessas crises e consequente manutenção do sistema capitalista.

Como anteriormente mencionado, “percebe-se a insustentabilidade do sistema econômico adotado frente ao mecanismo especulativo apontado anteriormente e mais – a necessidade da ação governamental para manter o funcionamento de instituições do mercado que, inclusive, pregam o discurso do Estado Mínimo, e do próprio capital”.

Ou seja, aqui há (mais) uma contradição inerente ao sistema econômico frente a ele mesmo, pois gera crises cíclicas orgânicas, e ao contrário da narrativa política neoliberal, a qual defende que não deve haver grandes aportes de fundo público ao mercado, em cenário de crises recorre-se a ele para manter o desenvolvimento econômico.

O subcapítulo é dividido em dois tópicos, a saber: “A crise hipotecária de 2008” e “Os pacotes governamentais de enfrentamento às crises”.

O primeiro tópico busca elucidar os principais temas relacionados à crise financeira desencadeada em 24 de julho de 2007, a partir da queda do índice Dow Jones motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco nos Estados Unidos. A crise do subprime, também chamada de “bolha imobiliária americana”, teve seu início a partir da forte queda do índice Dow Jones em julho de 2007, motivada pela hipótese do colapso hipotecário, que arrastou várias instituições financeiras americanas para a situação de insolvência.

Nesse tópico, defende-se que a origem de tal quebra é intrínseca ao sistema capitalista e ainda mais especialmente relacionada ao capital financeiro dominando outras frações de capital. Basicamente, considerada como a pior crise econômica

desde a Grande Depressão, a crise financeira de 2008 ocorreu devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos causada pelo aumento nos valores imobiliários que não foi acompanhado por um aumento de renda da população. Esse será o assunto do primeiro tópico.

O segundo e último tópico deste subcapítulo, que também encerra o capítulo do diagnóstico e abre a discussão para o prognóstico, é muito caro a este trabalho que está sendo apresentado: “Os pacotes governamentais de enfrentamento às crises”. Nele, defende-se que a economia de mercado, naquela versão que relega as funções do Estado moderno à mínima insignificância, conhecida pelo que se chamou aqui de neoliberalismo, é apenas um engano.

Os pacotes governamentais demonstram, assim como ocorreu no salvamento de bancos por parte do poder público na crise de 2008 também discutida em tópico anterior, que o governo tornou-se, graças ao desenvolvimento da história, imprescindível neste momento do capitalismo para equilibrar o mercado, e é impossível deixar relegar a segundo plano o papel dos governos na sustentação do capitalismo.

Nas palavras de Molina:

> Chegou a hora de reduzir ao absurdo o capitalismo em sua versão neoliberal e a pós-modernidade como seu suporte metafísico. Esta crise do coronavírus questiona e põe o mundo todo em dúvida. Afeta gravemente a saúde dos cidadãos, a vida das empresas, o destino dos empresários, os trabalhadores, os precarizados e os pobres.
> (MOLINA, 2020)

E, ainda:

> Essa economia pós-moderna possui seus pilares numa visão apocalíptica do discurso político dos criadores do capital. O Estado é julgado culpado, ineficiente, corrupto, mas também lastro para a competitividade do mercado e de suas leis de oferta e demanda. Mudam as referências, o imaginário e as palavras para se referir ao Estado de bem-estar. O capitalismo é reinventado. Tudo é modificado para dar lugar a um ser despolitizado, conformista social. Um perfeito ignorante social. As velhas estruturas cedem espaço para uma ordem social cujas reformas enaltecem os valores individualistas, o “eu”

> acima do “nós”, onde os outros são considerados obstáculos ou concorrentes que devemos destruir.
> (MOLINA, 2020)

Finalmente, após esse debate, será encerrado o capítulo do diagnóstico, em que foi arduamente estudada a classe do capital, para abrir o momento do prognóstico, com o objetivo de discutir mais a classe social do trabalho, iniciando-se pela ideia do direito à cidade.

2.3.1 A crise hipotecária de 2008

Neste tópico, será primeiramente realizado um breve histórico sobre a chamada crise do subprime, uma modalidade de crédito de risco concedida a tomadores que não apresentam garantias suficientes para comprovar sua adimplência. O termo foi criado nos EUA no início dos anos 2000, como uma forma de empréstimo de segunda linha para o setor imobiliário que possuía taxas mais altas e alienava a residência do tomador.

Na sequência, será defendido que essa modalidade de crédito e suas consequências são, da mesma maneira como visto no subcapítulo anterior, insustentáveis a longo prazo, e, por serem caracterizadamente propensas à geração de crises, formaram a bolha imobiliária que estourou em 24 de julho de 2007.

Na época, com os juros americanos em baixa (em 2003, chegavam a 1%) e uma economia em pleno crescimento, os bancos resolveram criar essas hipotecas de alto risco para atender novos segmentos de clientes. Eram os chamados clientes ninja: no income, no job, no assets (sem renda, sem emprego, sem patrimônio). (SUBPRIME, 2020)

Assim, as pessoas que não conseguiam acesso às taxas mais vantajosas (prime rate) na análise de crédito passaram a usar o subprime para ter acesso a financiamentos, cartões de crédito e até mesmo aluguel de veículos. No meio financeiro, o subprime ficou conhecido como “crédito podre” — um termo autoexplicativo.

A crise do subprime foi uma crise financeira que teve início em julho de 2007 nos EUA, a partir da queda do índice Dow Jones motivada pela concessão de crédito hipotecário de alto risco. Ou seja: o subprime foi um dos principais catalisadores da

crise econômica de 2007-2008 — certamente um dos piores momentos do capitalismo desde a Grande Depressão de 1929.

Na época, os bancos norte-americanos, incentivados pela desregulamentação, adotavam práticas cada vez mais arriscadas e irresponsáveis de alavancagem, principalmente na concessão de subprimes e outras modalidades de alto risco. Com a alta da taxa de juros desses modelos, os níveis de inadimplência dispararam e deflagrou-se uma crise de confiança generalizada e falta de liquidez bancária, além da queda brusca do preço dos imóveis.

O episódio ficou conhecido como o estouro da "bolha imobiliária" dos EUA, que culminou na declaração de falência do tradicional banco de investimentos Lehman Brothers e das gigantes do crédito Fannie Mae e Freddie Mac. Assim, a crise alastrou-se mundo afora e causou impactos sem precedentes em países como Grécia, Espanha, Irlanda, Islândia e Portugal. No Brasil, a Bolsa de Valores chegou a cair mais de 10% e teve suas operações interrompidas quando o primeiro pacote de socorro ao setor financeiro foi rejeitado nos EUA. (SUBPRIME, 2020)

Para reverter o quadro caótico, o Federal Reserve (FED) precisou socorrer os bancos e agências com pacotes de ajuda financeira de até US$ 850 bilhões. Esse é o tipo de socorro que será debatido mais à frente neste trabalho, no tópico dos pacotes governamentais de enfrentamento às crises. (SUBPRIME, 2020)

A crise do subprime foi causada por um "efeito dominó" que inclui vários fatores. Dentre eles, destaca-se a concessão irrestrita de crédito, a transferência de crédito desenfreada, a inadimplência em massa e a queda do preço dos imóveis. Este último fator comprova que a precificação dos imóveis está diretamente ligada aos movimentos especulativos. (IEDI, 2008)

Ou seja, com a inadimplência, os clientes subprime começaram a entregar suas casas, levando à queda generalizada do preço dos imóveis. Como muitos deviam acima do valor do imóvel, as financiadoras acabaram com um rombo em caixa e propriedades desvalorizadas. (IEDI, 2008)

Com relação à transferência de créditos desenfreada, como os empréstimos subprime eram dificilmente liquidáveis, os bancos criaram uma estratégia de securitização: transformaram os créditos de alto risco em derivativos e lançaram no mercado financeiro com valores superiores à dívida original. Assim, títulos lastreados em créditos podres inundaram o mercado.

Além disso, sobre a concessão irrestrita de créditos, com a valorização dos imóveis e esgotamento dos clientes de perfil prime a partir de 2003, os bancos passaram a facilitar o crédito para clientes com histórico de dívidas, sem emprego e sem renda. A estratégia funcionou enquanto o preço dos imóveis seguiu em alta, permitindo aos mutuários obter novos empréstimos, cada vez maiores, para liquidar os anteriores. No entanto, as dívidas só eram honradas com a tática das sucessivas "rolagens", trocando títulos vencidos por novos títulos e adiando o pagamento indefinidamente. (IEDI, 2008)

Diante desse estouro da bolha, formou-se uma crise financeira global. Segundo Holland e Brito:

> A crise financeira internacional, evidenciada a partir da crise no mercado imobiliário norte-americano, conhecida apenas como a crise de 2008, não parecia ter razões de existir em economias de mercado. Assim acreditava cada vez mais a sabedoria convencional exposta por diversos economistas, muitos deles laureados com o Prêmio Nobel de Economia. Tudo indicava que os ciclos econômicos estariam razoavelmente domados e que as boas práticas monetárias e fiscais seriam suficientes para evitar algo como a Grande Depressão dos anos 1930. Bastava que as autoridades monetárias seguissem uma meta de inflação e adotassem um único instrumento para tal, a taxa de juros. Preços de ativos financeiros e reais seriam complexos demais para uma autoridade monetária julgar quando haveria bolhas. "Exuberâncias irracionais" seriam punidas pelo próprio mercado, sem maiores efeitos sobre o "lado real" da economia.
> (HOLLAND E BRITO, 2010, p. 180)

No entanto, os efeitos sentidos pela economia de diversos países foram enormes, pois as medidas de liberalização e desregulamentação financeira funcionam como uma ponte que ligam o mercado financeiro doméstico de um país ao mercado financeiro global. Dessa forma, as economias liberalizadas se tornam totalmente interligadas, especialmente em suas relações financeiras. Prova dessa interligação está na rapidez com que os efeitos da crise do subprime se espalharam para o resto do mundo. (LIMA e DEUS, 2013)

Ainda, para as autoras:

> O modo como os demais países foram atingidos pela crise do subprime pode ser entendido a partir da noção de que há assimetrias monetária e financeira no sistema monetário e financeiro internacional [...] Dessa forma, o dólar desempenha, em nível mundial, as três funções da moeda, quais sejam meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Com isso, o dólar apresenta o maior grau de conversibilidade, e é o ativo mais seguro e líquido do sistema monetário e financeiro internacional. Logo, diversas economias possuem papéis americanos, devido tanto à facilidade de liquidez quanto à segurança que a moeda oferece. Em 2008 não era diferente, os títulos americanos eram comprados por investidores de todo o mundo. Com a queda substancial do valor desses ativos, somada às falências dos bancos da economia que apresentava até então fundamentos sólidos e com a desconfiança tomando lugar nas decisões dos agentes, a crise se instala.
> (LIMA e DEUS, 2013, p. 55)

Esse foi o breve histórico demonstrando como foi instalada a crise de 2007-2008 no capital, de maneira global. A fim, agora, de finalizar este tópico, busca-se, em consonância com o que foi apresentado em “O insustentável mecanismo especulativo”, demonstrar que essa modalidade de crédito não se sustenta a médio e longo prazos de maneira alguma e, também, a forma como os governos e o mercado de maneira geral reagiram à crise.

De acordo com Borça Júnior e Torres Filho:

> As possibilidades de manutenção desse ciclo imobiliário expansionista deixaram de existir na medida em que a taxa básica de juros norte-americana foi sendo gradativamente elevada, saindo do patamar de 1% a.a., em maio de 2004, para 5,25% a.a., em junho de 2006. A contraparte desse aperto monetário foi, a partir de 2007, uma sensível queda dos preços dos imóveis, que inviabilizou a continuidade do processo de refinanciamento das hipotecas e, ao mesmo tempo, provocou uma ampliação dos inadimplementos e execuções.
> (BORÇA JÚNIOR e TORRES FILHO, 2008, p. 139)

E, desde agosto de 2007, com o início da crise imobiliária no segmento subprime nos EUA, houve um aumento da aversão ao risco no mercado financeiro internacional, com a concomitante deterioração das condições de crédito em escala global. A ampla liquidez existente nos EUA, fruto, em boa medida, da condução de

sua política monetária desde 2001, foi responsável por gerar uma forte onda de valorização dos ativos imobiliários, que adquiriu contornos de uma bolha especulativa. A continuidade desse processo foi viabilizada pela atuação das instituições financeiras privadas mediante a utilização de produtos financeiros estruturados de derivativos de crédito. A despeito de os Bancos Centrais das economias desenvolvidas terem realizado inúmeras intervenções nos mercados desde o início da turbulência financeira, a falência do Lehman Brothers, em meados de setembro, agravou profundamente o andamento da crise. (BORÇA JÚNIOR e TORRES FILHO, 2008)

Ainda, para os autores:

> Devido ao elevado risco de crédito, a maior parte dos financiamentos subprime foi feita sem contar com as garantias tradicionalmente oferecidas pelo governo federal americano a empréstimos residenciais para tomadores de baixa renda. Portanto, o crescimento do mercado de hipotecas e a securitização dos créditos subprime foram financiados, basicamente, pela obtenção de recursos com a venda de títulos no mercado de capitais por ação de agentes privados. Foi nessa atividade que os grandes bancos e corretoras americanas tiveram um papel decisivo.
> (BORÇA JÚNIOR e TORRES FILHO, 2008, p. 140)

Nesse cenário, despontou o plano de resgate econômico de 2008 do governo estadunidense como um pacote de ajuda de US$700 bilhões a fim de evitar a quebradeira dos grandes bancos e corretoras de imóveis do país. A medida foi necessária devido a gravidade da crise do crédito hipotecário de alto risco, gerada pelo grande número de calotes nas hipotecas de imóveis, que assustou investidores e derrubou as bolsas de valores do mundo inteiro por várias vezes.

De acordo com Bomfim, com a decisão do governo dos Estados Unidos de usar US$ 700 bilhões em dinheiro público para salvar o sistema financeiro, a fatura da crise mundial aterrissou no colo dos contribuintes. O pacote de resgate foi o desfecho de um embate entre quem achava que era necessário salvar os bancos e quem achava que, se o governo os ajudasse, criaria um incentivo para que os banqueiros continuassem tomando decisões arriscadas. Acrescenta-se que, revoltada, a população foi às ruas e protestou em diversas cidades dos EUA. Ou seja, em meio à crise do crédito imobiliário, das hipotecas de alto risco (subprime), que minou o

sistema financeiro mundial, dezenas de bancos dos Estados Unidos e da Europa foram socorridos pelos governos. (BOMFIM, 2018)

Contrapondo-se à visão mais financeira da crise, a abordagem da questão pela via teórica marxista aponta que a percepção e a interpretação do surgimento das crises econômicas está diretamente ligada à noção de que a crise em si está associada ao conceito de mais-valia resultante da tendência deste sistema de acumulação, pois o capital tende a concentrar-se cada vez mais em poucas mãos. É esse o fato que, segundo Marx (1984), leva ao empobrecimento das classes trabalhadoras mais simples; e por causa disto as crises no sistema capitalista tornam-se cada vez mais frequentes e mais fortes, levando a uma ruptura do sistema. (RIPPEL e RIPPEL, 2008)

Segundo a teoria marxista, o desenvolvimento econômico é entendido como um processo cíclico, dividido em várias fases, com pontos de transformação do sistema nas partes inferior e superior do circuito (ciclo). A partir de um ponto abaixo de sua linha de equilíbrio, o processo de desenvolvimento econômico sairia de uma fase de recuperação para uma fase de expansão, com aumento da taxa de investimento, aumento relativo da soma de salários, acréscimo do consumo. Segue, então, a fase de prosperidade (boom), na qual os fatores de produção estariam plenamente ocupados e, em consequência, não poderiam mais fazer crescer a renda nacional e o lucro.

A partir desse momento de ocupação plena, passa a ocorrer um aumento crescente dos preços e uma desorganização no mercado financeiro e de capitais, levando a economia a adentrar num processo de contração, pois os preços, que se mantiveram relativamente estáveis durante a fase de prosperidade, apesar da excessiva taxa de juros para os investimentos, já não se revelam rentáveis. Essa contração é também chamada de recessão, em que a taxa de crescimento da renda nacional decresce em termos absolutos, e, nesse movimento, o agravamento da fase recessiva caracteriza a depressão, levando ao aumento da taxa de desemprego, à queda da capacidade produtiva, à restrição dos investimentos e a uma alta liquidez bancária. (BOTTOMORE, 1988)

Encerra-se, finalmente, este tópico, considerando que não basta tentar prever o que pode acontecer num determinado país e economia após uma crise. Não basta afirmar que o capitalismo é um sistema econômico, que além de cego para a justiça social e para a proteção do ambiente, é inerentemente instável. Isto é verdade, mas

também é verdade que é necessário analisar tais aspectos em busca de apontamentos que permitam melhorar as condições de vida dos povos. E isso é o que se propõe fazer o capítulo do prognóstico.

Antes, porém, passa-se ao último tópico deste subcapítulo e, por conseguinte, deste capítulo, numa tentativa de provar o erro da hipótese neoliberal que afirma a desnecessidade da intervenção dos governos na economia, já que os pacotes governamentais de enfrentamento às crises, por exemplo, demonstram que os governos, graças ao desenvolvimento da história, tornaram-se imprescindíveis no capitalismo para equilibrar o mercado.

2.3.2 Os pacotes governamentais de enfrentamento às crises

Neste tópico, serão descritos os pacotes governamentais que foram utilizados para enfrentar a crise de 2008. Além disso, será discutido como os governos são importantes não apenas no enfrentamento de crises do capital, mas também na criação delas, ao contrário do que prega o discurso neoliberal já exposto neste trabalho.

Para Uchoa:

> O maior caso de falência da história dos EUA evidenciou o quanto os mercados financeiros vinham apostando em ativos tóxicos - ou seja, nas chamadas hipotecas subprimes e seus derivativos - durante o boom dos anos anteriores. A derrocada do banco marcou o fim de uma era de expansão. As economias emergentes, que vinham de seis anos de crescimento robusto, reduziram o seu ritmo em 2009 para um crescimento mais moderado, de 2,8% ao ano em média, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Já os países industrializados viram sua economia recuar uma média de 3,4%. Nos EUA e na Europa, os governos correram para resgatar instituições financeiras em falência, às custas do dinheiro de impostos. Reunidas no G20, as principais economias do mundo reconheceram a necessidade de estimular os mercados globais e entraram em acordo quanto a uma série de políticas para estimular o crescimento.
> (UCHOA, 2018)

Nos Estados Unidos, de acordo com o autor, o governo americano assumiu o controle das instituições Fannie Mae e Freddie Mac, resgatou a AIG por US$ 182

bilhões e, no âmbito do Congresso americano, um total de US$ 700 bilhões foi reservado para ajudar bancos insolventes. (UCHOA, 2018)

Além disso, O Fed, banco central americano, comprou US$ 4,5 trilhões em títulos de dívidas das empresas para injetar dinheiro na economia ao longo dos seis anos seguintes, sem contar a Lei de Recuperação, com mais de US$ 800 bilhões para financiar programas de resgate e investir em infraestrutura, educação, saúde e energia renovável. O estímulo fiscal fez subir o déficit orçamentário federal a quase 12% do PIB em 2009, segundo o FMI, mas essa taxa caiu a 2,5% do PIB em 2015. O desemprego também caiu, voltando ao patamar pré-crise de 2008.

Na União Europeia, assim como nos EUA, autoridades europeias anunciaram, em outubro de 2008, um enorme pacote de resgate para instituições financeiras - totalizando quase US$ 700 bilhões no Reino Unido e mais de US$ 2,5 trilhões na zona do euro.

A retração econômica, somada aos custosos pacotes de resgate, complicou a situação dos países da zona do euro que já tinham níveis insustentáveis de dívidas: Grécia, Irlanda, Portugal, Itália, Espanha e Chipre. E, em contrapartida aos volumosos recursos internacionais que receberam, os governos de quase todos esses países tiveram de adotar medidas de austeridade altamente impopulares. As tensões foram particularmente altas na Grécia, onde houve violentos confrontos durante protestos contra essas medidas de austeridade, em meio a taxas de desemprego de 60% entre os jovens. (UCHOA, 2018)

Para a China, cuja economia depende em grande medida do setor exportador, uma queda na demanda global por conta da crise significava um grande risco de retração econômica. Por conta disso, o governo anunciou em 2008 um pacote de estímulo de US$ 585 bilhões - à época equivalente a 12% do PIB - focado sobretudo em projetos de infraestrutura e em expansão monetária, para estimular o consumo das famílias. Entre 2007 e 2014, a China conseguiu articular uma complexa transição econômica, enquanto suas taxas de crescimento caíram de 14% para 7%. Em contrapartida, sua dívida subiu para impressionantes 250% do PIB. (UCHOA, 2018)

Já no caso brasileiro, para Uchoa:

> O país inicialmente escapou do risco de contágio da crise de subprime que assolava os EUA. Em meio a uma política de subsídios, gastos governamentais e incentivo ao crédito, o Brasil registrou 7,5% de crescimento

> em 2010 - o maior ritmo em 24 anos. Com o esgotamento da política de crédito, a redução no consumo, a piora na situação das contas públicas, a deterioração no cenário internacional, a queda no preço das commodities, uma crise política interna e um enorme escândalo de corrupção, o país viu sua economia se contrair, entrando em recessão em seguida.
> (UCHOA, 2018)

Ou seja, embora o Brasil estivesse num momento econômico estável em 2008, com bons índices nas contas públicas inicialmente, uma crise financeira mundial afeta a todos. Assim como a maioria dos países, o governo brasileiro também adotou medidas para conter danos e prejuízos. Entre as medidas adotadas, estava o incentivo ao consumo, o que incluiu a redução do IPI para automóveis, eletrodomésticos e materiais de construção, por exemplo. Os efeitos mais diretos no Brasil começaram a ser vistos apenas em 2009, com uma retração no PIB. Outras mudanças vistas por aqui foram a diminuição do crédito no mercado, a alta do dólar, o aumento da inflação e a elevação do risco-país. Ainda assim, os impactos da crise no Brasil foram minimizados. O real passou por uma valorização, os juros foram reduzidos e o país chegou a passar por um crescimento econômico em seguida.

Para Ricupero, em um ponto de vista mais político ideológico:

> Quase nada se publicou sobre as engrenagens políticas e ideológicas da crise financeira. Chama a atenção o contraste entre a fartura de análises econômicas minuciosas da crise e a ausência ou inexpressividade de comentários dedicados ao quadro político-ideológico que tornou possível seu desencadeamento. A política aparece às vezes como pano de fundo referencial, mas pouco se fala sobre o processo pelo qual setores ligados às finanças conquistaram posição predominante no sistema político dos Estados Unidos e dos principais países ocidentais, colocando o Estado a serviço dos interesses financeiros de maximizar lucros com o mínimo de restrições e fiscalização. [...]”
> (RICUPERO, 2008, p.185)

A hegemonia do setor financeiro coincidiu com fase de aguda concentração de renda e aumento da desigualdade. A busca de oportunidades de ganhos para o setor financeiro esteve também na raiz da extraordinária onda de fusões e aquisições de empresas, seguidas de demissões em massa, justificadas sob o manto da

necessidade de "criar valor para os acionistas", uma das frases que simbolizaram o espírito da época. (RICUPERO, 2008)

E, ainda:

> “[...] Essas transformações não se deram por geração espontânea; foram o produto de escolhas políticas, da atividade determinante e das decisões do Executivo e do Congresso. Constituíram o resultado da ação política de um Estado a serviço de interesses de setores econômicos influentes, em especial do financeiro. A manipulação ideológica esforçou-se, no entanto, em fazer crer que a evolução não passava de imposição irresistível da globalização econômica, como se esse fenômeno não pudesse ter inspirado respostas e políticas alternativas [...]”
> (RICUPERO, 2008, p. 189-190)

Sobre a crise gerada pela pandemia do coronavírus, o comportamento dos governos e bancos vinculados aos governos foi similar para gerar aquecimento da economia. Para Maranhão e Senhoras, no contexto global:

> “[...] A difusão multilateral da pandemia do novo coronavírus, intitulado Sars-CoV-2 e causador da doença intitulada COVID-19, tem repercutido em uma positiva curva exponencial de contágio no mundo em contraposição a uma negativa curva de recessão econômica, requerendo uma diferenciada ação estatal para conter o surto pandêmico, bem como os efeitos de natureza suis generis do choque exógeno que a crise epidemiológica gera à economia. [...]”
> (MARANHÃO E SENHORAS, 2020, p. 27)

E, ainda, de maneira geral:

> “[...] A capacidade de adoção de políticas econômicas anticíclicas por meio de pacotes econômicos está relacionada aos indicadores macroeconômicos prévios à própria recessão econômica da pandemia da COVID-19, demonstrando assim que há assimetria no papel assertivo quanto ao intervencionismo econômico dos Estados nas economias nacionais, com países com maior ou menor fôlego fiscal de endividamento público neste contexto de guerra contra a pandemia, o que por sua vez repercutirá em eventual aumento de desigualdades internacionalmente. [...]”
> (MARANHÃO E SENHORAS, 2020, p. 27)

O perfil de políticas econômicas em resposta à pandemia da COVID-19 é claramente assimétrico entre países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos, mas dentro de cada categoria (FMI, 2020), uma vez que em um polo positivo estão os países com um forte mix de políticas fiscais, monetárias e creditícias e com rápidos e consolidados programas ou pacotes econômicos, muitos deles a fundo perdido, como é ocaso dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, em contraposição a um polo negativo em que persiste uma agenda ortodoxa em países com pacotes fiscais exclusivamente direcionados para a saúde. (MARANHÃO E SENHORAS, 2020)

Como exemplo, o Asian Development Bank lançou um pacote de financiamento de US$ 6,5 bilhões, além dos US$ 225 milhões já comprometidos com as nações e empresas asiáticas. O pacote inclui, ainda, US$ 3,5 bilhões para as nações mais problemáticas, sendo US $ 1,6 bilhão destinado as micro, pequenas e médias empresas, e para apoiar as cadeias globais de produção e consumo. (WILSON, 2020)

Já o Development Bank of Latin America (CAF) abriu uma linha de crédito de US $ 2,5 bilhões para ajudar os países membros a combaterem o coronavírus. O crédito permitirá a salvaguarda da saúde da população e apoiará oportunamente as medidas adotadas pelas autoridades para mitigar os efeitos do COVID-19. A linha de crédito soma-se a outros US $ 300 milhões anunciados pelo banco no início do mês de março, para apoiar os sistemas bancários, priorizando os bancos de desenvolvimento com o propósito de oferecer recursos ao setor produtivo, especialmente pequenas e médias empresas. (REUTERS, 2020)

No caso do BNDES, citando mais um exemplo, para auxiliar os trabalhadores afetados pela crise, o banco aprovou, em março de 2020, a transferência de R$ 20 bilhões do PIS-PASEP para o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), de modo a reforçar o fundo e possibilitar saques de acordo com os critérios estabelecidos pelo governo federal. Os trabalhadores, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Governo, puderam sacar até R$ 998,00 do fundo, caso o beneficiário tenha saldo. O saque foi opcional e pode ser realizado uma única vez. (BNDES, 2020)

Tudo isso sem contar os investimentos realizados diretamente pelo governo brasileiro, que lançou um pacote para enfrentar os efeitos da pandemia e, assim,

salvaguardar a economia do capital. O pacote anticoronavírus incluiu antecipação de benefícios, como 13º para os segurados do INSS, adiamento de cobrança de impostos para empresas e financiamento da folha de pagamento e auxílio a trabalhadores informais. Também foi anunciado pelo governo um plano de socorro para Estados e municípios com a condição de aprovação pelo Congresso, além de ampliação do Bolsa Família.

Mesmo que algumas dessas medidas não tenham se concretizado, elas demonstram o papel dos governos na sustentação do capital, sendo que o auxílio emergencial, um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, que tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19, está sendo considerado um fator que segurou uma maior queda do PIB brasileiro neste período pandêmico.

Encerrando o tópico da importância dos governos na sustentação do capital, no enfrentamento às crises e, até, como foi visto, na própria criação delas, reitera-se que o discurso neoliberal não tem fundamentação na realidade concreta. Encerrando, também, o subcapítulo das crises imobiliárias, defende-se que o mercado imobiliário é diretamente afetado pelo capital financeiro, uma fração do capital que vem ganhando cada vez mais espaço no capital em geral e demonstrando hegemonia. E, encerando o capítulo do diagnóstico, percebe-se que é necessário voltar os olhos para a classe do trabalho a fim de se tentar superar os diversos problemas que aqui foram descritos. E é isso que pretende o capítulo que vem logo em seguida: um prognóstico.

3 UM PROGNÓSTICO – A SUPERAÇÃO DO CAPITAL VIA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO ESTADO E DO ESPAÇO URBANO NESSA TRANSFORMAÇÃO

3.1 O DIREITO À CIDADE NO CONTEXTO ATUAL

Dentro do debate sobre o urbano no Brasil, é reconhecível um campo de pensamento em que se inserem alguns intelectuais que buscam compreender esse fenômeno a partir de uma análise crítica à reprodução do capital. Tais pensadores, no entanto, mesmo ancorados em análises sociológicas, econômicas e antropológicas inegavelmente de inspiração marxista, em menor ou maior grau – como em certas leituras de Francisco de Oliveira e Milton Santos, por exemplo – insistem em recorrer, por outro lado, à crítica do que é comumente denominado estruturalismo ou marxismo ortodoxo.

É perceptível, então, que esses autores buscam analisar a urbanização brasileira recorrendo às teorias marxistas sem recair em determinismos economicistas. Um esforço louvável e digno de reconhecimento. Busca-se aqui não evitar conceitos essenciais de percepção da produção econômica da vida ao mesmo tempo em que não se nega novos elementos da produção econômica da vida colocados na atualidade e que não estavam tão presentes quando da elaboração teórica marxista clássica – como por exemplo o próprio debate sobre o urbano.

Nesse sentido, Henri Lefebvre, por exemplo, pode ser útil não para fornecer a chave única de atualização do pensamento marxista à contemporaneidade, mas sim para mediar um conflito existente entre os pensadores do urbano e os pensadores do marxismo no Brasil contemporâneo, pois o autor colabora indiscutivelmente no avanço do pensamento marxista no século XX para além das correntes dogmáticas e estruturalistas ou quaisquer conceituações marxistas que se fazem reféns de certos determinismos.

Vive-se numa época em que os ideais de direitos humanos tomaram o centro do palco. Gasta-se muita energia para promover sua importância para a construção de um mundo melhor. Mas, de modo geral, os conceitos em circulação não desafiam de maneira fundamental a lógica de mercado hegemônica nem os modelos dominantes de legalidade e de ação do Estado. Vive-se, afinal, num mundo em que os direitos da propriedade privada e a taxa de lucro superam todas as outras noções de direito. Busca-se discutir mais especificamente neste subcapítulo, então, e também

defender nesta dissertação um outro tipo de direito humano: o direito à cidade. (HARVEY, 2013)

Para o autor:

> Saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.
> (HARVEY, 2013)

Além disso:

> A expansão mais recente do processo de urbanização trouxe consigo mudanças incríveis no estilo de vida. A qualidade da vida nas cidades virou uma mercadoria, num mundo onde o consumismo, o turismo e as indústrias culturais e do conhecimento se tornaram aspectos importantes da economia urbana. A tendência pós-modernista de incentivar a formação de nichos de mercado, nos hábitos de consumo e nas expressões culturais, envolve a experiência urbana contemporânea numa aura de liberdade de escolha – desde que se tenha dinheiro. Proliferam os shopping centers, cinemas multiplex e lojas padronizadas, as lanchonetes e as lojas artesanais. Temos agora, nas palavras da socióloga Sharon Zukin, a “pacificação pelo cappuccino”. Até os empreendimentos imobiliários monótonos e insípidos dos subúrbios americanos, que continuam a dominar em algumas áreas, agora recebem um antídoto no movimento do “novo urbanismo”, que pretende vender uma réplica customizada da vida nas cidades. É um mundo em que a ética neoliberal de individualismo, acompanhada pela recusa de formas coletivas de ação política, se torna o modelo para a socialização humana.
> (HARVEY, 2013)

Ou seja, vive-se, cada vez mais, em áreas urbanas divididas e propensas a conflitos. Nessas condições, os ideais de identidade urbana, cidadania e

pertencimento se tornam muito mais difíceis de sustentar. A redistribuição privatizada por meio de atividades criminosas ameaça a segurança individual a cada passo, provocando a demanda popular pela repressão policial. Até mesmo a ideia de que a cidade possa funcionar como um corpo político coletivo, um lugar dentro do qual e a partir do qual possam emanar movimentos sociais progressistas, parece implausível. Há, porém, movimentos sociais urbanos tentando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente daquela apresentada pelas incorporadoras imobiliárias, apoiadas pelos financistas, as grandes corporações e um aparato estatal local com mentalidade cada vez mais influenciada pelos negócios. (HARVEY, 2013)

Portanto, antes de iniciar os tópicos deste subcapítulo, que avançam no sentido de afirmar a possibilidade de novos caminhos para a vida urbana, percebe-se que, para Harvey:

> A urbanização, podemos concluir, vem desempenhando um papel fundamental no reinvestimento dos lucros, a uma escala geográfica crescente, mas ao preço de criar fortes processos de destruição criativa que espoliaram as massas de qualquer direito à cidade. O planeta como canteiro de obras se choca com o “planeta das favelas”. Periodicamente isso termina em revolta. Se, como parece provável, as dificuldades aumentarem e a fase até agora bem-sucedida, neoliberal, pós-moderna e consumista do investimento na urbanização estiver no fim e uma crise mais ampla se seguir, então surge a pergunta: onde está o nosso 1968, ou, ainda mais dramaticamente, a nossa versão da Comuna de Paris? Tal como acontece com o sistema financeiro, a resposta tende a ser mais complexa porque o processo urbano hoje tem âmbito mundial.
> (HARVEY, 2013)

Finalmente, segue-se com o primeiro tópico deste subcapítulo discutindo o urbano como totalidade na contemporaneidade. Para isso, trabalha-se a categoria marxista referente à totalidade a fim de, em seguida, demonstrar como o urbano pode ser entendido como totalidade na atualidade.

3.1.1 O urbano como totalidade na contemporaneidade

É interessante primeiramente pontuar que este tópico trabalha o que se pode denominar como uma categoria. Para Marx, categorias são formas de ser, características da existência. (MARX, 2011)

A categoria renda da terra, por exemplo, “é uma categoria fundamental da Economia Política, da qual o preço do solo é uma categoria derivada: o preço da terra é a forma capitalizada de sua renda”. Por outro lado, o pagamento pela localização passa a ser categoria fundamental, da qual derivam preço ou renda da terra: preço e renda sendo formas de pagamento e terra, uma das formas de localização no espaço. (DEÁK, 1985).

Esses exemplos de categorias nos indicam que, para determinados estudos, há categorias centrais de análise. Passa-se a considerar, agora, a categoria fundamental de análise do presente artigo, a da totalidade, que é uma das categorias mais fundamentais na compreensão do processo de produção dialética do conhecimento. De acordo com Lukács:

> A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.
> (LUKÁCS, 1967, p. 240)

Ou seja, existe uma unidade concreta entre os diversos elementos da objetividade que se relacionam e possuem interdependência. Essa unidade forma uma totalidade coerente que é a própria materialidade.

É interessante notar, todavia, que não é necessário – ou que seja até impossível – enxergar todos os fatores que compõem essa materialidade para se distinguir um fenômeno. Ou, para Carvalho:

> Para conhecer a transversalidade conectiva do todo não se faz necessário - e nem possível - percorrer, como uma listagem, todas as inumeráveis partes, elementos, momentos e relações do todo, pois se trata de conhecer a lógica que preside a sua conexão. Com efeito, a apreensão da conexão dialética essencial de uma totalidade pode ser descoberta mesmo antes de se ter alcançado o grau máximo de concretude da totalidade. É, com efeito, o que

> ocorre quando se procede à análise de uma dada totalidade por necessárias aproximações, de degrau em degrau, cobrindo, revelando e completando cada conceito, cada relação, cada conexão e cada categoria desde sua apreensão mais abstrata (e mais simples) à mais concreta (e mais complexa), no curso da qual a lógica essencial que preside a conexão do todo pode ser captada em algum estágio intermediário.
> (CARVALHO, 2007, p. 182)

Portanto, a totalidade é também uma questão de método, ao mesmo passo em que "o alcance da plenitude conectiva da totalidade, que se faz, no plano teórico, por aproximações dos aspectos mais simples e unilaterais aos mais concretos e complexos, já revela, em determinados estágios da aproximação, o essencial do todo". (CARVALHO, 2007)

Essa primeira aproximação realizada da categoria de totalidade – e, aqui, atente-se o leitor que ao se aproximar cada vez mais dessa categoria também se emprega o próprio método dialético como método de análise e se aproxima de uma realidade a qual pode se revelar como um todo em qualquer momento da aproximação – dá subsídio para uma compreensão mais profunda da totalidade.

Voltando à Lukács, "cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco das circunstâncias históricas determinadas e concretas". (LUKÁCS, 2009)

Por isso, a totalidade não pode significar algo definitivo (ou uma definição). Antes, ela é, de fato, como afirmado no início deste tópico, uma categoria. E o próprio Marx defende isso ao compreender, como também explicitado no início deste tópico, que uma categoria – e a totalidade, como consequência – é uma forma de ser, uma característica da existência.

Aqui, cabe mais um sinal de atenção, pois "característica de existência" e "forma de ser" jamais podem significar imutabilidade ou rigidez perene. Antes, o contrário, "o conceito dialético de totalidade é dinâmico, refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis". (BOTTMORE, 2001)

Em outras palavras, como bem colabora Scherer:

> A defesa da possibilidade da apreensão da totalidade da realidade social é garantir que compreendamos que é possível transformar radicalmente a

> realidade como um todo (possibilidade de uma política emancipatória), pois a totalidade, enquanto categoria marxista, é oposta àquela percepção da totalidade metafisica e formalista que a percebe em sentido abstrato e intemporal, ou seja, impossível de ser modificada.
> (SCHERER, 2016, p. 11)

Afirmada a totalidade como categoria marxista e passível de transformações no decorrer da história, torna-se imprescindível notar que a noção de totalidade na contemporaneidade não se identifica com a noção de totalidade no século XIX, quando da publicação da obra prima de Karl Marx, “O capital: crítica da economia política”, cujo primeiro volume data de 1867.

Mesmo assim, tal obra continua sendo uma das que mais se aproxima da percepção da totalidade do modo de produção econômico da humanidade, e, muito por isso, necessita de uma atualização que capte um fenômeno que é tão importante desse modo de produção econômico que passou a ser primordial para as relações de vida da população: a urbanização.

Dessa maneira, passa-se a encarar o urbano como totalidade na contemporaneidade, compreendendo, logicamente, todas as ideias que estão sendo explicitadas neste tópico – especialmente a da efemeridade da categoria totalidade – e, principalmente, a visão de que buscar a totalidade não significa separar todos os elementos da realidade concreta para depois juntá-los, como um quebra-cabeças, mas sim caminhar das objetividades mais simples às mais complexas, com o intuito de desvendar as essencialidades de cada objeto.

Alguns autores se dedicam a discutir categorias importantes do pensamento marxista em termos atuais. Fazem isso especialmente tratando da produção imobiliária e da financeirização, considerando normalmente como principais as categorias preço e valor (tomados relativos à terra, e não qualquer terra, mas à terra urbana). Pereira, por exemplo, realiza a seguinte contribuição relativa ao tema:

> A discussão do preço e do valor de mercado na produção da propriedade imobiliária aparentemente se coloca de uma maneira distinta, dada as características da produção do produto e do valor imobiliário. Primeiro, o essencial é observar que nessa produção, a propriedade aparece como condição prévia, meio e resultado dessa mesma produção, mas, como veremos, não se pode reduzi-la a esse movimento e à característica dessa materialidade.

(PEREIRA, 2018, p. 61)

No entanto, neste debate, se buscará, como já apontado, afirmar que para além da mercadoria terra urbana, importante objeto de discussão do campo crítico de intelectuais do urbanismo, o próprio urbanismo se constitui como elemento e categoria a qual se aproxima da totalidade proposta neste tópico.

Para isso, será lançado mão de um artifício metodológico similar ao utilizado por Hirata, que busca uma atualização do pensamento urbano brasileiro referente à história recente:

> Se o urbano ganha centralidade produtiva, quais são os novos conflitos e como os estudos urbanos contribuem para elucidá-los e, principalmente, como podem contribuir para perspectivas de enfrentamento da desigualdade social? Mas para avançar a compreensão desse momento, uma questão anterior se coloca: o que teria mudado nas lutas sociais e o que os estudos sobre as mobilizações atuais estão observando e permitindo reinterpretar com a entrada do novo século predominantemente urbano?
> (HIRATA, 2018, p. 197)

Percebe-se a preocupação da autora em trazer para a nova e atual realidade (predominantemente urbana) a reflexão sobre os conflitos e a elucidação necessária para encarar a desigualdade social. Deixa-se, neste momento, de lado a parte material dessa preocupação e se atém ao aspecto formal: o de trazer para nova e atual realidade (predominantemente urbana) a reflexão e – consequentemente – a práxis, agora sim, da categoria marxista totalidade.

A fim de realizar essa tarefa, cabe lembrar que caminhar em direção à totalidade significa desenvolver o método. O próprio Marx dá inúmeros exemplos da veracidade dessa assertiva, que revela uma questão de método, e é esse o procedimento que ele emprega, em “O Capital”, na construção do próprio conceito de capital. Em O Capital, o conceito de capital (entre outros) construído no “Livro I” só serve para elucidar toda a análise teórica intermediária e que, numa crescente, vai atingir sua concretude máxima no “Livro III”, quando aquele conceito inicial deve dar lugar ao conceito de capital finalmente entendido no âmbito das determinações mais concretas, de modo que “(...) os dois primeiros tomos não ultrapassam a análise do ‘capital em geral’, enquanto o terceiro supera esse limite, fazendo a passagem para a

análise da ‘pluralidade de capitais’ e de suas inter-relações, ou seja, do capital que existe ‘na realidade’”. (RODOLSKY, 2001)

Sendo assim, é importante buscar na elementaridade, na singularidade inicialmente abstrata, contudo finalmente a mais concreta possível, o próprio urbanismo. Engana-se quem pensa que tal abstração já não foi trabalhada no próprio “O Capital”. E a partir daqui se buscará desenvolver objetivamente esse tema.

Karl Marx inicia o capítulo XXIV – “A assim Chamada Acumulação Primitiva” – do primeiro volume d’O Capital falando sobre “O segredo da acumulação primitiva”. O autor reconhece o círculo vicioso da produção de capital em mais capital decorrente da mais-valia. No entanto, para dar início a um primeiro processo de acumulação é necessária uma acumulação que não esteja já inserida no modo de produção capitalista. Para ajudar a esclarecer isso, Marx faz uma analogia entre a acumulação primitiva e o pecado original para a teologia. Importante ressaltar ainda que os processos reais dessa acumulação primitiva, faz questão de destacar o autor, são violentos e sanguinários. (MARX, 1984)

Mas a questão importante para a terra urbana não está aí, e sim no fato de que a saída do campesinato de suas terras e sua ida para o espaço urbano resultou na criação de um proletariado industrial que precisava adquirir do capitalista o salário necessário para adquirir os meios de subsistência, ou seja, cria um mercado consumidor. Tudo isso é proporcionado pela grande indústria que transforma as relações de produção. Essa é a principal contribuição de Marx em “Efeito retroativo da revolução agrícola sobre a indústria. Criação do mercado interno para o capital industrial”. Esse início do processo de urbanização – que é permanentemente violento – configura (para o urbano) o que é a própria produção da mercadoria (para o capital): a unidade básica de análise.

Contudo, isso não se mostra uma preocupação fundamental para Marx à época. Muito devido ao fato de que a população não estava predominantemente, ainda, refém de um modo de vida urbano capitalista. As preocupações do autor eram outras, como revelar o aspecto econômico mais puro da recente invenção humana: o funcionamento do processo produtivo capitalista geral.

Agora, porém, com o desenvolvimento das forças produtivas, a predominância do urbano sobre o rural e a nova dinâmica de vida global, estritamente relacionada às finanças, parece ser possível que uma análise mais refinada dessa primeira impressão sobre o urbano seja realizada a partir de marcos não deterministas, mas

não menos econômicos, pois se o capital produtivo servia à era da industrialização sob as leis capitalistas, o capital especulativo não serve à era da financeirização de maneira distinta, ou seja, continua criando a desigualdade já inicialmente percebida pelos críticos da economia política.

A unidade de análise, enfim, inclusive já indicada, de fato não poderia ser outra senão a mercadoria “terra urbana”, mas agora encarada de maneira mais concreta, após esse processo dialético realizado.

3.1.2 A democratização do espaço urbano

A saída proposta para quebrar a lógica capitalista de produção do espaço contemporâneo – a qual afirma a acumulação e a criação da desigualdade como motores do desenvolvimento – é a democratização do espaço urbano. Isso subverte o mercado imobiliário, em direção a uma produção imobiliária, da cidade e do urbano fora dos marcos capitalistas, ao colocar como central na dinâmica urbana o direito à cidade, uma ideia bastante trabalhada pelo filósofo Henri Lefebvre e reivindicada posteriormente pelo geógrafo David Harvey, além de diferentes movimentos sociais do século XXI.

O direito à cidade, que fala de todas as dimensões que permitem levar uma vida digna, caracterizado por uma ordenação urbana com critérios de justiça social e ambiental, deve vir atrelado à promoção de políticas participativas para que a população seja protagonista na vida da cidade: a cidade é de todos e é preciso fazê-la entre todos.

Para isso, são necessárias políticas que não podem ser só locais, e sim supralocais e de caráter transversal. Não é preciso somente melhorar o espaço público e a acessibilidade, e sim todos os âmbitos da vida da população. Nesse sentido, caracteriza-se a subversão. Ou, como reivindica Randolph:

> A subversão, dentro do arcabouço conceitual aqui esboçado, pode ou mesmo precisa ser compreendida como uma prática social cotidiana, permanente, que faz parte da vida diária dos agentes sociais quando estes se dão conta das permanentes tentativas de colonização da vida pelos sistemas econômicos e burocráticos. Práticas subversivas são práticas contra-hegemônicas que, em última instância, procuram expandir a validade da

> lógica comunicativa-concreta para além das limitações impostas pelo sistema.
> (RANDOLPH, 2015, p. 113-114)

Como prática social cotidiana, então, a subversão tem o potencial de fazer o espaço urbano mais democrático e, assim, caminha em direção à garantia do próprio direito à cidade. Nesse mesmo sentido, Ferreira complementa:

> É preciso colocar a técnica à serviço da comunidade e para isso torna-se fundamental construir participação efetiva e não ilusória. Nesse sentido, o mais importante parece ser a intervenção dos interessados, pois o Estado tende sempre a prescindir da intervenção dos interessados. É preciso tomar a palavra para dizer o que a comunidade necessita, o que deseja e o que é fundamental. É fundamental trabalharmos pelo direito à produção do espaço pelos cidadãos. A participação deve ser uma intervenção ativa e permanente, em direção da autogestão. Para a concretização desse objetivo é necessário trabalhar pela realização da verdadeira democracia.
> (FERREIRA, 2018, p. 215)

Percebe-se que a participação social é o que leva à democratização do espaço urbano e o que pode subverter a lógica do mercado imobiliário que trata a terra urbana como apenas mais uma mercadoria e ignora o direito à cidade.

Afirma-se, ainda, que esse passo em direção à subversão é uma forma revolucionária de enxergar e tratar o espaço urbano. Atuar dessa maneira, para além da visão tradicional de cidade e do urbano, encarando esses conceitos como potencialidades subversivas, ajuda a fazer do planejamento urbano um campo do conhecimento com a capacidade de transformar radicalmente a sociedade.

É daí que surge a noção de “contraplanejamento” proposta por Randolph. Para o autor, o contraplanejamento é um planejamento às avessas. É a organização e explicitação das contradições internas às sociedades capitalistas contemporâneas. (RANDOLPH, 2015)

Ainda, nas palavras do próprio autor:

> Por isso a importância, a nosso ver, de compreender colonização e subversão não como opostos, mas dialeticamente contrárias, contraditórias. Mas que constituem, como tese e antítese, uma totalidade social (relativa) da relação

> entre as duas racionalidades. Como ambas procuram resultados iguais, mas contraditórios, e as práticas de racionalização manifestas na colonização são chamadas de “planejamento”, a práxis unificadora (envolvida na “organização” da subversão) mereceria, talvez, ser chamada de “contraplanejamento” como movimento contrário aos planejamentos acima referidos – mesmo aqueles de abordagem relativamente crítica como a do comunicativo-colaborativo.
> (RANDOLPH, 2015, p. 126)

E, ainda:

> Assim, a “negação” do planejamento, como quer uma proposta subversiva, não é nada mais do que um planejamento; mas um “contraplanejamento”. E esse “contraplanejamento” não é uma hipótese abstrata ou apenas uma mera “potencialidade” – como não são as práticas subversivas; ele existe “realmente” e precisa ser reconhecido, identificado e (não tanto) divulgado.
> (RANDOLPH, 2015, p. 126)

Propõe-se, então, que o caminho da democratização do espaço urbano e do acesso ao direito à cidade passa pela via da subversão do mercado imobiliário tal como ele foi identificado no primeiro capítulo deste estudo.

No entanto, é necessário compreender melhor o que significa esse acesso ao direito à cidade pelo estudo direto das próprias contribuições de Lefebvre na área. Assim que isso for exposto, logo na sequência, se partirá para o último tópico deste subcapítulo, com intuito de finalizar a ideia do direito à cidade no contexto atual com a exposição das possibilidades de subversão do mercado imobiliário para, em seguida, passar ao papel do Estado na defesa de tal direito.

O direito à cidade, inclusive termo que dá nome a uma difundida obra do filósofo em questão, é, para Lefebvre, uma redefinição nas formas, funções e estruturas da cidade, seja nos aspectos econômicos, políticos, culturais e outros. De acordo com o autor:

> Até aqui, apenas as necessidades individuais, com suas motivações marcadas pela sociedade dita de consumo (a sociedade burocrática de consumo dirigido) foram investigadas, e aliás foram antes manipuladas do que efetivamente conhecidas e reconhecidas.
> (LEFEBVRE, 2011, p. 105)

Porém:

> As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva a longo prazo.
> (LEFEBVRE, 2011, p. 105)

Dos excertos, percebe-se que não é um foco individualista que deve ser tomado como o único debate antropológico. Ao contrário, existe a necessidade social e essa, por sua vez, se coloca como imprescindível, uma vez que se completa justamente pela oposição e até justaposição de ideias que o autor muito bem exemplifica.

Para Lefebvre, o ser humano tem necessidade de acumular e gastar energias e a essas necessidades antropológicas socialmente construídas acrescentam-se necessidades específicas que não são satisfeitas pelos equipamentos comerciais e culturais planejados e implementados pelos urbanistas. (LEFEBVRE, 2011)

Usa-se, agora, um trecho do autor que exprime justamente essa ideia. Segue:

> Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir horizontes. As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seria também a necessidade de um tempo de encontros, dessas trocas?
> (LEFEBVRE, 2011, p. 105-106)

O direito à cidade, então, para Lefebvre, se afirma como um apelo, uma exigência. Para o autor:

> O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.

(LEFEBVRE, 2011, p. 117-118)

Ou seja, não importa que o tecido urbano encerre em si o campo e o que sobrevive de vida camponesa desde que o urbano – lugar de encontro, prioridade do "valor de uso", inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens – encontre sua base morfológica, sua realização prático- sensível. (LEFEBVRE, 2011)

Ainda, só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. Ou, nas palavras do próprio Lefebvre:

> Aqui ainda, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como há um século, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses (aqueles que superam o imediato e o superficial) de toda a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que habitam.
> (LEFEBVRE, 2011, p. 118)

Portanto:

> Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou pra a fábrica, para retornar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de fazer acompanhar pelo quadro das "satisfações" que a dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e evadir-se dela.
> (LEFEBVRE, 2011, p. 118)

Finalmente, cientes sobre o que significa o direito à cidade aqui defendido, uma gama mais ampla de direitos que, na verdade, se confunde com o próprio direito de auto realização, afirmação, tutela, promoção e autodeterminação da vida, pode-se passar para o próximo tópico do trabalho, que se insere numa continuidade desta democratização do espaço urbano pela via do direito à cidade. Esclarece-se novamente, ainda, que a via do direito à cidade pressupõe certa subversão do atual modelo do mercado imobiliário.

É justamente tal subversão que será discutida agora. Acrescenta-se que, se o direito à cidade é o direito de acessar e também produzir o espaço urbano, e considerando que, na cidade capitalista, o acesso depende de renda para adquirir o produto que hoje também está vinculado ao capital financeiro, e a produção é quase que totalmente derivada da atuação do mercado imobiliário, precisa-se apontar maneiras de como subverter essa lógica.

Aponta-se as ocupações, por exemplo, como práticas subversivas. Não apenas as ocupações por moradia, mas as ocupações dos espaços públicos para manifestações culturais, ou mesmo reivindicatórias. A luta pela preservação de espaços onde se desenvolve a vida cotidiana contra a apropriação do capital.

A arte de rua dos grafiteiros, por exemplo, não é apenas potencialmente transformadora, mas ela é legítima. Assim, legitimar (reconhecer) e dar poder (liberdade de atuar na produção da cidade como obra) aos grupos sociais para subverter tal lógica é o caminho que agora será estudado.

3.1.3 A necessidade de uma subversão no mercado imobiliário

Assim como visto, é preciso avançar na proposta concreta de subversão do mercado imobiliário e, com isso, deve-se avançar na proposta concreta de subversão do modo de produção imobiliária atualmente presente na sociedade. O campo do planejamento urbano deve contribuir na teoria e na prática com tal avanço, com o pensamento sobre o urbano e a prática transformadora da realidade.

O que deve ser feito, então, é traduzir em políticas concretas a subversão da terra e da cidade mercadoria. Observa-se, agora, a fusão das lutas sociais pela apropriação do espaço como um elemento característico desse tipo de política. Para isso, toma-se como exemplo as perspectivas de reciclagem no centro da cidade de São Paulo, sob o ponto de vista de Márcia Hirata, para depois generalizar esse exemplo e conseguir um caminho mais teórico baseado em tal prática.

Além disso, será usada a contribuição de Álvaro Ferreira em seu texto “Por uma transformação na produção do espaço através da construção da verdadeira democracia” para também ajudar a embasar um pensamento sólido sobre a práxis urbana.

Finalmente, para encerrar este tópico e, consequentemente o subcapítulo, será retomado o pensamento de Rainer Randolph sobre a origem estrutural da

subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de um contraplanejamento.

E dessa forma se encerrará o tópico, apontando uma direção necessária para subversão do mercado imobiliário aqui descrito no primeiro capítulo do estudo, ao mesmo tempo em que se iniciará a discussão sobre o Estado como central na defesa do direito à cidade.

Dando início, de fato, então, ao tópico, reitera-se que se vem defendendo aqui a resistência ao movimento do capital. A crítica, dessa maneira, sobre o predomínio da financeirização na produção do espaço precisa andar de mãos dadas ao combate do neoliberalismo. Ou seja, à primazia do econômico (ou, até melhor, do financeiro), emerge o político, a compreensão da totalidade para a crítica à economia política do espaço. (PEREIRA e PETRELLA, 2018)

Para Hirata:

> Adentramos o século XXI com o aprofundamento das desigualdades sociais à escala mundial, com afirmações de falta de alternativas e de fim da história. Neste contexto, práticas sociais de questionamento à desigualdade eclodiram de modo significativo, com manifestações históricas em vários países, como a Primavera Árabe, na Turquia, e os Indignados, na Espanha, além da conquista de governos de viés mais popular na América Latina.
> (HIRATA, 2018, p. 196)

Entretanto:

> Tivemos a forte crise econômica mundial de 2008 e o avanço de governos mais conservadores, como mais recentemente na Argentina e no Brasil. Soma-se ainda um outro conflito que tem ampliado seu espaço no debate político e econômico quanto aos limites do desenvolvimento, o desafio ambiental que, apesar de já estar em níveis irreversíveis, pouco avança diante dos impasses nas conferências internacionais promovidas no âmbito das Nações Unidas.
> (HIRATA, 2018, p. 196)

Percebe-se, disso, que práticas de resistência surgidas neste momento de crise estrutural do capital colocam à mesa questões que podem indicar novas direções. Essas práticas de resistências devem ser estudadas a fim de encontrar no

próprio urbano a potência revolucionária a qual pode servir de enfrentamento ao neoliberalismo, já que é, agora, o próprio urbano a base produtiva (flexibilizada) de acumulação rentista e financeira que renova a produção da desigualdade. (HIRATA, 2018)

Sendo assim, os conflitos relacionados às novas trajetórias urbanas são de grande relevância para compreender a expressiva força da mobilização social. Hirata usa para exemplificar esse fato os sujeitos da reciclagem no centro da cidade de São Paulo. De acordo com a autora:

> Trata-se de um dos grupos sociais que participaram desde o final dos anos 1990 das manifestações contra as ações da prefeitura municipal, a qual atuava com violência para expulsar populações pobres do antigo centro da cidade, com ações de “higienização” social para fins de “revitalização” urbana.
> (HIRATA, 2018, p. 205)

Destaca-se aqui que o enfoque é dado a grupos que atuam de forma organizada em cooperativas ou outras formas coletivas de trabalho desde a década de 1980. Interessante notar, sobre os grupos, que:

> Considerando-se sua suposta fragilidade diante dos interesses econômicos em torno de projetos urbanos como parte de processos excludentes de gentrificação, é preciso compreender sua permanência neste território até o presente momento, mesmo após gestões municipais contrárias, e mesmo após o recente processo de valorização imobiliária que afetou a dinâmica urbana em toda a cidade.
> (HIRATA, 2018, p. 205)

Depreende-se daqui a importância da organização dos grupos na resistência aos processos de valorização imobiliária causados por planos municipais que, muitas vezes, causam também a gentrificação de áreas consideradas importantes para tais grupos.

Outro ponto, além da forma organizada dos grupos que é importante de se ressaltar para a resistência aos processos excludentes citados, é a fusão de lutas no cotidiano. Nesse sentido, para a autora:

> Se nos anos 1980 pode-se salientar o percurso de diferentes grupos com suas respectivas lutas sociais a se encontrarem no cotidiano dos diferentes territórios do trabalho e da moradia, verifica-se que os trabalhadores da reciclagem do Centro também reuniram em torno de si uma rede de apoio social e política que lhes permite tanto avançar em suas formas de organização para melhoria na condição de trabalho e de seu espaço na reprodução social.
> (HIRATA, 2018, p. 209-210)

Outro fator que se destaca, além da organização dos grupos, então, é a fusão de lutas e do próprio cotidiano na defesa dos direitos desses grupos colocados à margem das políticas públicas. Essas duas práticas podem, portanto, ser tomadas como teoricamente adequadas nas marchas subversivas que devem ser realizadas contra o acúmulo do capital.

Dessa maneira, pontuado que a organização dos grupos de resistência e a fusão das lutas são proeminentes na resistência que se faz buscando a subversão, aciona-se agora Álvaro Ferreira a fim de debater como verdadeiras práticas subversivas, como essa de resistência por meio da organização e fusão de lutas e cotidiano, podem servir à construção da verdadeira democracia.

Para Ferreira:

> Ao que parece, houve realmente um deslocamento da realização do mais-valor para a produção do espaço, que hoje encontra-se cada vez mais marcado pela hegemonia do capital financeiro. Dentre as estratégias em curso para a realização do capital estão os projetos de revitalização e renovação urbana, refuncionalização de antigas fábricas (transformadas em shoppings ou grandes hipermercados etc.), criação de grandes condomínios fechados, construções de prédios corporativos para aluguel etc.
> (FERREIRA, 2018, p. 215)

Assim, o autor vai ao encontro do que foi descrito no primeiro capítulo sobre a atual forma capitalista de produção do espaço. Cabe agora encontrar, porém, o sentido de como modificar essa forma para uma forma mais democrática de produção do espaço.

Deve-se ter em mente, primeiramente, que se é o próprio ser humano que produz o espaço que também o produz, esse espaço é fruto de um conjunto de

relações de poder. Relações de poder, no entanto, que são imensamente desiguais. Os atores sociais não entram no jogo com a mesma força. (FERREIRA, 2018)

Para que isso seja mudado, as dimensões individual, social e política de cada ser humano devem ser reunidas, seja no aspecto pessoal, seja no aspecto profissional, já que esses dois aspectos devem ser interligados a fim de que se possa afirmar que a democracia é realmente constitutiva da comunidade e dos seres humanos que ali vivem. (FERREIRA, 2018)

Para o autor, há um grande desafio que se impõe:

> Parece que um dos grandes desafios a transpor seja a diferença e distância entre gestão e propriedade. As próprias experiências denominadas socialistas viram-se vitimadas por essa diferença e distância.
> (FERREIRA, 2018, p. 215)

Ou seja:

> Mesmo quando afirmavam que a propriedade dos meios de produção era do povo, já que eram de propriedade do Estado, o pequeno grupo que controlava o Estado acabava se convertendo numa espécie de nova elite e acabava tendo um tratamento totalmente diferenciado em relação ao restante da população.
> (FERREIRA, 2018, p. 215)

Por isso, a superação de conflitos passa pela participação ativa de toda a sociedade organizada. A participação por iniciativa própria nasce por razões de consciência cidadã, diretamente da sociedade civil e tem como objetivo a transformação do espaço cotidiano e da própria vida.

Finalmente, no intuito de direcionar essa organização, conta-se agora com algumas subversivas contribuições de Randolph:

> A subversão [...] está voltada ativamente contra a “colonização”; se caracteriza, dialeticamente, pelo “expansionismo” como o da colonização. São mobilizações e movimentos contra o colonialismo interno e sua expansão em sociedades capitalistas; até naquelas onde a consolidação desse modo de produção está apenas precária ou parcial, como é o caso brasileiro.
> (RANDOLPH, 2015, p. 126)

Nesse excerto, repare-se, novamente, que subverter realmente também significa movimentar-se contra, ou, em outras palavras, resistir. Para Randolph, isso não significa nada como golpes de Estado, ou movimentos contra a ordem, a lei, o governo ou o sistema em si. E sim desestruturar e aniquilar determinadas ações do sistema que estão voltadas contra o processo comunicativo e criativo humano. (RANDOLPH, 2015)

Movimentos sociais urbanos – como aqueles que eclodiram em junho/julho de 2013 no Brasil, inicialmente relativos aos preços do transporte público, por exemplo – podem ter tido uma intenção subversiva de se opor a avanços do domínio, cada vez maior, da cidade mercadoria no âmbito do urbano. (RANDOLPH, 2015)

Sendo assim:

> A subversão é muito mais uma (real) potencialidade que está se tornando "real" ou "realizada" sob certas circunstâncias (que precisam ser estudadas e estimuladas). Repetindo, a subversão é um potencial que tem sua origem exatamente naquilo que a quer destruir: surge, dialeticamente, por causa da lógica intrínseca contraditória das sociedades capitalistas enquanto manifestação dessas contradições. Tem como corolário básico a tendência da indestrutibilidade das tradições sociais, da socialização dos agentes e da formação das suas personalidades que apenas são produzidos e reproduzidos (enquanto produtos e produtores) enquanto instituições na base de uma ação comunicativa entre agente sociais; ou seja, fora dos sistemas, mas não independentemente deles, como discutimos acima.
> (RANDOLPH, 2015, p. 114)

Visto, então, formas de subverter o mercado imobiliário (práticas transformadoras baseadas nas lutas organizadas e confluentes), o fim a que isso se destina (a democracia para além do discurso do Estado democrata) e reafirmada a subversão como caminho para implodir e explodir a cidade mercadoria, passa-se, agora, ao próximo subcapítulo iniciando o debate sobre a importância do Estado na promoção do espaço urbano.

3.2 O ESTADO COMO CENTRAL NA DEFESA DO DIREITO À CIDADE

Nesta dissertação, defende-se uma centralidade do Estado na defesa do que foi considerado direito à cidade. Para adentrar essa linha argumentativa, no entanto,

é importante esclarecer qual concepção de Estado é aqui adotada, pois há várias matizes quando esse é o tema em tela.

Para elucidar tal questão, traz-se ao debate alguns autores cujas ideias demarcam a visão de Estado aqui concebida. Num primeiro plano, Nicos Poulantzas, com principal contribuição no sentido de que o Estado é a condensação da relação de forças sociais e materiais, como uma coalizão, correlação ou até tensão unificadora. Num segundo plano, traz-se Antonio Gramsci, que contribui afirmando especialmente um ideário de Estado ampliado. Ainda se adiciona, num último momento, a visão de Topalov para o debate do Estado inserido no contexto urbano. É de se destacar que todos os autores inovam e avançam na teoria política marxista.

Se, de um lado, Poulantzas considera que não há como realizar uma Teoria Geral do Estado, pois, para isso, seria necessário um Estado estático, que não se transforma no decorrer do tempo – o que não é verdade –, por outro, o autor busca conceituar um Estado específico, ao acreditar que, dessa maneira, estaria fazendo uma análise do Estado em determinado tempo histórico: o Estado Capitalista. Tomando o cuidado, em mais de um momento, de não utilizar determinismos – como o historicismo presente numa possível indagação sobre se o Estado precederia a luta de classes ou o contrário –, Poulantzas ainda conceitua o Estado como uma condensação material de uma relação de forças. (POULANTZAS, 1985)

Ou seja, o Estado, diferentemente de uma proposição ortodoxa de determinado marxismo, não é um instrumento, coisa ou objeto que pode, simplesmente, ser tomado para posteriormente ser utilizado. Também não é, por outro lado, um agente ou sujeito com capacidade de escolhas racionais sobre como e quando intervir na sociedade. Essa dicotomia sobre o conceito de Estado pode ser superada quando se percebe que o Estado não é externo às relações sociais, mas sim elemento integral na constituição da infra e da superestrutura. Dessa maneira, conceituar o Estado como uma condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe é um avanço que permite compreender melhor a realidade observável.

Em sua concepção de Estado, então, Poulantzas se distancia das ideias de estado-sujeito e estado-coisa ao entendê-lo como uma condensação material das relações de força. Para o autor, as duas teses pensam o Estado como um bloco monolítico sem fissuras e sem contradições internas. Contudo, o Estado não seria um sujeito autônomo, dotado de vontade e poder próprio, com plena capacidade de se

impor sobre as classes, nem ao menos é um mero conjunto institucional de controle simples pela classe dominante. Não há como negar as relações entre Estado, poder e classes sociais. Dentro de um jogo de poderes relacionais, agentes, interesses, regras, estratégias e o capital formulam as construções sociais. O próprio Estado tem um papel constitutivo na existência e na reprodução dos poderes de classe, principalmente nas lutas de classe. Isso se afasta da corrente que institui a primazia do “social” e traz ao Estado uma imagem de um simples “apêndice do social”. Não é possível estar imune ao poder pelo simples fato de ficar fora do Estado. Logo, qualquer possibilidade de transformação e melhoria devem estar intrínsecas nas próprias relações de forças que constituem o Estado. (POULANTZAS, 1985)

Dessa maneira, para Nicos Poulantzas, o Estado é a condensação de relações sociais, ou seja, fruto de um conjunto de aparelhos, instituições e grupos sociais, não organizado em apenas uma unidade de poder. Assim, “o Estado concentra não apenas a relação de força entre frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas”, no qual ele possui autonomia relativa para a organização de uma ordem hegemônica. Deste modo, o processo de condensação das relações socioeconômicas é fundamental para o desenvolvimento das relações de poder de um Estado, sendo as classes sociais categorias que compõem as relações de poder.

Trazendo Gramsci a essa discussão, nas palavras de Violin:

> A considerada nova teoria gramsciana da revolução trata da concepção ampliada de Estado nas chamadas "sociedades ocidentais", onde há uma relação equilibrada entre a sociedade política e a sociedade civil, e a luta de classes têm como terreno decisivo os aparelhos privados de hegemonia, na medida em que visa à obtenção da direção político-ideológica e do consenso. Neste caso o Estado se ampliou, o centro da luta de classe está na "guerra de posição", numa conquista progressiva ou processual de espaços no seio e por meio da sociedade civil, visando à conquista de posições.
> (VIOLIN, 2006, p. 4)

Atribui-se a Gramsci, então, uma setorialização tripartite: Estado-coerção, estrutura econômica e, entre ambos, a sociedade civil, com vida própria e autonomia. Entretanto, a superestrutura em Gramsci não se esgota na sociedade civil, já que a superestrutura é igual à sociedade política mais a sociedade civil, ou hegemonia

reforçada pela coerção, pois uma das dimensões analíticas de fundo na visão gramsciana está na necessária integração dialética na concepção de Estado. O Estado, em estrito senso, é concebido como sociedade política, e, em lato sensu, como sociedade política mais sociedade civil, vinculando coerção e consenso.

É a sociedade política, para o autor, que desenvolve as funções de ditadura, coerção e dominação, por meio dos aparelhos coercitivos e repressivos, enquanto a sociedade civil tem as funções de hegemonia, consenso e direção, mediante os aparelhos privados de hegemonia.

Para Gramsci, a sociedade política e sociedade civil formam um "par conceitual" que marca uma "unidade na diversidade", e embora o autor insista na diversidade estrutural e funcional das duas esferas, não nega o seu momento unitário. (GRAMSCI, 2000)

Dessa maneira, o Estado de acordo com a teoria de Poulantzas relacionada ao poder fica devidamente complementado com o ideário de Gramsci, pois, de acordo com este, uma luta operada no "terceiro setor" que ignore a correlação de forças e que esteja em autonomia das lutas nas demais esferas da sociedade é claramente funcional ao projeto das classes hegemônicas. (VIOLIN, 2006)

Entende-se que a defesa do que se pode considerar sociedade civil, num Estado realmente democrático, não passa pelos ideais neoliberais de um chamado "terceiro setor" que substitui o Estado, que desresponsabiliza o Estado de suas atribuições constitucionais, como as de assegurar, especialmente via políticas públicas, educação, saúde, cultura, um meio ambiente equilibrado etc., isso mesmo dentro da concepção de Estado como uma resultante de forças ou condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe.

Adicionando ainda Topalov ao debate, percebe-se que também o autor faz referência ao Estado, à terra como mercadoria e ao grande capital imobiliário. Para ele, essa visão da terra como mercadoria vai minimizando ou anulando qualquer possibilidade de ideário da função social da propriedade, e propiciando a valorização do capital por causa de uma ação conluiada do Estado com o grande capital imobiliário, como vemos:

> Das operações imobiliárias pequenas aos grandes empreendimentos seguidas das cidades novas, a reprodutibilidade das condições urbanas de valorização do capital vão se estendendo: constatamos que este processo de

> socialização capitalista pressupõe a constituição de grupos imobiliários e de sua articulação com a ação do Estado em um “mecanismo único”.
> (TOPALOV, 1979, p. 59)

No entanto, é possível uma saída desse “mecanismo único”, buscando ações estatais que visem ao próprio direito à cidade, como trabalhado anteriormente, e isso será discutido mais à frente neste subcapítulo.

3.2.1 Os agentes de produção do espaço e suas contradições

Defendido, então, que o Estado não é nem objeto nem sujeito, nem inerte nem autônomo, e sim está em relação direta com o exercício do poder entre os sujeitos da história, passa-se a considerar esses sujeitos, chamando-os de agentes de produção do espaço. Afirma-se, ainda, que é na contradição que o espaço é transformado, de acordo com os interesses de classe vinculados a sua criação e apropriação, sendo que a contradição, portanto, é verdadeiro motor da história.

Para Corrêa, o espaço é resultado da ação de agentes sociais. Além disso, para o autor, é necessário investigar a dimensão espacial na qual a dimensão humana acontece. Ambas as ideias devem considerar as escalas espacial e conceitual. Assim, torna-se fundamental destacar que essas escalas emergem de uma dimensão variável no espaço e da ação humana. (CORRÊA, 2016)

Júnior comenta essa discussão:

> É uma discussão pertinente porque o autor indica dois temas de pesquisa a serem desenvolvidos: o primeiro deve delimitar uma área qualquer da cidade e fundamentar a produção desse espaço por meio da ação de um ou de diversos agentes sociais e suas ações estratégicas e práticas nas espacializações de contradições e conflitos; já o segundo tema propõe analisar as ações estratégicas e práticas de um determinado agente social, mas em uma espacialidade multiescalar.
> (JÚNIOR, 2014, p. 247)

Nesta dissertação, especificamente, é conveniente identificar primeiramente uma fração do capital que procura a apropriação da renda direta ou indiretamente. Em segundo lugar, uma fração do capital que procura juros e lucro por meio de novas

construções. Num terceiro momento, o capital em geral que usa o ambiente construído como um dreno para o capital excedente. E, finalmente, a força do trabalho, quem usa o ambiente construído como meio de consumo. (HARVEY, 1982)

É necessário, antes de tudo, esclarecer que:

> A dominação do trabalho pelo capital é básica para o modo capitalista de produção. Afinal, sem ela a mais-valia não poderia ser extraída e a acumulação desapareceria. Disso decorrem as mais variadas consequências e apenas nesses termos será possível compreender as relações entre o trabalho e o ambiente construído. Talvez o fato único mais importante a ser considerado é que o capitalismo industrial, pela reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril, força a separação entre local de trabalho e local de reprodução e consumo. A necessidade de reprodução da força de trabalho é assim traduzida num conjunto específico de atividades de produção e consumo dentro da unidade familiar, numa economia doméstica que, se quiser funcionar bem, requer valores de uso sob a forma de ambiente construído.
> (HARVEY, 1982, p. 7)

Dessa maneira, as necessidades da força de trabalho mudam historicamente, sendo atendidas em parte pelo trabalho dentro da própria unidade familiar e em parte pela troca de mercadorias no mercado. Os requisitos do trabalho, então, como mercadoria, dependem do equilíbrio entre a economia doméstica e as compras, bem como de condições ambientais, históricas e morais que fixam os níveis de vida dos trabalhadores. Aqui já entra, pela primeira vez, a consideração do papel do investimento estatal na produção da cidade e na reprodução da força do trabalho. Isso se dá, pois tais requisitos, no âmbito da mercadoria trabalho podem vir a incluir razoáveis padrões de nutrição, saúde, habitação, educação, recreação, diversão etc. (HARVEY, 1982)

Sendo assim:

> A separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local de viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas

> pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Esta luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência.
> (HARVEY, 1982, p. 8)

Será vista num tópico posterior a ideia de salário urbano, o qual tem direta relação com esse segundo tipo de luta, reconhecendo, evidentemente, que a dicotomia entre o viver e o trabalhar é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista.

Para Ana Fani Alessandri Carlos, debater a produção do espaço urbano pressupõe inserir-se na lógica da produção capitalista que, inevitavelmente, segundo a autora, transforma toda a produção em mercadoria. Pode-se observar que a noção de produção econômica se vincula à produção do homem, às suas condições de vida na sociedade, ou seja, à reprodução das relações sociais que acontecem em tempo e lugar determinados e em escalas diversas. (CARLOS, 2016)

Percebe-se até aqui que a força de trabalho necessita de espaço para viver, sendo a terra uma condição de vida para a classe trabalhadora ao mesmo tempo em que é condição de produção para o capital. Assim, a necessidade desses elementos coloca o trabalho em uma posição antagônica à propriedade fundiária e à da apropriação da renda, assim como à dos interesses da construção que procuram lucrar com a produção dessas mercadorias. (HARVEY, 1982)

Para Harvey:

> Os proprietários imobiliários lançam mão de todo o poder a seu alcance para extraírem o máximo de renda do estoque de habitações que possuem; nesse sentido eles ajustarão suas estratégias às condições em vigor, de tal maneira que eles maximizam a taxa de retorno sobre seus capitais. Se essa taxa de retorno for muito alta, então é provável que novos fluxos de capital se dirijam para a propriedade da terra; e se a taxa de retorno for muito baixa, provavelmente ocorrerá abandono e desinvestimento.
> (HARVEY, 1982, p. 10)

Na posição aqui considerada antagônica, a classe do trabalho buscará, por sua vez, de acordo com inúmeras estratégias (seja mudando a localização da habitação ou estabelecendo marcos legais de controles sobre a renda, por exemplo), garantir o mínimo de qualidade para seu abrigo. Tal disputa é resolvida no exercício

do poder, dependendo do poder econômico e político dos dois grupos e das alternativas que cada grupo dispõe.

É contraditória, ainda, a estrutura dessa luta e antagonismo não em apenas duas, mas em três vias, a saber: o trabalho, como já identificado; os apropriadores de renda e a fração representada pelos construtores; pois aparecem as mais variadas oportunidades tanto para os apropriadores como para a fração dos construtores, dos loteadores, especuladores e mesmo indivíduos isolados buscando embolsar lucros e rendas de monopólio, acirrando conflitos dentro de classes e suas frações.

Cabe agora acrescentar mais um agente de produção do espaço na contradição que se expressa, tornando, dessa maneira, a luta tridimensional. Isso se explica pois quando se considera a capacidade dos apropriadores de auferir rendas de monopólio sobre habitações velhas é em parte limitada pela capacidade dos interesses da construção de penetrar no mercado e criar novas habitações a preços menores. (HARVEY,1982)

Ou seja, o preço das habitações velhas é fortemente afetado pelos custos de produção de habitações novas. De acordo com Harvey:

> Se o trabalho pode usar seu poder político para conseguir subsídios oficiais para construções, então um tal empreendimento imobiliário assim artificialmente estimulado forçará para baixo a taxa de apropriação dos recursos existentes. Por outro lado, se os apropriadores puderem controlar novos empreendimentos (escalonando os custos de terra, por exemplo) ou se por alguma razão novos empreendimentos são dificultados (as exigências das leis urbanísticas na Grã-Bretanha funcionaram tipicamente dessa maneira), então a taxa de aproximação pode subir. Por outro lado ainda, quando o trabalho consegue controlar a taxa de apropriação através de controles diretos sobre a renda, então o preço das casa alugadas cai, novos empreendimentos são desencorajados e a escassez é produzida.
> (HARVEY, 1982, p. 10-11)

É de se notar, adiantando o que o tópico posterior procura defender, o papel de alguns mecanismos considerados de Estado na mediação desses conflitos, como citação de leis urbanísticas, controle sobre renda, subsídios oficiais etc. Entretanto, mais importante que isso, é perceber neste momento a incessante luta para se livrar da exploração imediata do proprietário de terra e a contínua batalha para manter baixo

o custo de vida adotadas pela classe trabalhadora com respeito à distribuição e qualidade de todos os elementos do ambiente construído.

Infraestrutura, oportunidades de recreação, equipamentos de lazer, acesso a transportes etc. são todos objetos de disputa. Porém subjacente a estas preocupações imediatas, está a luta mais profunda sobre o próprio significado do ambiente construído como um conjunto de valores de uso para o trabalho. (HARVEY, 1982)

Antes de adentrar ao tópico do papel do investimento estatal na urbanização, ainda é importante ressaltar que o capital em geral e aquela sua fração que promove o ambiente construído acabam determinando a qualidade de vida para o trabalhador em termos daquelas mercadorias que eles podem produzir lucrativamente em certas localizações. Além disso, por outro lado, a classe trabalhadora define qualidade de vida apenas em termos de valores de uso e nesse processo pode evocar algumas concepções subjacentes e fundamentais a respeito do que é ser humano.

É interessante notar que este texto procura analisar a produção e transformação do espaço urbano valendo-se de determinadas escalas utilizadas na geografia urbana, tais como capitalismo, capital, subdivisões do capital imobiliário, financeiro etc. Entretanto, também é necessário entender essas categorias a partir da sociologia, da história e geografia, por exemplo. Por isso é pertinente examinar as diversas possibilidades de ação dos agentes sociais no espaço urbano, tendo como parâmetro as diferentes estratégias e práticas espaciais que podem, em determinados momentos, seguir interesses convergentes e, em outros, interesses divergentes. Apesar desta lista de diversos agentes sociais, não se busca esgotar o assunto, mas apontar outras possibilidades de olhares. (VASCONCELOS, 2016)

Finalmente, a produção para o lucro e a produção para o uso são frequentemente conflitantes. Portanto, a sobrevivência do capitalismo requer que o trabalho seja dominado pelo capital, não apenas no processo de trabalho, mas também com respeito à própria definição de qualidade de vida na esfera do consumo. E, ainda, o capital em geral não pode suportar que o desfecho das lutas sobre o ambiente construído seja determinado simplesmente pelos poderes relativos do trabalho, dos apropriadores de renda, e a fração dos construtores. Sendo assim, ele precisa, periodicamente, jogar seu peso na balança para produzir desfechos que sejam favoráveis à reprodução da ordem social capitalista (HARVEY, 1982)

3.2.2 O papel do investimento estatal na urbanização

Nicos Poulantzas, como já visto, cumpre bem o papel de contribuir com a tarefa do desenvolvimento da teoria científica do Estado e da política. A relação do Estado e da luta política de classe implica a relação do Estado com o conjunto dos níveis de estruturas sociais, mais precisamente a relação do Estado com a articulação das instâncias que caracterizam uma formação social.

Em outras palavras, essa relação do Estado e da articulação que especifica uma sociedade vem precisamente do fato de que o Estado detém uma função de ordem política nos conflitos políticos de classe, mas também de ordem global de organização em sentido amplo. Ou, como visto no início deste subcapítulo, enquanto fator de coesão da unidade. (POULANTZAS, 1977)

Não se nega, portanto, que a função de ordem política do Estado contém, de alguma maneira, o fato de o tipo de estrutura jurídico-administrativa do Estado produzir efeitos institucionais e discursivos. Não são, no entanto, esses efeitos quaisquer. São efeitos favoráveis à reprodução do tipo histórico de relações de produção. Dessa maneira, a vigência de determinados valores jurídicos e administrativos – a exemplo, os valores da liberdade e da isonomia – como indispensável à reiteração de determinadas práticas econômicas – a busca do lucro empresarial –, se coloca pois a própria esfera econômica não pode, ela mesma, numa sociedade cindida pelos antagonismos de interesses, explicar os valores básicos que a organizam.

Existe, então, uma função de ordem global do tipo de Estado em questão, o capitalista, e um conflito de classes dominantes no interior do que se pode chamar de bloco no poder, que leva a resultante de forças que disputam a sociedade a um vetor com direção e sentido específicos, sendo esse vetor representativo do resultado da disputa por poder das classes e frações de classe que se condensam material e especificamente no Estado. O Estado, por sua vez, por deter o monopólio da violência legitimada, já que é quem institui a lei, é o principal fator de coesão da ordem social. E justamente por isso também que é no Estado, enquanto a esfera por onde passa, em primeira instância, a mudança histórica, que existe uma possibilidade de ruptura com o próprio capital. (POULANTZAS, 1977)

O investimento estatal, portanto, assim tido como os recursos e políticas públicas provindas daquele vetor representativo da condensação material e específica

de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tem papel preponderante na transformação social no sentido da superação do capitalismo. Especificamente na questão urbana isso não deixa de ser verdade.

Numa aparente contradição, o Estado, como grande objeto da administração pública e fenômeno histórico da sociedade de classes, representa o momento do desenvolvimento das relações sociais no qual a sociedade está enredada em contradições antagônicas e irreconciliáveis, sendo que surge essencialmente para defender a propriedade privada e é fundado pela classe dominante, que percebe a necessidade de um aparato estatal para permitir a sua reprodução.

Aparente contradição pois num nível mais profundo de análise o Estado é produto da sociedade quando a sociedade chega a um determinado grau de desenvolvimento – portanto, resultado da complexificação das relações sociais – e a confissão de que a sociedade não consegue resolver suas próprias contradições, sendo que ela o chama para que as classes com interesses colidentes não se devorem.

Faz-se necessário, assim, um poder colocado aparentemente – frisa-se, apenas aparentemente – acima da sociedade. Dessa maneira, passa necessariamente pelo Estado (de classe, ou, ainda, da classe dominante capitalista) o chamado para amortecer os choques de interesses dentro da ordem e, por que não, passa também pelo Estado capitalista a sua própria superação. (POULANTZAS, 1977)

Disso, passa-se especificamente à importância do investimento estatal na urbanização, reconhecendo o Estado como resultado desse processo histórico econômico e político da sociedade de classes.

Para Lojjkine, a análise teórica do Estado capitalista supõe, além da análise do valor e das categorias em que se baseiam as relações de classe, um estudo específico entre o campo e a cidade. (LOJKINE, 1979)

Além disso, o autor contribui no sentido de que, mesmo atualmente:

> A nosso ver, as formas contraditórias do desenvolvimento urbano, tais como as refletem e as acentuam a política de Estado, são a revelação do caráter historicamente determinado, e hoje superado, da medida capitalista que considera somente a acumulação do trabalho materializado.
> (LOJKINE, 1979, p. 15)

Ainda, de acordo com Lefebvre, o Estado é um dos atores responsáveis pela produção do espaço urbano e, além disso, o Estado é o grande interventor no planejamento urbano e mostra que a classe operária ainda não criou um espaço próprio, adequado às suas necessidades. O espaço através do planejamento foi modelado para atender aos interesses da burguesia mercantil, dos homens de Estado e dos industriais que, antes de tudo, demoliram a cidade. Ao proletariado restou a expulsão desse espaço, a segregação. (LEFEBVRE, 1999)

Já para Negrelli:

> O Estado interfere estabelecendo ou influenciando, através de seus planos diretores ou qual seja outra forma, a localização das atividades industriais e "terciárias". Além disso, ele age no controle de localização dos diferentes tipos de habitação e na localização dos meios de consumo.
> (NEGRELLI, 2004, p. 8)

E, de acordo com Marques e Bichir:

> As literaturas sociológica e urbana dos anos 1970 e 1980 caracterizaram as periferias metropolitanas brasileiras pela completa ausência do Estado, exceto pelos empreendimentos habitacionais massificados implantados a partir do final dos anos 1960. Nossos espaços metropolitanos se caracterizariam por um gradiente decrescente de condições de vida, inserção no mercado de trabalho e acesso à renda do centro para as periferias. Os espaços periféricos seriam os mais distantes e de menor renda diferencial, ocupados pela população de mais baixa renda e inserida de maneira mais precária no mercado de trabalho.
> (MARQUES E BICHIR, 2001, p. 10)

Ou seja, tanto a presença quanto a ausência do Estado demarcam importantes fatores de produção do espaço urbano. Sendo assim, o Estado também é responsável pela reprodução geral da dinâmica capitalista, tarefa que ele cumpre através de investimentos produtivos para auxiliar a acumulação (viabilizando tanto a reprodução do capital quanto a do trabalho), e, ao mesmo tempo, através de gastos públicos que legitimam a sociedade capitalista, ocultando o seu caráter de classe. (MARQUES e BICHIR, 2001)

No entanto, como já identificado neste trabalho, há diversos interesses dos diferentes agentes de produção do espaço social que são contraditórios nesse processo mediado pelo Estado. Nesse sentido:

> Como os gastos com a legitimação envolveriam um volume de recursos marginal e os investimentos para a reprodução da força de trabalho tenderiam a cair muito em momentos de crise, as condições urbanas de vida para os trabalhadores quase sempre deixariam a desejar. Os conflitos causados por este baixo padrão de vida seriam insolúveis na sociedade capitalista, constituindo-se em contradições do funcionamento do próprio sistema. Ao contrário da contradição principal, entretanto, essas contradições urbanas oporiam trabalhadores e Estado, ocultando o caráter de classe do conflito mas politizando-o de maneira concomitante.
> (MARQUES E BICHIR, 2001, p. 10)

Os investimentos referidos podem dizer respeito a obras e serviços de engenharia em micro e macro-drenagem, canalização, abertura de viário, guias e sarjetas, pavimentação, passarelas, pontes, viadutos, túneis etc. Por isso, influencia-se as dimensões temporal, espacial e de poder presentes na política de infraestrutura de uma cidade, estado ou região. Esses elementos, portanto, constituem um debate sobre os condicionantes das políticas urbanas, que incorpora os constrangimentos estruturais, a herança histórica das relações e instituições, e que deixa espaço para a análise dos atores e agentes sociais.

Caminhando em direção à finalização deste tópico, esclarece-se que as diferenciações do espaço urbano devem ser compreendidas a partir da dimensão social, pois os elementos que a compõem são determinantes e produtores da heterogeneidade espacial que se reflete muitas vezes na formação de um tecido socioespacial fragmentado revelando os enclaves do cotidiano urbano e principalmente a necessidade de políticas e outros dispositivos de gestão urbana eficaz, pois no espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade. (CARLOS, 1999)

Finalmente, antes de adentrar ao tópico do salário urbano, que apenas reforça o papel do Estado na vida urbana, ressalta-se que:

> Os entraves e desafios que envolvem o espaço urbano a partir de determinados processos intervencionistas, como a requalificação de alguns espaços precários, vai muito além da reivindicação de melhorias do espaço urbano, mas da investigação dos agentes que estão envolvidos e quais os interesses que prevalecerão, uma vez que vivemos em uma condição política democrática, mas reféns de um Estado neoliberal a serviço do grande capital. Portanto, é preciso pensar criticamente sobre a postura do Estado e como a sociedade civil reage diante dos entraves urbanos e a necessidade da elaboração e efetivação de políticas e projetos urbanos descentralizados e condizentes com a realidade. (CELESTINO, 2018, p. 284)

E, além disso:

> O Estado deve cumprir o seu papel com a descentralização na distribuição espacial e gestão dos bens, criação de mecanismos institucionais que possam garantir condições e oportunidades a partir do controle e uso do solo urbano mais justo, transformando a cidade em um espaço efetivamente do cidadão. Porém, o que se observa no quesito habitacional é um Estado que atua como agente imobiliário, valorizando espaços com ações pontuais e contribuindo para a especulação imobiliária convertendo dessa forma o problema habitacional em mercadoria e marginalizando a população de menor poder aquisitivo.
> (CELESTINO, 2018, p. 284)

3.2.3 O salário urbano

Como já assinalado no tópico sobre os agentes de produção o espaço e suas contradições, e reforçado no último, sobre o papel do investimento estatal na urbanização, há duas frentes de luta por parte do trabalho para controlar suas condições de existência.

Uma, localizada no próprio local de trabalho, referindo-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. E uma segunda, por outro lado, se localiza no local de viver e é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Esta luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência. Elas ainda não são totalmente estanques ou isoladas. Em

alguns momentos, se interligam, como é o caso da luta por uma menor tarifa do transporte público, por exemplo.

É nessa segunda luta que este tópico se focaliza. Ou, ainda, como no caso do transporte, nas lutas que conectam as condições de trabalho com as condições de existência do trabalhador. À remuneração indireta dada pelas conquistas da classe trabalhadora no espaço urbano, que perfazem suas condições de vida, dá-se aqui o nome de salário urbano.

Recupera-se o exemplo citado do transporte público, especificando-o, e falando sobre a tarifa zero como espécie de salário urbano a fim de enfrentar o problema da espoliação urbana. Traz-se, primeiramente, um exemplo.

A Urbanização de Curitiba S.A. (URBS), empresa municipal, de economia mista, regida pela lei das sociedades anônimas, responsável por administrar o fundo de urbanização de Curitiba que, por sua vez, é destinado a atender aos programas de equipamento urbano e de infraestrutura da cidade bem como a promover os meios necessários à operação dos serviços públicos de transporte coletivo urbano de passageiros, decidiu reduzir, em 2019, a tarifa de ônibus na capital paranaense.

O detalhe é que tal redução valeu apenas para um número reduzido de linhas pouco movimentadas do sistema e somente fora dos horários de pico. Isso significa que, em que pese o potencial impacto positivo na gestão operacional da frota, não houve grande ganho real para o trabalhador, que precisa se deslocar todos os dias justamente nos horários em que a tarifa não será diminuída. Ou seja, a medida não teve utilidade concreta para quem mais necessita de um benefício.

Tal situação corrobora a tese fundamental de Lúcio Kowarick sobre a espoliação urbana, a qual afirma, por exemplo, que o sistema de transporte público urbano brasileiro sujeita o trabalhador a um tempo extra de fadiga, constituindo um fator adicional no esgotamento daquilo que ele tem a oferecer – a própria força de trabalho. (KOWARICK, 1979)

Ressalta-se ainda aqui que, além desse processo de superexploração já bem descrito por Kowarick relacionado ao tempo de deslocamento como fator exemplificativo que condiciona a espoliação urbana do trabalhador residente especialmente nas periferias, também o valor pago pela passagem deprime o salário dos trabalhadores em geral, eliminando do custo de sobrevivência da força de trabalho itens importantes para a reprodução da vida, como a própria produção da moradia. Neste último caso, a autoconstrução foi a solução adotada recorrentemente no Brasil.

Fundamentado ainda no conceito de espoliação, mas trazendo-o para um olhar mais amplo, elaborado por David Harvey, no qual a acumulação via espoliação seria “interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado”, percebe-se a necessidade de combater tais processos de acumulação que tanto prejudicam a vida dos trabalhadores. (HARVEY, 2004)

Para isso, afirma-se a possibilidade de um salário urbano, que viria a contrapor a espoliação urbana e tentar equilibrar os processos de despossessão sofridos pelo trabalhador.

Dentro desse gênero salário urbano, a tarifa zero seria uma espécie de política de Estado para encarar o problema da espoliação na dimensão do transporte público. Orientando-se a partir desse horizonte, portanto, em vez de pequenas concessões como reduções de tarifas em horários descompassados em relação à vida do trabalhador, as gestões públicas municipais, como a curitibana, poderiam, de fato, dar soluções palpáveis e objetivas para a força de trabalho urbana.

Partindo-se desse exemplo, generaliza-se e discute-se, agora, a relação do que se chamou aqui de salário urbano com um uso do fundo público aplicado para a promoção da classe do trabalho especialmente a partir de Francisco de Oliveira (1988). Isso se faz com a caracterização do Welfare-State, em que o Estado-Providência, por meio do fundo público, financia, na verdade, o capital e o trabalho.

De acordo com ele, o fundo público financiaria a classe trabalhadora nos seguintes sentidos:

> A medicina especializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego, os subsídios para o transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo.
> (OLIVEIRA, 1988, p. 8)

No entanto, cabe perpassar duas problematizações realizadas pelo autor, a saber, o fato de o fundo público deixar de financiar o trabalhador e passar a financiar apenas o capital e o debate sobre o fundo público não ser valor.

Primeiramente, esclarece-se que o padrão de financiamento público do Estado-Providência, como consequência das políticas originalmente anticíclicas de

teorização keynesiana, foi adotada em muitos países após a Segunda Grande Guerra, aumentando o déficit público do centro da economia capitalista. Na época, a direita argumentou:

> O argumento da direita é que essa estatização dos resultados da produção social levaria a uma espécie de socialismo burocrático e estacionário, diminuindo, de um lado, os recursos privados destinados ao investimento e, de outro, pela elevação da carga fiscal sobre pessoas e famílias, diminuindo a propensão ao consumo; utilizando-se o esquema keynesiano da depressão da demanda efetiva tanto por parte das empresas quanto das famílias, a estatização dos resultados da produção social teria tudo para conduzir o capitalismo a um estado estacionário, congruente com a previsão estagnacionista da maioria dos clássicos da economia.
> (OLIVEIRA, 1988, p. 12)

Dessa maneira, o rompimento do círculo perfeito do Estado-Providência, em termos keynesianos, é devido, em primeira instância, à internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista. Tal internacionalização da crise fiscal (desterritorialização do investimento e renda sem a possibilidade do mesmo para o financiamento público) gerou a reação conservadora contra o Estado-Providência.

Ou seja, a regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos de produtividade, a elevação do salário real, se circunscreveram aos limites – relativos, por certo – da territorialidade nacional dos processos de interação daqueles componentes da renda e do produto.

Em outras palavras, a circularidade anterior pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava; a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho. A reação conservadora contra o Estado-Providência veio de países como Estados Unidos e Inglaterra, que, procurando cortar ou diminuír a carga fiscal e parafiscal, buscou um comportamento de retorno do impulso de investimentos e consumo privados. (OLIVEIRA, 1988)

O segundo argumento do autor, sobre o surgimento do antivalor, parte daí, pois, para ele, o padrão de financiamento público do Welfare State desfez parcialmente o valor como medida de atividade econômica e influenciou a

determinação da taxa média de lucro do setor oligopolista da competição capitalista. Para Oliveira:

> A rigor, trata-se de uma relação ad hoc entre o fundo público e cada capital em particular. Essa relação ad hoc leva o fundo público a comportar-se como um anticapital num sentido muito importante: essa contradição entre fundo público que não é valor e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor. O valor, não somente enquanto categoria central, mas práxis do sistema, não pode, agora, reportar-se apenas a si mesmo: ele tem que necessariamente reportar-se a outros componentes; no caso, o fundo público, sem o que ele perde a capacidade de proceder à sua própria valorização.
> (OLIVEIRA, 1988, p. 12)

Essa tese de Francisco de Oliveira foi apresentada para podermos retornar à tese do tópico de que o salário urbano, realizado a partir do investimento do fundo público na promoção da classe do trabalho, é um caminho apontado como potencialmente favorável à superação do capital. Ou, como para Rosa Luxemburgo, entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim. (LUXEMBURGO, 1986)

Finaliza-se aqui este tópico com o apontamento de que a busca pelo aumento do que se considerou chamar de salário urbano, por meio de arranjos estatais mais favoráveis à classe trabalhadora, mesmo dentro do contexto capitalista, como foi, por exemplo, o Estado de Bem-Estar Social, num sentido reformista, em favor de saúde, segurança, lazer, transporte público, educação etc. não deve ser negligenciado e, ao contrário, deve ser, inclusive, motivo de luta e conquista por parte da classe do trabalho mesmo dentro do Estado capitalista.

3.3 UTOPIAS DO URBANO: UM COTEJO ENTRE MARX E ENGELS, LEFEBVRE, POULANTZAS E HARVEY PARA A QUESTÃO URBANA

Inicia-se o último subcapítulo da dissertação esclarecendo-se que se busca, agora, um ponto de encontro entre Marx e Engels, Lefebvre, Poulantzas e Harvey

relacionado às utopias para a questão urbana. Este subcapítulo divide-se em duas partes, ambas essenciais.

A primeira, mais breve, é a que aponta o ângulo de visão congruente entre os autores, afirmando a categorização proposta de utopia que, como a categoria totalidade já trabalhada neste estudo, não pretende encerrar qualquer debate acerca de si mesma, nem se propor como um conceito fechado ou definição sobre si. Ou seja, a utopia aqui proposta se constrói a partir de uma leitura dinâmica que muda e deve mudar de acordo com o decorrer da história.

Finalmente, a segunda parte do subcapítulo traz mais em detalhes os posicionamentos dos autores supracitados na direção da transformação viva da realidade política global.

Como realidade política, aqui, se consideram os aspectos para além de questões culturais, econômicas, religiosas ou até mesmo científicas, mas sim a realidade de conversação entre os atores sociais. Será feito, então, o cotejo de ideias dos cinco autores a partir de quatro obras específicas construindo, sendo construído e reconstruindo a própria arena social que faz a mediação das transformações históricas.

3.3.1 A categorização proposta de utopia

Como já afirmado, a noção de utopia aqui proposta pode ser obtida por meio da compreensão da diferença entre ideias românticas ou idílicas de sociedades utópicas, bem como distopias que ganharam expressão em obras literárias ou, ainda, propostas de cidades hipotéticas elaboradas pelos socialistas utópicos e a ideia da utopia como algo intrínseco à realidade existente e à vida dos homens, a partir da ideia de que a utopia teria a capacidade de transformar as condições existentes. (LIMONAD, 2016)

E justamente a partir dessa diferenciação reside a possibilidade de cotejar, no próximo tópico, focando na questão urbana, os pensamentos dos cinco autores a que este trabalho se propõe defrontar, especialmente levando em consideração as contribuições específicas de Karl Marx e Friedrich Engels no “Manifesto Comunista”, Henri Lefebvre em “O direito à cidade”, Nicos Poulantzas, com “O Estado, o poder, o socialismo” e David Harvey no livro “Espaços de Esperança”.

Isso se dá pois nas quatro obras descritas os autores abrem mão daquela primeira visão de utopia descrita acima, romântica e idílica, para trabalhar sobre um elemento necessário e essencial a um projeto de transformação social, por entender que o homem carece de utopias para construir sua história e transformar, de fato, a sociedade.

Para trabalhar essa contradição entre as duas proposições de utopia, busca-se superar o dilema entre utopia, ideologia e mito e a revitalização e recuperação da dimensão utópica do marxismo, ao entender a utopia como parte da realidade e como algo essencial à vida humana, ao mesmo tempo em que procede a uma diferenciação entre o que considera idealizações de sociedades utópicas e utopias enquanto um conjunto aberto e mutável de valores e anseios norteadores da ação social. (LIMONAD, 2016)

A reflexão de Bloch sobre as possibilidades de transformação da vida e de libertação do homem dá ênfase àquelas necessidades intrínsecas à sobrevivência do homem comum, como a fome, o anseio por segurança, por um lar e uma vida comunitária. Cabe ressaltar, antes de continuar na proposição de utopia, a diferença, para o autor, entre ideologia e utopia. A ideologia possui duas faces, contendo erros, mistificações e técnicas de manipulação e dominação, mas também contém um resíduo ou excedente utópico que pode ser usado para a crítica social e o avanço de políticas progressistas. (BLOCH, 2011)

E, de acordo com Limonad:

> É esse excedente utópico das manifestações ideológicas, que permite a Bloch, em um primeiro momento, ampliar a sua concepção de utopia. Por ter clareza de que o grau de objetividade ou de realidade de cada utopia é variável, assim como sua capacidade transformadora, procede, em um segundo momento, a uma diferenciação mais estrita com base em diversos parâmetros abordados adiante, de modo a separar o joio do trigo, distinguindo o que caracteriza como utopia abstrata da utopia concreta.
> (LIMONAD, 2016, p. 9)

Tal diferenciação mais estrita é acertadamente a que também permite vincular Marx e Engels, Lefebvre, Poulantzas e Harvey no entendimento de que os quatro autores compartilham da visão da utopia concreta, que teria por base a vida social no aqui e agora, em contraposição à utopia abstrata, a qual ainda não se tornou parte

da realidade e é um sonho inconsciente. Por não ser consciente e não possuir base no real, a utopia abstrata se constitui em uma impossibilidade. Sem base e sem relação com o mundo vivido, ela integra a esfera das manifestações ideológicas.

Cabe agora, portanto, focar na utopia concreta, que possui elementos fundados no real. É essa realidade da utopia concreta que lhe permite assumir um papel político, enquanto norteadora, orientadora da ação social, ao contrário da utopia abstrata, também norteadora, porém não determinante, nem seguindo um plano ou metas pré-estabelecidas. Ou seja, a utopia abstrata expressa o desejo, mas só a utopia concreta carrega a esperança (LIMONAD, 2016)

Antes de finalizar este tópico, cabe ressaltar que:

> A utopia concreta de Bloch, como vimos, resgata a utopia para o pensamento marxista enquanto possibilidade do vir a ser, onde o ainda-não (noch-nicht) pressupõe a sua não realização e sua reelaboração em diversas escalas, em termos do pequeno e do grande. Esse ainda-não (noch-nicht) de Bloch se expressa na possibilidade do vir a ser em aberto da consciência utópica, que antecipa a possibilidade de transformação com base no real. Esse vir-a-ser em aberto confere um caráter mutável e plural à utopia concreta, bem como ao desejo antecipatório de transformação das tendências sociais do presente, que redesenha de forma permanente o futuro, uma vez que sempre estamos no aqui e agora em constante transformação.
> (LIMONAD, 2016, p. 13)

Encerra-se a categorização proposta de utopia lembrando que a partir da consideração do homem como ainda não ser, a utopia transcende sua esfera social tradicional, para ser encontrada em toda obra cultural e que, como sonho inacabado, necessariamente antecipa um horizonte utópico de possibilidades. Um mundo inconcluso, portanto, de melhores expectativas de vida não satisfeitas. Considerada do ponto de vista do conceito filosófico de utopia, não como um entretenimento ideológico de um nível superior, mas como um caminho experimentado e verdadeiro de uma esperança conhecida. (BLOCH, 2011)

3.3.2 O cotejo entre Marx e Engels, Lefebvre, Poulantzas e Harvey para a questão urbana

Inicia-se este cotejo trazendo mais uma importante contribuição de Soja ao debate, que já demonstra a preocupação dos autores citados com a superação da atual ordem urbana:

> Com a publicação de “O Estado, o poder, o socialismo” (1978), última de suas grandes obras, Nicos Poulantzas deu uma prova estimulante de que também ele havia descoberto uma espécie de dialética socioespacial e estava procurando redirecionar a análise marxista para uma interpretação materialista do espaço e do tempo, uma geografia explicitamente histórica do capitalismo. Fundamentando-se, em parte, nas contribuições de Lefebvre, ele definiu as “matizes” espaciais e temporais do capitalismo, seu embasamento material, como sendo, simultaneamente, pressupostos e encarnações das relações de produção.
> (SOJA, 2013, p. 136)

Traz-se, então, Lefebvre, que vincula a práxis política e a ação social no cotidiano à ideia de “direito à cidade”, em uma perspectiva de transformação social enquanto uma utopia que tem seu referencial na realidade, no aqui e agora. (LEFEBVRE, 2011)

O autor concebe a utopia como a articulação do possível e impossível para a criação do que chama de possibilidades utopianas. Dessa maneira, o possível e o impossível estão, sempre, dialeticamente presente no outro.

Além disso, Lefebvre reconhece que as aspirações utópicas são inerentes a todas as tentativas de se imaginar alternativas possíveis para refazer as relações sociais e espaciais e propõe uma versão mais humanista e aberta do marxismo para prover uma base para alcançar as ideias de libertação, que acompanhariam a revolução socialista. Pode-se falar, ainda, que para Lefebvre coexistem a ordem próxima (esfera de reprodução da vida cotidiana) e a ordem distante (esfera de reprodução social), assim como as diferentes escalas do local ao global, e isso se traduz significando que em termos utópicos o pequeno e o grande podem existir em um mesmo espaço e tempo. Ou seja, essa simultaneidade do pequeno e do grande

implica que utopias de diferentes tipos, escalas e funções também podem e devem coexistir. (LIMONAD, 2016)

Para Limonad:

> Lefebvre assinala ser difícil, muitas vezes, distinguir o possível do impossível, assim distingue o pensamento utopístico do pensamento utopiano; vendo no primeiro o sonho, o desejo, a impossibilidade de concretização e, no segundo, a possibilidade do impossível no possível para transformar o cotidiano e criar condições para a produção, apropriação e gestão social do espaço. Por conseguinte, entende que uma revolução que almeje mudar a vida e transformar o mundo sem compreendê-los seria utópica e não utopiana. (LIMONAD, 2016, p. 12)

Essa característica utopiana e a crítica à característica utopística encontra ressonância no próprio Lefebvre, em sua obra base para esta reflexão, a saber, “O direito à cidade”. Nele, percebe-se que Lefebvre se preocupa em resgatar o potencial da práxis revolucionária para transformar as dimensões da vida cotidiana e que haveria um sentido inevitável de impossibilidade associado aos sonhos utópicos, domínio da utopia abstrata.

De acordo com Limonad, o próprio Lefebvre converge para a utopia concreta plural e mutável de Bloch, ao salientar que o aparentemente impossível está sempre presente no possível, e que é a constante luta pelo impossível que fundamenta a produção de novas possibilidades de transformação social, o que demanda, em uma perspectiva de resgate da práxis, em subverter as práticas espaciais não-hegemônicas no cotidiano. (LIMONAD, 2016)

Lefebvre (2011), em “O direito à cidade”, por sua vez, defende que, numa visão de futuro concreto, a realização da sociedade urbana deve passar por possíveis-impossíveis e que o tempo da história e da prática social difere do tempo das filosofias. Constata, ainda, que a sociedade, embora não produza nada irreversível, pode produzir algo dificilmente reparável. E cita Marx, lembrando que o autor afirmou que a humanidade só levanta problemas que ela mesma pode resolver. O utopismo lefebvriano encontra ecos de esperança e também cobrança social. Inclusive na finalização de sua obra, que ainda é muito atual, ele expressa que:

> Atualmente, alguns acreditam que os homens só levantam problemas insolúveis. Esses desmentem a razão. Todavia, talvez existam problemas fáceis de serem resolvidos, cuja solução está aí, bem perto, e que as pessoas não levantam.
> (LEFEBVRE, 2011, p. 141)

Isso nos leva à reflexão de que Lefrebvre, assim como Marx, Poulantzas e Harvey, propõe uma utopia mais instrumental e viável em termos de instrumentalizar uma práxis transformadora, em particular, por sua abertura decorrente de sua visão da utopia não ser única, mas múltipla e em constante mudança, constituindo-se acima de tudo em um elemento de transformação da vida humana.

Lefrebvre, ainda, entende que a utopia deve considerar e explorar as possibilidades da realidade não só espacialmente, mas globalmente e, ainda, o utopianismo de Lefebvre não tem a pretensão de servir de modelo ou de servir de meta pré-estabelecida. Assim, Lefebvre resgata a utopia para uma perspectiva humanista do marxismo ao superar o dilema posto por aqueles autores ao conceberem a utopia não como um plano ou modelo, mas como uma constelação de valores e metas, fundadas no aqui e agora e, portanto, em constante mutação, que sirva de orientação para a transformação social. A utopia (concreta) para Lefebvre é uma possibilidade de experimentação, uma utopia experimental, um estudo das implicações e consequências da utopia no chão. (LIMONAD, 2016)

Encaminhando-se, então, à Marx, especialmente em sua obra ao lado de Engels, “Manifesto Comunista”, de maneira a encontrar similaridades e possíveis diferenças com Lefebvre e também ainda com os outros dois autores aqui em questão, a saber, Poulantzas e Harvey, cita-se, anteriormente, para finalizar, alguns aspectos de Lefebvre.

Se na contribuição tradicional marxista não há teoria sem prática, para Lefebvre também não há teoria sem utopia, esclarecendo o caráter aberto da utopia enquanto motor da transformação, seja na reflexão teórica e na práxis.

Finalmente, necessitamos de utopias fundadas na concretude do real para caminhar e, assim, segundo Limonad (2016), Henri Lefebvre:

> Via o direito à cidade como uma possibilidade de se caminhar rumo à transformação social através da conscientização dos habitantes da cidade para as possibilidades dela se apropriarem enquanto valor de uso. Ou seja,

> para Lefebvre, o direito à cidade constrói-se como um norte para ação social, que passaria por fora das instituições, sem uma relação direta com o caráter jurídico-legal que alguns procuram lhe impingir e, tampouco, relacionado a mercantilização da cidade, a produção de espaços urbanos, mas sim à apropriação da cidade por seus habitantes, enquanto valor de uso e possibilidade de criação de um espaço diferencial, enfim de uma outra cidade em conformidade com o desejo de seus habitantes.
> (LIMONAD, 2016, p. 17)

Dando continuidade à exploração do tema da utopia, agora traz-se mais enfaticamente Karl Marx juntamente com Friedrich Engels para o debate, baseando-se, principalmente, na obra “Manifesto Comunista”.

A primeira semelhança que se pode traçar desta obra com a proposta de Lefebvre, por exemplo, se dá pelo fato de que a obra embasou práxis transformadoras na história e continua importante para o século XXI. Para Neves:

> O Manifesto do Partido Comunista, certamente o mais conhecido texto de Marx e Engels, influenciou de forma definitiva as lutas sociais e políticas dos séculos XIX e XX. Além disso, através da utilização sensível de metáforas, constitui o texto tradutor de um utópico, generoso e ousado projeto de emancipação da humanidade: o igualitarismo.
> (NEVES, 1999, p. 5)

Calcado na realidade presente especialmente na Europa de meados do século XIX, o texto também se assemelha à proposta lefebvriana de situar-se num espaço tempo específico, reconhecendo as mudanças históricas que ocorreram no passado e hão de ocorrer no futuro, não estabelecendo uma ideia estática da vida humana. Essa característica, aliás, também vincula os outros dois autores aqui destacados, Poulantzas e Harvey. Isso se dá porque o marxismo reconhece a não determinação da história sobre a sociedade, ou seja, os seres humanos é que criam a história e não são apenas determinados por ela. (MARX e ENGELS, 2007)

No “Manifesto Comunista” isso se manifesta, por exemplo, quando Marx e Engels reconhecem que a própria burguesia é produto de um longo processo de desenvolvimento e de uma série de transformações no modo de produção e reprodução. (MARX e ENGELS, 2005)

Nesse sentido, olha-se para o futuro numa situação em que o declínio da burguesia seria inevitável, numa condição que pode ser chamada de utópica concreta, nos termos já referenciados:

> A condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários, resultante da competição, por sua união revolucionária resultante da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria retira dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela assentou o seu regime de produção e de apropriação de produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.
> (MARX e ENGELS, 2005, p. 51)

Percebe-se que, para os autores, o futuro também está contido no presente. Cotejando esse trecho com a ideia já citada de Lefebvre, é flagrante o movimento da história. Sendo assim, o olhar para o futuro, em busca de uma sociedade igualitária, é também a luta pelo presente.

É possível afirmar, ainda, que a questão teórica da obra em questão cede espaço ao empenho apaixonado e visionário da prática, como se pode notar no seguinte fragmento:

> Os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento.
> (MARX e ENGELS, 2005, p. 68)

Isso não significa que há uma despreocupação do Partido Comunista e dos comunistas com a formação da consciência da classe operária, o que se assevera na passagem que segue:

> Mas em nenhum momento esse Partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado.

(MARX e ENGELS, 2005, p. 69)

A utopia pode ser percebida nas aspirações comunistas dos autores, verdadeiras aspirações vivificadoras da história. Ao alimentarem inquietações generosas, desejos de transformações e ímpetos de renovação e justiça social, as utopias revelam as carências do tempo presente e as possibilidades do tempo futuro. Nas metas utópicas está presente uma consciência antecipadora que transforma o movimento em direção ao futuro em dinâmica viva e presente. (NEVES, 1999)

Cabe ainda considerar a atualidade do debate realizado no “Manifesto Comunista”. Assim como foi observado para “O direito à cidade”, o manifesto, lançado há mais de 150 anos, poderia parecer caduco no século XXI. No entanto, o texto que buscou sintetizar aspirações e o pensamento de comunistas de diferentes países europeus deve servir de leitura obrigatória para a compreensão do ponto de vista marxista.

Logicamente, deve ser lido de modo crítico, relativizado e situado historicamente. Essa relativização histórica, contudo, não significa desconsiderar que a obra está incluída no elenco das obras clássicas da humanidade, que resistiram ao tempo. (NEVES, 1999)

O pensamento histórico marxista conseguiu identificar na questão temporal uma tensão constitutiva peculiar, por meio da qual é possível identificar os movimentos transformativos, que são o cerne da história. Nesse mesmo sentido, cabe resgatar a ideia de utopia como uma possibilidade de experimentação, uma utopia experimental, um estudo das implicações e consequências da utopia no chão.

De acordo com o pensamento expresso no “Manifesto Comunista”, os comunistas apoiam o movimento revolucionário contra a ordem social e política existente, colocam como questão fundamental o fim da propriedade e trabalham pela união e entendimento dos partidos democráticos de todos os países. Além disso, recusam-se a dissimular suas opiniões e seus fins. (MARX e ENGELS, 2005)

Pode-se dizer que o conteúdo utópico emancipatório do texto esteja hoje em parte superado pelas novas condições históricas. Todavia, os autores não se enganaram também ao preconizar a consolidação da assimetria e da dominação nas relações entre nações, nem ao concluir que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, gerando a tendência de acumulação de riqueza em uma extremidade e de miséria na outra. (NEVES, 1999)

Se, como realidade e utopia concreta, os proletários do mundo devem unir-se, cabe ressaltar a visão de Bloch, mais uma vez, que também traz estreita relação com o utopianismo de Lefebvre:

> O homem, em vivendo, é voltado, em primeiro lugar, para o porvir. O passado é um tempo já vivido e o presente autêntico, por assim dizer, não está mais aqui. O futuro é o que nós tememos ou em quem confiamos; sob esse plano de intenção humana, que recusa o fracasso, o porvir é o que nós esperamos. [...] Podem então os sonhos vivos realmente se enriquecer, quer dizer, vir a ser sempre mais claros, menos abandonados à sorte, melhor conhecidos, melhor compreendidos e melhor mediados no curso das coisas. [...] O trabalho desta ordem reclama aos homens que se atirem ao devir, do qual eles mesmos serão partes.
> (BLOCH, 1974, p. 9-10)

Trazendo Harvey mais para dentro da discussão, especialmente a partir de sua contribuição no livro “Espaços de Esperança”, ressalta-se que o autor cita um momento utópico ao dialogar o que ele chama de espaços de utopia com o utopismo dialético. (HARVEY, 2004)

Vale lembrar também a criticidade de Harvey em relação a um assunto já debatido aqui, que é a contribuição governamental e visão estatal na promoção do espaço urbano e, em especial, na criação da desigualdade. Para o autor, no exemplo que ele usa de Baltimore, considerada por ele como uma cidade natal, há diversas manifestações nessa direção, no sentido de que “para tornar compensadora cada leva de investimentos públicos, faz-se necessária mais uma leva. A parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros”. (HARVEY, 2004, p. 190)

Partindo dessa realidade, os habitantes mais pobres da cidade ficam à espera de benefícios que nunca chegam, enquanto empreendimentos de alta renda recebem incentivos fiscais para evitar possíveis falências. Embasado nessa concretude fatídica, Harvey passa a reconhecer a figura da cidade e conectar isso à ideia de utopia. Cabe averiguar aqui como essa ideia de utopia encontra semelhança ou diferença com as já mais aprofundadas ideias de utopia de Lefebvre e de Marx e Engels. Para Harvey, é difícil distinguir “as prosaicas práticas e os discursos cotidianos que afetam a vida urbana dos grandiosos sentidos metafóricos que se mesclam tão

facilmente com emoções e crenças acerca da vida boa e da forma urbana". (HARVEY, 2004, p. 208)

Mesmo dentro dessa concepção, Harvey traz como ideia principal a importância de pensar o período atual por meio da imaginação utópica, no sentido de trazer à luz a força política da mudança, de alternativas que contraponham à lógica destrutiva inerente ao processo de globalização contemporânea. (SILVA, 2006)

Para Silva, Harvey propõe, com esse objetivo:

> O "utopismo dialético", uma forma de utopismo espaço-temporal, em que o processo de produção destas duas dimensões - espaço e tempo - terão de ser incorporados ao pensamento utópico, para pensarmos o utopismo hoje. Seu propósito é, no entanto, instigar-nos a esta tarefa, convocando-nos a sermos "arquitetos de nosso próprio destino e de nossa própria sorte", convertendo a esfera do trabalho, em uma sementeira de capacidades e potencialidades humanas a fim de mudar o mundo e a nós mesmos. Pensa isto em contraponto ao status degradado e ignóbil de uma "abelha operária" sob o capitalismo, a redução do ser social à "marionetes dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos".
> (SILVA, 2006, p. 172)

Sendo que, para o próprio Harvey, todo projeto de revitalização do utopismo precisa considerar de que modo e com que consequências ele agiu como força tanto construtiva como destrutiva de mudança em nossa geografia histórica. Percebe-se, então, que há consonância de Harvey com Lefebvre, propondo um utopismo partindo do aqui e do agora, e com o próprio Marx, buscando a partir da esfera do trabalho a superação do próprio capitalismo.

Nesse sentido, o autor fala sobre reimaginar e reconstruir a estrutura social, e, segundo ele, essa intenção deve ser nutrida por meio de ideais utópicos, desde que apoiados no real, capazes de apontar trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos. Assim, percebe-se também a ideia de diminuir a desigualdade social, como nos autores trabalhados anteriormente.

Harvey esboça o caminho percorrido pelos movimentos utópicos - o utopismo da forma espacial e o utopismo do processo social - assim como seus limites e desafios para a construção de um utopismo espaço-temporal que permita pensar o utopismo hoje e a nossa condição enquanto "arquitetos rebeldes", possíveis

promotores de uma política regeneradora, conscientes de suas capacidades, possibilidades e responsabilidades perante a natureza e a natureza humana. (SILVA, 2006)

Sendo que o próprio Harvey indaga:

> Se as utopias materializadas deram errado por causa dos processos sociais mobilizados em sua construção, o foco passa a ser questões acerca do processo. Será possível pensar num utopismo do processo, em vez de num utopismo da forma espacial?
> (HARVEY, 2004, p. 228)

E cita Marx:

> Marx reconhece claramente as consequências potenciais de fazer ou não uma revolução num dado lugar e num dado tempo, e, com isso, a teleologia cede lugar a um sentido bem mais contingente da realização da história, ainda que o motor da história permaneça sendo a luta de classes.
> (HARVEY, 2004, p. 229)

Harvey afirma que o utopismo de processo foi atacado por Marx em “O Capital”, além de asseverar que Marx precisou descontruir um utopismo de processo para sustentar suas concepções que não se fundavam no que na época era comum, a saber, um utopismo de atividades racionais do homem econômico num contexto de mercados perfeitos. (HARVEY, 2004)

Sobre o debate do utopismo do processo, Harvey conclui que o resultado desse argumento é que a pureza de todo utopismo do processo é inevitavelmente prejudicada por seu modo de espacialização, e debate a necessidade de alicerçar processos sociais em formas espaciais (HARVEY, 2004)

A partir disso, Harvey propõe o “Utopismo dialético” para um utopismo espaço-temporal, ou seja, que supere a contradição estática espaço versus tempo. A fim disso, é necessária uma dinâmica utópica. Sendo assim, seria errôneo descrever o conjunto teórico denominado “utopismo espaço-temporal” como totalmente vazio, pois existem muitas possibilidades de preenchê-lo. (HARVEY, 2004)

Para o autor, alguns:

> Romances reconhecem tipicamente que as sociedades e as espacialidades são moldadas por processos contínuos de luta. A forma “romance” se presta, quando necessário, a um sentido bem mais forte de dinâmica espaço-temporal.
> (HARVEY, 2004, p. 249)

Ou seja, “as formas espaciais/institucionais estáticas, e que terminam por se concretizar, das utopias clássicas são descartadas como inatingíveis ou, se atingidas, como instáveis ou ainda em transição para algo por ser definido”. (HARVEY, 2004, p. 256)

Neste ponto, nota-se mais uma simetria entre Harvey, Marx e Lefebvre, pois os três autores são partícipes da luta e dos processos contínuos de luta como potenciais movimentos capazes de modificar a realidade vivida, embora não se queira atingir um modelo pronto de vida, mas construí-lo nesses processos. Eles insistem que o futuro tem de ser construído não segundo algum molde utópico fantástico, mas por meio de transformações tangíveis das matérias-primas que se tem à disposição na atual condição.

Finalizando a análise mais profunda de Harvey em sua contribuição dos “Espaços de Esperança”, a fim de capturar as nuances mais detalhadas de Poulantzas em “O Estado, o poder, o socialismo” na parte final deste trabalho e cotejá-lo com os três autores anteriormente vistos, lembra-se que Harvey também escreve sobre a utopia nos tempos atuais. Ou melhor, como o autor mesmo denomina, “o utopismo hoje”.

Para ele, tanto o comunismo quanto o liberalismo acham-se em profundo descrédito. Comenta ainda que Marx se opôs ao utopismo que conhecia, arrasando de forma espacial e descontruindo por inteiro o utopismo exclusivo do processo social. Para o autor, então, a fim de se construir um utopismo mais sólido que integre processo social e forma espacial é necessário uma dialética capaz de operar tanto em relação ao espaço como em relação ao tempo. Dessa maneira, concorda com Marx e Lefebvre (e também com Poulantzas, como será visto) afirmando que:

> A tarefa é montar um utopismo espaço-temporal – um utopismo dialético – que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos.

(HARVEY, 2004, p. 258)

Entra-se agora no último momento desta dissertação reconhecendo especialmente o recorte do livro “O Estado, o poder, o socialismo”, de Nicos Poulantzas, como uma verdadeira proposição para o que vem se tratando aqui como utopia concreta.

Ou seja, falar de Estado e do poder, especialmente hoje no contexto urbano, é também colocar-se na perspectiva da mudança. Para isso, foca-se na relação entre socialismo e democracia e como aliar o que se chama aqui de socialismo democrático urbano, o desenvolvimento das liberdades, a transformação da democracia representativa com o movimento de auto-gestão e a democracia direta na base. (POULANTZAS, 1985)

Na verdade, então, percebe-se que se põe no centro deste debate o problema da democracia e do socialismo. Sendo ainda mais preciso, centraliza-se no socialismo democrático urbano, que não apenas deve superar os limites da democracia representativa, mas que também leva a uma práxis viabilizadora de um socialismo realmente comprometido com o desenvolvimento das liberdades e com o real poder e autonomia das bases políticas.

Muito dessa discussão se deve ao fato de Poulantzas estar escrevendo ao observar o declínio da democracia política e o desdobramento de um estatismo cada vez mais autoritário que atingiram o conjunto do mundo ocidental, enquanto nos países ditos de “socialismo real”, ao invés da extinção do Estado preconizada por Marx, e aqui vê-se mais um ponto de contato entre os autores, constatou-se seu fortalecimento sem igual. No entanto, o debate continua atual.

Deve-se notar, portanto, que mesmo com a proposta desta dissertação de um Estado capaz de atingir fortemente a população visando ao seu bem-estar, propõe-se esse mesmo Estado de maneira preocupada contra autoritarismos e quaisquer possibilidades de perda de controle do povo sobre o poder. Assim, contrapõe-se o Estado gigante que se complexifica em tais proporções que assinala o declínio das democracias políticas.

O próprio Poulantzas coloca essa questão de maneira mais clara:

> Como compreender uma transformação radical do Estado articulando a ampliação e o aprofundamento das instituições da democracia representativa

> e das liberdades (que foram também uma conquista das massas populares) com o desenvolvimento das formas de democracia direta na base e a proliferação de focos autogestores, esse é o problema essencial de uma via democrática para o socialismo e de um socialismo democrático.
> (POULANTZAS, 1985, p. 293)

Assevera-se, então, que a transição do modo político econômico social ao socialismo democrático urbano é a proposta que se faz neste trabalho em direção à utopia e, além disso, a própria utopia concreta faz parte dessa transformação, ao passo que, agindo de maneira a reconhecer os problemas do atual modo político econômico social e buscar suas soluções é que se pode encontrar os meios necessários para tal transição.

Ou seja, a contradição da transição do modo de produção e reprodução da vida ao socialismo democrático, aqui proposto como caminho em direção à utopia, precisa ser suplantada pela resolução dos problemas desse mesmo modo de produção. Aqui não cabe tentar apontar todos esses problemas, até porque eles são de todos os campos do conhecimento e da vida, mas cabe discutir especialmente a questão urbana.

É necessário, no espaço urbano, buscar uma transformação em direção a uma democracia dita direta na base. Reconhece-se aqui, logicamente, as diferentes etapas de amadurecimento civilizatório em que se encontram as diversas nações do globo. Encara-se, no entanto, mais abertamente os países de democracia representativa para a análise.

Inclusive, Poulantzas aponta essa questão como um problema fundamental do socialismo democrático – só diz respeito a países ditos de democracia representativa desenvolvida. Mesmo assim, o autor afirma que ninguém duvida que as situações concretas sejam certamente diferentes, que as estratégias devam ser adaptadas às particularidades dos diversos países. Porém, só pode haver socialismo desde que seja democrático. (POULANTZAS, 1985)

Sendo assim, entende-se que, nesta etapa de desenvolvimento global, como afirma Villaça, “ampliar a participação popular é ampliar as potencialidades na resolução de problemas e planejamento compartilhado para além da lógica tecnicista, o que traz, além de soluções mais inteligentes, mais legitimidade às decisões” nas diversas comunidades globais. (Villaça, 2012)

Começa a se trazer, então, para a questão urbana a ideia de poder e, mais precisamente, a noção de poder popular. No entanto, os entraves para essa participação são grandes, pois levantam-se incessantemente barreiras que impedem as massas oprimidas de participarem da vida política.

É importante, então, na busca do direito à cidade, aproximar a população da construção do desenho urbano, mas, além disso, da construção dos próprios espaços de poder, com o intuito de não limitar as decisões para ambientes institucionais que prejudicam o debate de ideias.

Além disso, como se percebe, a conscientização da classe trabalhadora no sentido de perceber as problemáticas urbanas para além das individualidades também se torna imprescindível para a maior participação popular na vida e na construção das cidades.

Volta-se, assim, à Poulantzas, pois cabe perfeitamente, ainda, uma observação de sua época em relação às lutas que atravessam o Estado a qual permanece atual:

> O Estado, hoje menos do que nunca, não é uma torre de marfim isolado das massas populares. As lutas atravessam o Estado permanentemente, mesmo quando se trata de aparelhos onde as massas não estão fisicamente presentes.
> (POULANTZAS, 1985, p. 295)

A luta, como se vê, é outro elemento essencial de cotejo e em comum entre os quatro autores estudados, pois todos percebem nela, na práxis, uma potencial abertura para um caminho utópico.

Encaminha-se para a finalização desta dissertação reafirmando o papel central do Estado no caminho para o socialismo democrático urbano, que é, por sua vez, caracterizado aqui como uma possível utopia concreta.

Esclarece-se, primeiramente, que tomar ou conquistar o poder do Estado não pode significar um simples confisco das peças da maquinaria estatal, com vistas à sua substituição em benefício de outro poder. O próprio poder não é uma substância quantificável detida pelo Estado de que seria necessário despojá-lo. Para Poulantzas, mais exatamente:

> O poder consiste uma série de relações entre as diversas classes sociais, concentrada por excelência no Estado, que, ele, constitui a coordenação de uma relação de forças entre as classes. O Estado não é nem uma coisa-instrumento que se surrupia, nem uma fortaleza onde se penetra através de estratagemas nem um cofre-forte que só se abre arrombando-o: ele é o centro do exercício do poder político.
> (POULANTZAS, 1985, p. 296)

O que seria tomar o poder do Estado, então? Tomar o poder do Estado seria desenvolver uma luta de massa tal que modificasse a relação de forças interna dos aparelhos estatais que são, em si, o campo estratégico de lutas políticas. Esse longo processo de tomada do poder numa via democrática para o socialismo constitui-se em desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais, nelas criando e desenvolvendo outras, de tal maneira que esses centros tornem-se, no campo estratégico que é o Estado, os efetivos centros do poder real. (POULANTZAS, 1985)

Enfim, a utopia deste momento histórico:

> Certamente, pode-se sempre argumentar, em nome do realismo, bem entendido (o da ditadura do proletariado ou o de outras, dos neoliberais bem pensantes), que se o socialismo democrático não existe ainda em parte alguma, é porque ele é impossível. Talvez não tenhamos mais a fé milenar baseada em algumas leis de bronze de uma revolução democrática socialista inevitável, nem a cobertura de uma pátria do socialismo democrático. Mas uma coisa é certa: o socialismo será democrático ou não será. [...]"
> (POULANTZAS, 1985, p. 306)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como principal intuito debater a temática das utopias urbanas sobretudo a partir de três recortes – primeiramente, contribuições dos cinco autores principais estudados no último tópico, a saber: Karl Marx e Friedrich Engels, Henri Lefebvre, Nicos Poulantzas e David Harvey; em segundo lugar, as quatro obras colocadas, respectivamente, em primeiro plano: “Manifesto Comunista”, “O direito à cidade”, “O Estado, o poder, o socialismo” e “Espaços de Esperança”; finalmente, o último recorte diz respeito à centralidade do Estado na busca do direito à cidade.

Afirma-se que, como já discutido, a própria busca do direito à cidade aponta um sentido para a utopia. Esse verdadeiro utopianismo lefebvriano, considerada a noção de direito à cidade aqui já proposta, é a principal contribuição tomada de Lefebvre para este estudo.

Além disso, assevera-se que tal busca é revolucionária e precisa se reconhecer e se transformar nos diversos períodos históricos. O reconhecimento da necessidade desse movimento revolucionário que se modifica no decorrer da história, que modifica também a utopia concreta, e é modificado por elas é a principal contribuição de Marx a esta dissertação.

Harvey, por sua vez, faz sua principal contribuição a este trabalho afirmando o utopismo dialético, o qual reconhece a dinamicidade da noção dos processos espaço-temporais. Para o autor, é necessário partir da realidade concreta para se chegar a um utopismo sólido que integra processo e forma espaciais.

Para tudo isso, então, reitera-se a defesa do socialismo democrático urbano como possibilidade em direção à libertação da humanidade das amarras e contradições do capital. Sobre essa questão, endossa-se a que é a principal contribuição de Poulantzas ao texto e o ápice do argumento da dissertação – a necessidade do exercício do poder do Estado.

Tal linha argumentativa partiu da realidade material e fez um diagnóstico sobre a concretude da produção e reprodução do capital, sendo justamente essa realidade concreta a própria hipótese de superação do modo capitalista de produção. Em seguida, apontou a articulação do movimento do capital e o movimento social e político da sua superação num prognóstico passível de materialização.

Esse debate foi mediado e articulado em relação à produção e reprodução do espaço, sendo que se encara, agora, a totalidade do trabalho como a suplantação da

dicotomia simples “classe do capital” e “classe do trabalho” em relação à questão urbana.

Vale ainda ressaltar que as utopias do urbano propostas se fincam no solo do tempo presente e apontam para um tempo futuro de maneira a serem realizadas sem devaneios – e esse é um ponto de convergência entre os autores que fazem parte do recorte proposto.

Além disso, é de se considerar que todos eles, como foi constatado, vão na direção de uma superação radical do Estado como forma política da sociedade, ou seja, além da simples superação de um Estado capitalista.

Contudo, como já defendido, colocou-se aqui a proposta de um socialismo democrático urbano anterior a esse momento conjuntamente à centralidade do Estado na promoção de políticas favoráveis à classe do trabalho. Ou seja, não se excluiu da revolução a necessidade e o dever da busca por reformas.

Agora, apontam-se limites e possibilidades de estudos futuros.

A primeira questão que poderia ser abordada é em relação ao contexto do período (pós-)moderno, o primeiro subcapítulo da dissertação. Trouxe-se o debate sobre o capital financeiro, o neoliberalismo e a austeridade. Duas possibilidades, ainda, seriam o neofascismo e a necropolítica.

Sobre o neofascismo, ampliar e verticalizar a questão seria interessante pois com o fim da Segunda Guerra Mundial e de alguns governos totalitários, começaram a surgir grupos neofascistas e neonazistas com o intuito de resgatar os valores desses governos totalitários. Entretanto, o ódio, antes destinado aos judeus, se expandiu para pessoas negras, pobres, LGBTQIA+, indígenas, imigrantes, refugiados, mulheres, entre outras minorias. E isso tem chamado cada vez mais atenção pelo acentuamento de tais práticas. Além disso, muitas ideias fascistas e nazistas foram incorporadas por partidos políticos de extrema direita.

Sobre a necropolítica, também vale a pena explorar o uso do poder político e social, especialmente por parte do Estado, de forma a determinar, por meio de ações ou omissões (gerando condições de risco para alguns grupos ou setores da sociedade, em contextos de desigualdade, em zonas de exclusão e violência, em condições de vida precárias, por exemplo), sobre a possibilidade de vida da população.

Outra possibilidade que pode ser trazida é em relação ao novo coronavírus (Covid-19). É possível buscar a análise sobre os fundos imobiliários que tiveram

grande variação durante a pandemia. Além disso, também houve grande investimento por parte dos governos no enfrentamento à crise. Isso pode ser debatido no subcapítulo referente às crises imobiliárias e o papel dos governos na sustentação do capitalismo.

Finalmente, no subcapítulo da leitura do Estado como central na defesa do direito à cidade, uma sugestão é dialogar com a visão de Pachukanis sobre o direito, a forma jurídica e a forma mercadoria. (PACHUKANIS, 2017)

Uma possibilidade para isso seria trazer a concepção de Alysson Leandro Mascaro à discussão, pois esses autores debatem o Estado reconhecendo que se ele não estiver atuante no campo produtivo da sociedade capitalista sempre encontrará os limites impostos pela acumulação do capital. (MASCARO, 2013)

Encerra-se esta dissertação com a certeza de que ela contribui, no terreno acadêmico e potencialmente para além dele, para a emancipação total do ser humano, ajudando a desvelar e exercer a expressividade, perceber as contradições dialéticas do contexto social, interagir criativamente nas contingências e se restituir como sujeito a todo o momento, mediante o exercício de pensar a condição humana. O olhar emancipado é, então, o que permite possibilidades de caminhos novos, emergência de novas experiências, ampliando, desta forma, o repertório para questionar as evidências do nosso tempo, que se volta para recuperar a consciência da importância das relações de maneira humanizada e para um entendimento compartilhado do modo de ser e estar no mundo. (SILVA, 2013)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O ódio como política – A reinvenção das direitas no Brasil; Org. Esther Solano Gallego. 2018.

ARAGÃO, Thêmis Amorim. A financeirização da moradia no Brasil: a cidade como direito ou mercadoria? Le Monde Diplomatique Brasil, 26/08/2016. Disponível em <https://diplomatique.org.br/a-financeirizacao-da-moradia-no-brasil-a-cidade-como-direito-ou-mercadoria/> Acesso em 17/06/2020.

ARÔXA, Bárbara Hayashida. A terra como mercadoria: algumas considerações sobre o espaço urbano londrinense. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, nº 39, v.1. 2017.

ATWOOD, Margaret. « Margaret Atwood: “As utopias voltarão porque precisamos imaginar como salvar o mundo” » El Pais, Cultura, Postado em 29 de maio de 2021, consultado em 01 de junho de 2021. URL: https://brasil.elpais.com/cultura/2021-05-29/margaret-atwood-as-utopias-voltarao-porque-precisamos-imaginar-como-salvar-o-mundo.html

BLOCH, Ernst. El principio de esperanza (I y II), Madrid, Trotta, 2004, p. 196. apud Vázquez Larrea, 2011.

BLOCH, Ernst. Le príncipe esperance. Paris: Gallimard, 1974.

BNDES–Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicoe Social. “BNDES contra os efeitos econômicos do coronavírus”. Portal Eletrônico do BNDES 2020. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 06/04/2020.

BOMFIM, Mariana. « População pagou a conta da crise de 2008, e banqueiros escaparam da Justiça », Economia, postado em 15 de setembro de 2018, consultado em 01 de setembro de 2020. URL: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/09/15/crise-financeira-de-2008-10-anos-resgate-revolta-populacao.htm

BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Analisando a crise do subprime. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.15, n.30, p. 129-159, dez. 2008.

BOTELHO, Adriano. O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação socio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo. 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAKELEY, Grace. « Capitalismo, teu nome é ditadura financeira » Outras Palavras, 2019, Postado em 29 de setembro de 2019, consultado em 05 de

setembro de 2020. URL: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/capitalismo-teu-nome-e-ditadura-financeira/

BUTLER, Chris. Henri Lefebvre: Spatial Politics, Everyday Life and the Right to the City. New York: Routledge, 2012.

CARLOS, A. F. A. A Paisagem Urbana. In: A Cidade. São Paulo: Contexto, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORG.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 4ª reimpressão.São Paulo: Contexto, 2016

CARVALHO, E. A totalidade como categoria central na dialética marxista. Outubro Revista, nº 15, 2007.

CORREA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORG.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 4ª reimpressão.São Paulo: Contexto, 2016

CELESTINO, Paula Leilane Oliveira. Produção do espaço urbano e a ação do Estado: um olhar sobre os assentamentos precários no programa de aceleração do crescimento – PAC (2007-2010). OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v. 9, n. 3, 2018.

COTIAS, Adriana; TAUHATA, Sérgio. « Coronavírus afeta fundos imobiliários e pega o bolso da pessoa física » Valor Investe, postado em 27 de março de 2020, consultado em 01 de setembro de 2020. URL: https://valorinveste.globo.com/produtos/fundos-imobiliarios/noticia/2020/03/27/coronavirus-afeta-fundos-imobiliarios-e-pega-o-bolso-da-pessoa-fisica.ghtml

FERREIRA, A. Por uma transformação na produção do espaço através da construção da verdadeira democracia. In.: PEREIRA, P. C. X, Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 214-232.

FIGUEIREDO, Elisa Junqueira; RODRIGUES, Fabiano Oliveira. « Os impactos da covid-19 no mercado imobiliário: Crise ou oportunidade? » Migalhas, postado em 20 de maio de 2020, consultado em 01 de setembro de 2020. URL: https://www.migalhas.com.br/depeso/327308/os-impactos-da-covid-19-no-mercado-imobiliario-crise-ou-oportunidade

FIX, MARIANA; PAULANI, LEDA MARIA. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. Brazil. J. Polit. Econ., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 638-657, Dec. 2019

FMI – Fundo Monetário Internacional. “Policy responses to COVID-19”. IMF Website [2020]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19>. Acesso em 06/04/2020

GALLEGO, Esther Solano. O ódio como política – A reinvenção das direitas no Brasil; Org. Esther Solano Gallego. 2018.

GHISLENI, Camilla. « Da utopia à realidade: os desafios da prática urbana no Brasil » ArchDaily, postado em 22 de novembro de 2020, consultado em 30 de maio de 2021. URL: https://www.archdaily.com.br/br/928300/da-utopia-a-realidade-os-desafios-da-pratica-urbana-no-brasil

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola, São Paulo, Brasil. 2004.

HARVEY, David. « O direito à cidade » Piauí, postado em julho de 2013, consultado em 03 de setembro de 2020. URL: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/

HARVEY, David. O Novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo. E-book da Boitempo Editorial. 2013.

HARVEY, David. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. Trad. Flávio Villaça, In: Espaço e Debates, São Paulo, Ano II, No 6, jun/set. 1982.

HIRATA, M. S. Fusão das lutas sociais pela apropriação do espaço: perspectivas da reciclagem no centro da cidade de São Paulo. In.: PEREIRA, P. C. X, Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 55-78.

HOLLAND, Márcio; BRITO, Igor Arantes. A crise de 2008 e a economia da depressão. Revista de Economia Política, 30 (1), 2010.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. “Entendendo a crise do subprime e suas repercussões na economia mundial”. Carta IEDI n. 300, fev. 2008.

KLIASS, Paulo. « Financismo, ditadura sem máscara » Outras Palavras, 2018, Postado em 21 de março de 2018, consultado em 05 de setembro de 2020. URL: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/financismo-ditadura-sem-mascara/

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. São Paulo: Paz e terra, 1979.

KRUGMAN, Paul. « The austerity delusion » The Guardian, 2015, Postado em 29 de abril de 2015, consultado em 12 de setembro de 2020. URL:

https://www.theguardian.com/business/ng-interactive/2015/apr/29/the-austerity-delusion

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. Moraes Ltda, 1999.

LEFEBVRE, H. La Production de l'espace. Paris: Ed anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Centauro Editora, 2011.

Lima, José. « Cidade e Utopia: novos modelos sociais e espaciais » GGN, postado em novembro de 2011, consultado em 06 de outubro de 2020. URL: https://jornalggn.com.br/noticia/cidade-e-utopia-novos-modelos-sociais-e-espaciais/

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. Revista Cadernos de Economia, Chapecó, v. 17, n. 32. 2013

LIMONAD, Ester. Utopias Urbanas, sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da Hidra de Lerna. XIV Coloquio Internacional de Geocrítica, Universitat de Barcelona, 2016

LING, Anthony. « Você sabe o que é "especulação imobiliária"? » ArchDaily, 2019, postado em 20 de novembro de 2019, consultado em 25 de agosto de 2020. URL: https://www.archdaily.com.br/br/928636/voce-sabe-o-que-e-especulacao-imobiliaria

LOJKINE, Jean. O Papel do Estado na Urbanização Capitalista. In: Marxismo e urbanismo capitalista. Textos críticos. Organizador: Reginaldo Forti. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. Existencialismo ou marxismo. São Paulo: Senzala, 1967.

LUKÁCS, G. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma social ou revolução? São Paulo: Global, 1986

MARANHÃO, Romero de Albuquerque; SENHORAS, Elói Martins. Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na guerra contra o novo coronavírus. Boletim de Conjuntura (BOCA), ano II vol. 2, n. 4, 2020.

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata Mirandola. Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. Revista de Sociologia e Política, 2001.

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata Mirandola. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. Espaço & Debates, São Paulo, v. 27, n. 42, p. 9-30, 2001.

MARTINS, G.S. Os camponeses e a politica no Brasil. Petrópolis, RJ, Vozes, 1983

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 3.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Vol. I, T 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção os Economistas).

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZARI, Marcus V.. Ideologia: uma breve história do conceito. Estud. av., São Paulo , v.26, n. 75, p.359-362, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200025&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Sept. 2020.

MENDES, Luís; JARA, Ana. Supergentrificação e capitalismo financeirizado: as novas fronteiras do espaço-capital na Colina de Santana, Lisboa. Cad. Metrop., São Paulo, v. 20, n. 43, p. 769-796, dez. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962018000300769&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 ago. 2020.

MOLINA, Juan Antonio. « A pandemia e o fim do neoliberalismo pós-moderno », Outras Palavras, postado em 16 de março de 2020, consultado em 31 de agosto de 2020. URL: https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/a-pandemia-e-o-fim-do-neoliberalismo-pos-moderno/

Monbiot, George. « Neoliberalism – the ideology at the root of all our problems » The Guardian, 2016, Postado em 15 de abril de 2016, consultado em 12 de setembro de 2020. URL: https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot

NEGRELLI, Marcia Joana. O Papel do Estado e das indústrias na produção do espaço e da qualidade de vida no município de Araucária/PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2004.

NEVES, Lucília de Almeida. Manifesto Comunista: história, utopia e inclusão social. Cad. Hist., Belo Horizonte, v. 4, n. 5, p 5-14, dez. 1999.

OLIVEIRA, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. 1 ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público, Novos Estudos nº 22, 1988.

OLIVEIRA, José Aldemir de. HARVEY, David. A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

PACHUKANIS, Evguiéni B. Teoria Geral do Direito e Marxismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAIVA, C. C. A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade em processo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Campinas: UNICAMP, 2007.

PEREIRA, P. C. X. Para a discussão do valor e do preço na produção imobiliária. In.: _____ Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 55-78.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier; PETRELA, Guilherme Moreira. Conclusão com apontamentos. . In.: PEREIRA, P. C. X, Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018.

PEREIRA, Vinícius. « Fundos imobiliários e coronavírus: o que mudou no mercado com a crise » Suno, postado em 01 de maio de 2020, consultado em 01 de setembro de 2020. URL: https://www.sunoresearch.com.br/noticias/fundos-imobiliarios-e-coronavirus/

POULANTZAS, N. O Estado, O Poder, O Socialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POULANTZAS, N. Poder Político e Classes Sociais. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RANDOLPH, R. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de planejamento. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. DE M.; MONTE-MÓR, R. L, DE M. Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

REUTERS. “Latin America development bank CAF opens $2.5 bln line of credit for coronavirus fight”. Reuters [20/03/2020].Disponível em:<www.reuters.com>. Acesso em: 03/04/2020

RICUPERO, Rubens et al. A crise internacional e seu impacto no Brasil. Estud. av., São Paulo, v. 22, n. 64,Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Sept. 2020

RIPPEL, Ricardo; RIPPEL, Valderice Cecília Limberger. Considerações a respeito das origens, dos acontecimentos e das consequências da crise econômica mundial atual. 2008

RODOLSKY, R. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2001.

Rossi, Pedro; Dweck, Esther. O ódio como política – A reinvenção das direitas no Brasil; Org. Esther Solano Gallego. 2018.

ROYER, L. de O. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, USP: 2009

SASSEN, Saskia. « A ditadura financeira e as metrópoles cercadas » Outras Palavras, 2019, Postado em 14 de fevereiro de 2019, consultado em 05 de setembro de 2020. URL: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/a-ditadura-financeira-e-as-metropoles-cercadas/

SCHERER, M. I. A totalidade concreta: uma categoria para análise em história social. XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS – Ensino, Direitos e Democracia, 2016.

SHIMBO, Lucia F. (2010) Habitação Social, Habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese de doutorado, São Paulo, USP, Escola de Engenharia de São Carlos.

SILVA, André Eduardo Ribeiro da. Resenha. AGRÁRIA, São Paulo, Nº 3, pp. 172-175, 2006.

SILVA, Luiz Etevaldo. O sentido e significado sociológico da emancipação. Revista e-Curriculum, São Paulo, n. 11, 2013.

SOJA, Edward. Geografias Pós-Modernas – a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Jorge Zahar Editor Ltda. E-book da Simplíssimo Livros. 2013.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. « A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia », Confins [Online], 5 | 2009, postado online no dia 21 março 2009, consultado o 02 junho 2020. URL : http://journals.openedition.org/confins/5633

SUBPRIME: descubra o que é e as causas da crise imobiliária. Capital Research, 2020. Disponível em « https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/subprime/ » acessado em 31 de agosto de 2020.

TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho; FERREIRA, Paula Felix. O capital fictício e crise econômica: visões para um novo paradigma*. Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 191-202, Aug. 2015.

TOPALOV, Christian. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil: capital e propriedade fundiária. In: Marxismo e urbanismo capitalista. Textos críticos. Organizador: Reginaldo Forti. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

TORRES RIBEIRO, A. C. A força do passado: nem tudo que é sólido desmancha no ar. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Org.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007.

UCHOA, Pablo. « Como 5 economias reagiram à crise mundial – e como estão 10 anos depois » BBC, postado em 15 de setembro de 2018, consultado em 02 de setembro de 2020. URL: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45442713

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORG.). A produção do

espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 4ª reimpressão.São Paulo: Contexto, 2016

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Nobel, 2012.

VIOLIN, Tarso Cabral. A sociedade civil e o Estado ampliado, por Antonio Gramsci. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, 2006.

VOIGT, Henri. Between Utopia and Disillusionment: A Narrative of the Political Transformation in Eastern Europe. New York-Oxford: Berghahn Books, 2005.

WILSON, H. “Coronavirus: The Asian Development Bank prepares for an uncertain future”. EuroMonery [31/03/2020]. Disponível em: <www.euromoney.com>. Acesso em: 02/04/2020.